

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP**

Patricia D'Elboux Rodrigues

**ABRIGOS PROVISÓRIOS: AFETOS PASSAGEIROS?  
ESTUDO SOBRE ASSUJEITAMENTO/RESISTÊNCIA EM  
ADOLESCENTES NO INTERIOR DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO**

**São Paulo**

**2012**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP**

Patricia D'Elboux Rodrigues

**ABRIGOS PROVISÓRIOS: AFETOS PASSAGEIROS?  
ESTUDO SOBRE ASSUJEITAMENTO/RESISTÊNCIA EM  
ADOLESCENTES NO INTERIOR DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social, sob a orientação da Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia.

**São Paulo**

**2012**

Banca Examinadora

---

---

---

*Dedico este trabalho especialmente a todos os adolescentes que entrevistei para realizar a pesquisa e também a todos os outros que tenho ouvido no decorrer de tantos anos trabalhados na Vara da Infância e Juventude do Fórum de Santo Amaro.*

“Eu olhava esse menino, com um prazer de companhia, como nunca por ninguém eu não tinha sentido. Achava que ele era muito diferente, gostei daquelas finas feições, a voz mesma, muito leve, muito aprazível. Porque ele falava sem mudança, nem intenção, sem sobejo de esforço, fazia de conversar uma conversinha adulta e antiga. Fui recebendo em mim um desejo que ele não fosse mais embora, mas ficasse, sobre as horas, e assim como estava sendo, sem parolagem miúda, sem brincadeira— só meu companheiro amigo desconhecido. (...) Mas eu aguentei o aquém do olhar dele. Aqueles olhos então foram ficando bons, retomando brilho. E o menino pôs a mão na minha. Encostava e ficava fazendo parte melhor da minha pele, no profundo, desse as minhas carnes alguma coisa”. João Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*



## **AGRADECIMENTOS**

À minha querida e carinhosa orientadora Bader Burihan Sawaia, pela dedicação e apoio nos diversos momentos em que precisei, por ter me acolhido, motivado e, em especial, me desafiado a desenvolver este trabalho com afeto e perseverança.

À minha amiga querida Camila Avarca Aleixo por ter me apoiado com doçura em momentos felizes e difíceis pelos quais passei.

Ao Roberto, meu caríssimo amigo nos bons momentos e naqueles mais difíceis.

À querida amiga Valéria Casale, que me ajudou muito neste último ano, mostrou paciência e me incentivou incessantemente.

À Ana Regina, que se manteve sempre por perto com carinho e atenção.

Ao amigo do coração Luiz Balcers, que tanto me encorajou.

Aos meus queridos colegas de trabalho pela compreensão e força nos momentos em que mais precisei. Em especial: Edinael, Patrícia, Raquel, Betisa, Maria Helena, Marisa, Valéria, Elaine e Márcia Pauli. Agradeço também às colegas assistentes sociais que igualmente me ofereceram suporte e carinho ao longo desse percurso. Em especial, um agradecimento a Fátima, Márcia Franzini, Anúncia, Sônia, Lilian e Rosângela.

À minha chefe Célia Cardoso, que mostrou compreensão no que se refere ao tempo que tive que dedicar para esta dissertação.

Ao Meritíssimo juiz Dr. Iasin Ahmed, que autorizou esta pesquisa.

À doce amiga e coordenadora Ana Cristina Plescht, pela paciência e compreensão.

Aos meus caros colegas professores da Universidade Anhembi Morumbi: César, André, Julieta, Eduardo, Dith, Luiz e Laura, que me apoiaram ao longo deste período.

Aos meus alunos de graduação que tanto me encorajaram e souberam compreender minha agenda atribulada.

À Ana Paula Severiano pelo apoio na revisão ortográfica.

Aos meus colegas de todo o Departamento de Psicologia Social, pertencentes a núcleos de pesquisa diversos, por me ajudarem a discutir meu tema. Em especial: Fabrício Orestes, Jullyane Brasilino, Cécile Zozzoli, Luiz Nascimento, Poliana, Camila, Nádia e Pedro Figueiredo.

Ao querido professor e filósofo do Nexin Marlito, que ofereceu incentivo e me introduziu no conhecimento e na paixão por Espinosa.

À minha querida analista Suzana Palacios pela escuta vívida e sempre presente.

Aos meus amados pais e irmãos pelo incentivo, apoio e carinho dispensados.

Aos meus avós Buca e Graça, por me ouvirem e, continuamente, me encorajarem a prosseguir.

Aos meus tios paternos e maternos pelo incentivo, em especial, tia Ciça!

A Deus, em quem acredito.

RODRIGUES, P. D. (2012). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Orientadora: Bader Burihan Sawaia

Linha de pesquisa: Estudo crítico-epistemológico das categorias analíticas da Psicologia Social

## RESUMO

A presente pesquisa tem o propósito de analisar as afecções dos adolescentes que se encontram em situação de acolhimento institucional provisório, na interface com os saberes da instituição, e de refletir sobre processos de sujeição e de autonomia. Para compreender os conceitos de passividade e de autonomia, lança mão os aportes teóricos dos filósofos Espinosa e Foucault.

O método utilizado foi qualitativo e pautou-se na genealogia de Michel Foucault, que analisa as relações de poder e evidencia os saberes não legitimados pela ciência, os saberes construídos no cotidiano, a partir das práticas exercidas. Foram estudados nove adolescentes acolhidos em duas instituições (uma governamental e uma de orientação religiosa). Eles revelam possibilidades de ações de resistência e autonomia. Destaca-se ainda a emergência de um tema não previsto nos objetivos da pesquisa: a relação entre regimes de verdade e o processo de subjetivação do jovem não é direta. É mediada pela família, sobre quem incidem tais regimes de verdade e que muitas vezes são avaliadas, cobradas e normatizadas e, por vezes responsabilizadas pelo acolhimento e demora no desacolhimento de seus filhos. Há um roteiro explícito e implícito no que concerne ao que devem fazer, como pré-condição para o desacolhimento. Em uma das instituições a ênfase era dada mais para o preparo do jovem, do que o da família. Cabe destacar ainda que em certos processos houve uma dissonância no que se refere ao modo moralizante com que o abrigo via a família, contraposto a uma possibilidade da parte do serviço técnico e do juiz da Vara da Infância, em consonância com o ECA, no sentido de reconhecer as possibilidades da família de vir a desacolher seus filhos.

Palavras-chave: infância, adolescência, psicologia social, instituições de acolhimento, direitos das crianças e adolescentes.

RODRIGUES, P. D. (2012). Dissertation for Master's Degree. Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC/SP).

Advisor: Bader Burihan Sawaia

Line of Research: A Critical-Epistemological Study of Analytical Categories in Social Psychology.

### **ABSTRACT**

This study aims to assess the affections found in adolescents living in temporary institutional housing, in interface with the institution knowledge, and to raise the reflection about the processes of subjection and autonomy. For better understanding the concepts of passivity and autonomy this study counts on the theoretical support available in literature of important philosophers as Espinosa and Foucault.

The qualitative method was selected and the study was structured based on the genealogy of Michel Foucault assessing the power relations and highlighting the knowledge, not yet scientifically recognized, built up based in daily experiences of life. Nine teenagers, temporarily living in two institutional housing (one being governmental and the other a religious-oriented institution), were evaluated. They reveal possibilities of actions concerning resistance and autonomy. We should also point out the importance to approach a topic not previously considered in the research objectives: the regimes of truth and the process of subjectivation of youth is not a direct relation. It is indeed mediated by their families, on whom such regimes of truth is addressed being often evaluated, claimed and standardized and sometimes blamed for the need of housing as well as for the delay on reunification. There is a sequence of actions expressed or implied to be accomplished as a previous condition for reunification. In one of the institutions the evaluation targeted the youngster condition, not the family structure. Importantly to be mentioned that, in certain processes, there was a dissonance in what refers the moral way housing institutions would see these families versus the chance of the technical service and Child and Youth Court of Law, as required by the Statute of the Child and Adolescent, to recognize the possibility that these families could reassume taking care of their children.

Key-words: childhood, adolescence, social psychology, institutional housing, child and adolescent rights.

## SUMÁRIO

<b>1 A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA .....</b>	<b>11</b>
<b>2 HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO PARA PROTEÇÃO DE ADOLESCENTES: REFLEXÕES SOBRE GOVERNABILIDADE .....</b>	<b>26</b>
<b>3 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>40</b>
<b>4 OBJETIVOS.....</b>	<b>48</b>
4.1 Objetivo Geral.....	48
4.2 Objetivos Específicos .....	48
4.3 Método.....	48
4.4 Sujeitos e Local .....	49
4.5 Procedimentos .....	50
4.5.1 Entrevistas com os adolescentes.....	50
4.5.2 Análise documental .....	51
4.6 Considerações éticas .....	51
<b>5 ANÁLISE.....</b>	<b>53</b>
5.1 O cenário da pesquisa .....	53
5.2 Objetivos da análise dos dados .....	56
5.3 Temas analisados .....	57
5.4 Sujeitos.....	58
5.4.1 Luciano, 15 anos, 4ª série.....	58
5.4.2 Mariana, 13 anos, 6ª série .....	62
5.4.3 Lilian, 12 anos, 6ª série .....	65
5.4.4 Joana, 17 anos, 5ª série.....	68
5.4.5 Cristal, 12 anos, 6ª série .....	70
5.4.6 Denis, 14 anos, 6ª série .....	73
5.4.7 Paula, 13 anos, 5ª série .....	75
5.4.8 Ismael, 11 anos, 5ª série.....	78
5.4.9 Fernando, 12 anos, 5ª série .....	80
5.5 Síntese consolidada do processo de Cristal.....	83
5.6 Síntese consolidada do processo de Paula .....	90

<b>5.7 Análise relativa aos aspectos de governamentalidade, regimes de verdade e discursos com marcas da Pastoral Cristã .....</b>	<b>99</b>
<b>5.8 O trabalho feito com as famílias e suas possibilidades de afetação diante das intervenções institucionais .....</b>	<b>105</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>108</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>112</b>

## 1 A construção do problema

A partir da experiência, de uma década, na Vara da Infância e Juventude do Fórum de Santo Amaro, como psicóloga do Judiciário, foi que deparei com muitas dificuldades no que se refere à situação de adolescentes abrigados, sobretudo quando contavam com mais de 12 anos de idade e, em virtude de serem submetidos à negligência, à violência física, sexual e psicológica, somados ao esgotamento de tentativas de inserção em suas respectivas famílias de origem e, em face da ausência de pessoas interessadas em assumir sua responsabilidade, era necessário inseri-los em serviços de acolhimento.

Cabe registrar também que em meio ao conjunto de adolescentes inseridos em instituições de acolhimento havia uma parcela de sujeitos que se encontrava ainda abrigada por motivos outros: demora na reavaliação das famílias de origem, ou em virtude de problemas de comportamento, institucionalizados a pedido dos próprios genitores ou ainda em razão da “falta de condições sociais” das famílias (sem que estas fossem inseridas nos Centros de Referência de Assistência Social). Tal situação deveria ser objeto de reflexão e críticas por parte do conjunto dos atores do poder público, uma vez que a medida protetiva perdurava, o que acarretava no prolongamento do confinamento desses adolescentes.

Em que pese a promulgação do Manual de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, em julho de 2009<sup>1</sup>, o primeiro desafio surgia quando era preciso conseguir uma vaga para um adolescente por meio do Centro de Referência da Assistência Social para seu acolhimento provisório na rede de proteção existente em sua região. A dificuldade adivinha da escassez de vagas disponíveis para acolhê-lo provisoriamente, o que ainda ocorre em certas Varas da Infância e Juventude de regiões mais populosas da capital do Estado de São Paulo.

Posteriormente, já abrigado, caso houvesse algum problema na imposição de limites e regras ao adolescente e, se este, por sua vez, enfrentasse os educadores, era comum a instituição pedir sua transferência para outro abrigo, alegando “sérios

---

<sup>1</sup> O Manual de Orientações foi promulgado em 2009 e procurou se constituir como um instrumento que pudesse referenciar e oferecer parâmetros de qualidade técnica e operacional aos serviços de acolhimento relacionados à proteção de crianças e adolescentes, em caráter provisório e excepcional, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com o Conanda.

problemas de comportamento e disciplina”. Em outros casos, se não fosse transferido, era encaminhado a um psiquiatra para “medicá-lo e acalmá-lo”<sup>2</sup>.

Ao mesmo tempo, durante o tempo em que supervisionei o estágio da disciplina de Psicologia Jurídica, de alunos de 8º e 9º períodos do curso de Psicologia em uma universidade privada, com campi em Campinas e Jundiaí, procurei desenvolver projetos de intervenção em abrigos municipais e não governamentais dessas cidades.

Todo o cuidado foi tomado no sentido de acordar contratos de estágio que respeitassem a resolução 196/96<sup>3</sup>, pois se tratava de sujeitos em situação de fragilidade emocional, em razão do desgaste provocado pelo afastamento da família ou da comunidade em que viviam, ou mesmo em virtude da situação de rua, negligência ou violência em que se encontravam antes do acolhimento. Houve também preocupação em considerar as demandas dos próprios serviços de acolhimento que recebiam essas crianças e adolescentes e considerar sua cultura e histórico institucional.

Apesar desse posicionamento ético e metodológico, as frustrações foram expressivas. Alguns profissionais desses abrigos, incluindo psicólogos, assistentes sociais e educadores, mostraram-se extremamente refratários às propostas feitas: adentravam subitamente no espaço em que os alunos estagiários (no horário previamente estipulado) faziam alguma atividade com as crianças, falavam que aquelas crianças “não mudariam nunca”. Em uma determinada ocasião, em um abrigo de uma das cidades do interior de São Paulo, uma educadora mostrou o

---

<sup>2</sup> Recomendo a leitura de *Repensando a proteção jurídico-social: intervenções exemplares em violações de direitos humanos de crianças e adolescentes* (São Paulo, 2010), redigido em parceria com a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente e da Secretaria dos Direitos Humanos.

<sup>3</sup> De acordo com a Resolução 196/96, as pesquisas envolvendo seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas fundamentais: a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia). Nesse sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-lo em sua dignidade, respeitá-lo em sua autonomia e defendê-lo em sua vulnerabilidade; b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (beneficência), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos; c) garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência); d) relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sociohumanitária (justiça e equidade).

muro do presídio (colado ao abrigo) e disse que quando as crianças atingissem a maioria, elas simplesmente pulariam de um lado para o outro.

Em outro abrigo de Campinas, a psicóloga contratada pela instituição chegou a perguntar à aluna estagiária se ela não iria “desistir” porque “aquelas crianças eram impossíveis” e não adiantaria propor nada de novo para elas, refletindo de modo claro qual era o seu posicionamento ético naquela instituição para com o trabalho com os grupos de educadores do abrigo. Nesse caso, a adesão foi parcial, havia funcionários sensibilizados e que mostravam preocupação em humanizar suas práticas no relacionamento com as crianças. Ainda assim, outros se mostraram apáticos, enfastiados e irritados diante da proposta feita (grupos de escuta sobre temas relacionados ao trabalho com os adolescentes e crianças). Os funcionários mais fechados às propostas feitas pelos estagiários eram justamente aqueles que sequer tinham formação específica na área (biólogos, técnicos em informática, bibliotecários, todos recém-formados), os quais explicavam que tinham feito o concurso para conseguir um emprego estável.

A partir dessas histórias, mobilizada por um misto de impotência, indignação e angústia, surgiu meu interesse em realizar uma pesquisa nesse campo, levantando algumas questões iniciais:

- Como é desenvolvido o trabalho com adolescentes durante sua institucionalização em serviços de acolhimento municipais e não governamentais?
- Diante do sistema de reordenamento (2009) que rege a constituição dos serviços de acolhimento, há um hiato (legislação x práticas efetivadas) no que está prescrito e no que ocorre de fato? Destaco que esse ponto se constitui em uma hipótese que levanto, mas que terá a função de nortear este trabalho de pesquisa.
- O que pode dificultar ou favorecer a mobilização efetiva e afetiva dos profissionais que trabalham diretamente com crianças no contexto das instituições de acolhimento para rever e aprimorar suas ações com tais sujeitos?

- Como o próprio adolescente acolhido é afetado e interage durante o tempo que permanece abrigado?
- Quais são as necessidades, expectativas, motivações e desejos dos adolescentes enquanto estão abrigados e como conseguem discriminar-se – se por acaso conseguem – dos diversos discursos que são feitos sobre ele, da parte do juiz, dos técnicos da Vara da Infância, dos educadores e de sua própria família?

Foi então que se deu meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social na PUC/SP, em julho de 2009.

Conforme fui cursando as disciplinas *Análise Institucional, A afetividade na sua dimensão ética, estética e política* e algumas outras do mestrado pertencentes ao Núcleo de Pesquisas de Exclusão/Inclusão, decidi limitar os problemas anteriormente levantados e passei a concentrar atenção na provisoriedade do acolhimento, uma qualidade que leva o abrigo a ter como objetivo o desacolhimento. Orientando-me pela filosofia de Espinosa sobre a relação entre afetos, ética e servidão, e pelas reflexões de Foucault sobre governamentalidade, Pastoral Cristã e assujeitamento, passei a indagar como tal cenário afeta os jovens institucionalizados na rede de proteção. Procuo analisar como esse adolescente é afetado quando acolhido “em um lugar de passagem” e, se porventura, ele se submete, obedece e se assujeita ou, diferente disso, resiste e mantém sua autonomia em face dos discursos proferidos por juízes, promotores, familiares, conselheiros tutelares, técnicos dos abrigos, psicólogos e assistentes sociais.

Em outras palavras, meu objetivo é buscar a interface entre o modo de se deixar afetar dos jovens na direção da passividade ou do incremento de sua potência diante do que é falado, afirmado sobre eles, considerando a variável “provisoriamente do tempo de acolhimento”, determinada por lei.

Ao refletir sobre o que possibilita, o que amplia sua potência de vida e o que a bloqueia, remeto-me aos conceitos de potência de ação e potência de padecimento propostos por Espinosa em seu livro *Ética*, publicado em 1661.

Espinosa (2009) elabora um tratado cuja proposição central é fazer com que os homens se libertem da servidão por meio de uma ética que associa liberdade à

alegria e ao contentamento intelectual. A liberdade e a felicidade são necessidades imanentes e indissociáveis. Felicidade é o sentimento que acompanha a passagem da heteronomia à autonomia.

Sévérac (2009) observa que a possibilidade dada por Espinosa é a de tomar a afetividade humana como objeto de conhecimento racional, destacando que o aprimoramento ético só pode ocorrer por intermédio da produção de afetos liberadores. Como salienta o mesmo autor, para Espinosa a noção de potência intelectual é, simultaneamente, de potência afetiva, pois sua filosofia monista não separa, como era próprio à sua época, mente do corpo e razão da emoção (Sawaia, 2007).

Marilena Chauí esclarece como se constitui a filosofia de Espinosa:

Essa ética é a verdadeira entrada na filosofia na modernidade, pois se oferece liberada do peso de duas tradições: a da transcendência teológico-religiosa ameaçadora, fundada na ideia de culpa originária e na imagem de um Deus juiz; e a da normatividade moral, fundada na heteronomia do agente, uma vez que este, para ser moralmente virtuoso, deve submeter-se a fins e valores externos não definidos por ele. (CHAUÍ, 2010, p. 68).

Para Espinosa, tanto a tradição religiosa como a normativa postulam a noção de livre-arbítrio, contra a qual ele se coloca, por ir de encontro à ideia de que a liberdade adviria da volição do homem em solapar e controlar suas paixões, vistas como tentações do corpo, vícios que fariam com que o homem se afastasse de Deus, ou ainda, fugisse das leis da Natureza.

Ao tratar do corpo, Espinosa o concebe como uma singularidade dinâmica e intercorpórea, um atributo, assim como a alma, da modificação da substância única e infinita. Ele revoluciona a tradição porque não coloca a alma acima do corpo, de forma hierarquizada. Ao contrário, apresenta a ideia de que ambos são feitos de uma mesma e única substância e que a mente é ideia das afecções do corpo.

Seguindo a terminologia do século XVI, Espinosa também elege a noção de *conatus*, como uma potência de autopreservação da existência, expressão da potência infinita da substância. Conforme Chauí:

Sendo uma força interna para existir e conservar-se na existência, o *conatus* é uma força interna positiva ou afirmativa, intrinsecamente

indestrutível, pois nenhum ser busca a autodestruição. O *conatus* possui, assim, uma duração ilimitada até que causas exteriores mais fortes e mais poderosas o destruam. Definindo corpo e mente pelo *conatus*, Espinosa os concebe essencialmente como vida, de maneira que, na definição da essência humana, não entra a morte. Esta é o que vem do exterior, jamais do interior. (CHAUÍ, 2010, p. 84 e 85).

De acordo com Espinosa (2009), o afeto vivido pela alma é afecção do corpo que pode aumentar ou diminuir a potência do corpo e da alma. O que se passa no corpo se passa na mente. Pelo fato de sermos seres finitos e em movimento, afetando e sendo afetados por múltiplos outros, igualmente potências de existir, nosso *conatus* promove efeitos necessários interna e externamente. Quando somos causas eficientes parciais (causas inadequadas) dos efeitos que ocorrem em nós e fora de nós, somos passivos e, se porventura, formos causas eficientes totais (causas adequadas) dos efeitos que se produzem em nós e fora de nós, somos ativos:

A atividade do corpo e da mente não se dá, portanto, contra o determinismo, ou seja, contra a determinação pelos corpos e mentes exteriores; pelo contrário, tornar-se cada vez mais apto a ser afetado não é padecer cada vez mais, mas ser cada vez mais capaz de formar imagens, e ideias dessas imagens, de tal sorte que fiquemos aptos a ser causa adequada dos encadeamentos de afecções corporais e das ideias que formamos. É na conveniência com os corpos e mentes exteriores que se dá o tornar-se ativo: isto equivale, portanto, a uma abertura da sensibilidade humana, a um aumento de sua aptidão de ser afetado e afetar. (SÉVÉRAC, 2009, p. 24).

Deleuze, em seu livro *Espinosa – Filosofia Prática*, aponta que para Espinosa o desafio assumido é o de empreender esforços para conhecer as causas das afecções que tomam o corpo e produzem afetos na mente, uma vez que os homens costumam reconhecer os efeitos do que acontece com seu corpo ou em sua mente e desconhecem as causas desses afetos. Segundo Deleuze (2002, p. 25), quando um corpo encontra outro corpo ou uma ideia, é possível que essas duas relações venham a formar um todo potente ou, diferentemente, um pode decompor o outro e destruir a coesão entre as partes: “a ordem das causas é então uma ordem de composição e de decomposição de relações que afetam infinitamente toda a natureza”.

A ideia de afeto como um duplo é a principal contribuição de Espinosa à psicologia, afirma Deleuze:

[...] devemos distinguir duas espécies de afecção: as *ações*, que se explicam pela natureza do indivíduo afetado e derivam de sua essência; as *paixões*, que se explicam por outra coisa e derivam do exterior. O poder de ser afetado apresenta-se então como *potência para agir*, na medida em que se supõe preenchido por afecções ativas e apresenta-se como *potência para padecer*, quando é preenchido por paixões. (DELEUZE, 2002, p. 33).

Essa ideia é importante para os propósitos desta pesquisa, que visa estudar e refletir sobre as possibilidades de encontros potencializadores da autonomia, por meio do relato de adolescentes acolhidos em instituições governamentais<sup>4</sup> e não governamentais de acolhimento e proteção. Considerando que o espaço de encontros é concebido como provisório, interessa refletir se a provisoriedade de tempo implica necessariamente em afetos passageiros e efêmeros que poderiam resultar na resignação e no incremento de paixões, entendidas por Espinosa como passividade. Para tanto, a análise de seus relatos sobre a vida, alegrias, futuro, sofrimentos, procurará se debruçar sobre a relação entre suas falas e os discursos provindos de juízes, promotores, psicólogos, assistentes sociais, conselheiros tutelares. A intenção é evidenciar se eles se sujeitam, repetem esses discursos ou se resistem e reagem diante do confronto com essas ideias.

Esta análise tem como referência, também, os conceitos de sujeição e resistência presentes na obra de Foucault, que ajudam a compreender a composição da potência de padecimento e a de vida dentro de instituições. O autor procurou estabelecer um paralelo da autonomia e resistência presentes no cuidado de si, prática iniciada no período da Grécia Antiga, comparando-a com o advento da obediência e sujeição, presentes na Pastoral Cristã e que veio a pautar, na Idade Moderna, uma modalidade racional de governo, que agia sobre a conduta dos homens, procurando disciplinar seus corpos (corpo máquina) e exercer governo sobre a vida, por meio de uma política voltada para a espécie (controle da

---

<sup>4</sup> Um deles pertence à Secretaria da Assistência Social do M'Boi Mirim e o outro pertence diretamente a uma Congregação Religiosa, porém, embora autorizado a funcionar pelo CMDCA, tem caráter privado.

natalidade, das epidemias e sexualidade). Conceitos esses que serão explicitados logo a seguir.

No texto *A Filosofia Analítica da Política* (1978), Foucault retoma a função precípua do filósofo ou pensador, que seria a de moderar os excessos de poder. Comenta que se no século XIX o problema que mais suscitava as atenções dos pensadores era a produção de riquezas e a desigualdade em sua distribuição, o que acarretava na pobreza de uma parcela da população, justamente a que produzia esses bens, no século XX o que veio a ser objeto de problematizações por parte dos filósofos foi o excesso de poder.

Foucault propõe então uma outra função possível para a filosofia além daquela de fundar ou reconduzir o poder, que é a de desempenhar uma ação em consonância com o contrapoder, voltada a analisar, elucidar, tornar visível, intensificar as lutas que se desenrolam em volta do poder, suas estratégias e táticas, os focos de resistência. Diferentemente de avaliar moralmente o bom e o ruim do exercício do poder, compreendê-lo em sua existência:

[...] o papel da filosofia não é descobrir o que está escondido, mas sim tornar visível o que é precisamente visível, enquanto o papel da ciência é o de conhecer aquilo que não vemos, o papel da filosofia é fazer ver aquilo que vemos. (FOUCAULT, 1978, p. 45).

Segundo Foucault, mais do que pretender analisar qualitativamente as relações de poder e concebê-las como capazes de constranger ou obrigar, das quais se poderia escapar por meio de um golpe ou revolução, seria preciso olhá-las como jogos de poder em torno de tática e estratégia. Jogos em torno da medicina, do corpo doente, da penalidade e da prisão, em torno da loucura:

Estamos em um desses momentos em que essas questões cotidianas, marginais, mantidas em um relativo silêncio, atingem um nível de discurso explícito, em que as pessoas aceitam falar delas, mas entrar no jogo dos discursos e tomar partido em relação a elas. A loucura e a razão, a morte e a doença, a penalidade, a prisão, o crime, a lei, tudo isso faz parte do nosso cotidiano, e é esse cotidiano que nos parece essencial. (FOUCAULT, 1978, p.46).

Esclarece que não se trata de um recorte essencialista<sup>5</sup>, mas um conjunto de mecanismos e de procedimentos que teriam como função manter o poder. Desse modo, procurará compreender esse jogo de forças, um *modus operandi* de como o poder causa e provoca as relações sociais, relações de produção, relações sexuais e relações familiares. Emprega conceitos ligados às linhas, circulações, coordenações e efeitos de poder, intrínsecos a tais relações.

Foucault (2006, p. 279) procura tecer uma análise sobre diferentes modalidades de poder, contrapondo o poder soberano ao exercício de uma racionalidade governamental que será construída a partir do Renascimento. Durante a Idade Média, o poder soberano e legal decorria da sorte do príncipe, de sua boa fortuna e das virtudes únicas de um rei. Assim, o poder era exercido sobre o território e pautava-se pelas leis, algo exercido de forma descendente e em exterioridade ao povo, era imposto e baseado na hereditariedade.

Já com o advento do século XVII, surge um novo conjunto de técnicas relacionadas à arte de governar por meio do cálculo e das necessidades do Estado. Essa função será distinta do aparelho solene da soberania, uma vez que buscará o bem comum e se valerá de esquadrinhamentos e da disciplina dos corpos, que serão distribuídos em um espaço e um tempo previamente determinados, como descreve Foucault (2009): um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las. O corpo visto como máquina que se pode adestrar, com o objetivo de produzir. Daí o caráter de positividade dado por Foucault:

É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz, ele produz realidade, produz campos de objeto e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 2009, p.189).

---

<sup>5</sup> "O pensamento essencialista define-se por duas características: atribui a todos os membros de um grupo social, étnico, histórico ou racial, atributos que podem, com efeito, encontrar-se, mais ou menos frequentemente, entre os membros desse grupo; explica esses atributos pela natureza do grupo e não pela situação social ou pelas condições de vida. Quando o grupo é havido por bom, os traços favoráveis passam por características; quando o grupo é havido por mau, só os traços desfavoráveis contam. Os indivíduos isentos do desprezo que é dado à sua comunidade são considerados exceções, atípicos". (ARON, 1969, p. 86).

Paulatinamente, no fim do século XVIII surge outro dispositivo de segurança que se constituirá como um governo das populações. O homem então é visto como espécie biológica e a vida será tomada como objeto de suas intervenções. Logo ele propõe-se a estudar o biopoder, definido como uma série de fenômenos e mecanismos pelos quais se constituirá uma estratégia geral de poder que concebe a espécie humana e suas características biológicas como objeto de uma política e de um cálculo.

A partir dessas reflexões, Foucault procura definir o conceito de governamentalidade e qual seria o tipo de poder que tal noção compreende. Inicialmente, aponta os diversos sentidos que podem comportar a palavra governar, como a de conduzir alguém, seguir um caminho, sustentar materialmente uma pessoa ou ainda o de impor um regime a um doente. Pode significar também o controle que se pode exercer sobre si e seu corpo, o controle dos outros e a condução das almas. O referido autor destaca que:

[...] nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades [...] ora, a ideia de que os homens são governados é uma ideia que certamente não é grega e que não é tampouco, creio eu, uma ideia romana. (FOUCAULT, 2009a, p. 165).

Para Foucault governamentalidade é:

1. O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança;
2. A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros- soberania, disciplina etc. e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes;
3. O resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado. (FOUCAULT, 2006, p.291-292).

No estudo sobre a loucura, Foucault partiu do “problema” que ela constituía em contextos sociais, epistemológicos e políticos, ou seja, o problema que ela

colocava aos outros. No caso das pesquisas concernentes à sexualidade se trataria de problemas que surgem para os próprios indivíduos (homens da Antiguidade). Assim, no primeiro caso, como se governava os loucos e no, segundo, como governar-se a si próprio:

Tratava-se de saber como governar sua própria vida para lhe dar a forma que fosse a mais bela possível (aos olhos dos outros, de si mesmo e das gerações futuras para as quais se poderá servir de exemplo). Eis o que tentei reconstituir, a formação e o desenvolvimento de uma prática de si que tem por objetivo se constituir como o artífice da beleza de sua própria vida. (FOUCAULT, 2008, p.76).

Para Gros (2008), o sujeito dos cuidados de si de Foucault é um sujeito ético e não um sujeito ideal do conhecimento. Logo é plenamente mutável, transformável, que se constitui por técnicas, práticas e regras de conduta. Foucault destaca que diferentemente de uma moral inerente à Pastoral Cristã que prescreve normas, códigos e restrições assujeitando o rebanho, o cuidado de si grego pressupõe:

[...] a edificação de práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmo regras de conduta, como também buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo. Essas “artes da existência”, essas “técnicas de si” perderam certamente parte de sua importância e de sua autonomia ao serem integradas, com o cristianismo, no exercício de um poder pastoral e, mais tarde, às práticas de tipo educativo, médico ou psicológico. (FOUCAULT, 2006, p. 199).

Com o cuidado de si o sujeito desenvolve uma série de práticas voltadas para intensificar as ações consigo mesmo, seriam técnicas de si, práticas e meditações. No entanto, isso vai se dar em contato com os outros, o que provocará uma transformação dele mesmo. Alípio Souza (2008) cita a leitura, a escrita, a interpretação dos sonhos, as reflexões e cuidados com o corpo (sono, exercícios físicos, comida, bebida, excreções e relações sexuais) como técnicas do trabalho sobre si mesmo, como lugar de uma experiência, de ensaios, de existir.

No que se refere a esta pesquisa, uma possibilidade de recorte, no sentido de se buscar atitudes de autonomia e resistência, seria ver se no espaço institucional os adolescentes apresentariam algum espaço próprio para questionarem as

“verdades estabelecidas sobre eles”, se conseguiriam constituir técnicas de si, voltadas ao cuidado de si mesmos, em meio aos diversos atravessamentos que os perpassam – afastamento de suas famílias, distanciamento de sua comunidade de origem, ausência de visitas, futuro incerto, rotinas repetitivas. Mapear se há momentos de autonomia do sentir, do viver, alguma linha de fuga particular que se contrapusesse ao disciplinamento, à obediência irrestrita.

Foucault chama de “assujeitamento” e “obediência irrestrita” as consequências advindas com as tecnologias de poder presentes na Pastoral Cristã:

Esse poder é o que chamarei – ou melhor, é o que se chama – de pastorado, ou seja, a existência dentro da sociedade de uma categoria de indivíduos totalmente específicos e singulares, que não se definiam inteiramente por seu status, sua profissão nem por sua qualificação individual, intelectual ou moral, mas indivíduos que desempenhavam, na sociedade cristã, o papel de condutores, de pastores em relação aos outros indivíduos que são como suas ovelhas ou o seu rebanho. Creio que a introdução desse tipo de poder, desse tipo de dependência, desse tipo de dominação no interior de sociedade romana, da sociedade antiga, foi um fenômeno muito importante. (FOUCAULT, 2006, p. 65).

Nesta afirmação, Foucault tratará do problema do governo, não mais visto como algo que representa o poder constituído legalmente, por meio de um contrato, definido pelo Direito para assegurar a legitimidade do poder do soberano, o Estado de direito, e sim um dispositivo constituído por um conjunto de práticas múltiplas e imanentes, voltadas para a gestão das coisas<sup>6</sup> e não de um território.

Foucault (2009a) situa o século XVI como um período em que houve a produção de uma diversidade de textos voltados para abordar o governo de si, o governo das almas e o governo dos homens. Como conduzir a si mesmo, no que concerne à moral, como governar a própria casa, o que remete a uma economia do lar e finalmente como conduzir o Estado, relacionado ao exercício de uma política.

De acordo com Foucault (2009a, p. 173), o pastor deve vigiar a todos e cada um, *omnes et singulatim*, o que consistirá no problema tanto das técnicas de poder

---

<sup>6</sup> Foucault vale-se da conceituação de La Perrière, que em seu livro *Le Miroir Politique* tratar-se-ia de um complexo constituído por homens em relações com coisas, traduzidas pela riqueza, pelos recursos, o clima, o território, suas fronteiras, hábitos e formas de pensar.

modernas, que serão introduzidas posteriormente no governo das populações, como das técnicas de poder daquela época do pastorado cristão.

Pontua ainda que o poder pastoral se exerce mais sobre “todos e a cada um” do que sobre um território:

É, portanto, um poder finalizado, um poder finalizado sobre aqueles mesmos sobre os quais se exerce, e não sobre uma unidade de tipo, de certo modo, superior, seja ela a cidade, o território, o Estado, o soberano [...] É, enfim, um poder que visa ao mesmo tempo todos e cada um em sua paradoxal equivalência, e não a unidade superior formada pelo todo. (FOUCAULT, 2009a, p. 173).

Para esclarecer melhor o governo de si, ele aborda um aspecto que diferencia bastante a cultura grega da ocidental cristã que é o da obediência. Ele aponta que o cidadão grego só aceita se dirigir pela lei e pela persuasão, ou retórica dos homens. Assim, segundo Foucault (2009a, p. 230), a categoria obediência não faria parte das instâncias que regem a vida do cidadão grego, o qual seria guiado pelo respeito às leis, respeito às decisões dos magistrados, o que traduz um respeito às ordens que se dirigem em nome de todos.

No que concerne ao pastorado cristão, Foucault salienta a formação de uma obediência pura, uma conduta extremamente valorizada, que tem sua finalidade em si mesma. A relação que o indivíduo estabelece com seu pastor é a de uma obediência e dependência integral:

Dependência integral quer dizer, creio eu, três coisas: Primeiro é uma relação de submissão, não de uma lei, não a de um princípio de ordem, nem mesmo a uma injunção racional ou a alguns princípios ou conclusões extraídos pela razão. É uma relação de submissão de um indivíduo a outro indivíduo. Isso porque a relação estritamente individual, a correlação entre um indivíduo que dirige e um indivíduo que é dirigido, é não apenas uma condição, mas o princípio mesmo da obediência cristã. (FOUCAULT, 2009a, p. 232).

A direção da consciência no pastorado cristão não era voluntária e tinha um caráter permanente e não contingencial, já que não tinha a função de fazer com que o sujeito conseguisse controlar a si, mas sim validar e perpetuar a relação de dependência ao outro e produzir um discurso de verdade sobre si mesmo.

Foucault questionou o estabelecimento de um jogo de forças com o advento da era cristã, que transformou o exercício do cuidado de si e de todas as práticas voltadas para que o indivíduo viesse a constituir sua subjetivação, por meio de uma ética autônoma e da estética da existência, por um processo de interiorização que buscou o conhecimento e a verdade sobre si mesmo, porém fazendo com que a produção dessa verdade fosse sujeitada a um outro, o pastor.

Sua ideia de sujeição e menoridade e governo de si são indicadores de aumento ou diminuição de autonomia, o jogo de forças que permeia as relações, como os saberes produzidos em tais campos, regimes de verdade<sup>7</sup>, que pretendem saber mais do outro do que ele mesmo.

A confissão sacramental se inseria no quadro das penitências estipulado para que o cristão se purificasse de seus pecados, de forma regular e exaustiva:

[...] o padre não vai mais se contentar com a revelação espontânea do fiel, que vem vê-lo depois de ter cometido a falta. O que vai garantir a exaustividade é que o padre vai controlar pessoalmente o que o fiel diz: ele vai pressioná-lo, vai questioná-lo, vai precisar sua revelação, por toda uma técnica de exame da consciência. (FOUCAULT, 2002, p. 214).

Em decorrência desses procedimentos, vai se constituir o direito de exame, que sustentará o poder sacramental das chaves dos céus. Desse modo, seus olhos, ouvidos determinam o que será olhado e ouvido pelo padre:

Donde esse formidável desenvolvimento da pastoral, isto é, dessa técnica que é proposta ao padre para o governo das almas. No momento em que os Estados estavam se colocando o problema técnico do poder a exercer sobre os corpos e dos meios pelos quais seria efetivamente possível pôr em prática o poder sobre os corpos, a Igreja, de seu lado, elaborava uma técnica de governo das almas, que é a pastoral, a pastoral definida pelo Concílio de Trento. (FOUCAULT, 2002, p. 214).

Márcio Fonseca aborda a difusão, que se produzirá entre os séculos XV e XVI, com a laicização da arte de governar os homens, da Pastoral Cristã, a qual

---

<sup>7</sup> Em *A ordem do discurso* (2010) Foucault afirma que os diversos discursos são práticas descontínuas que às vezes se justapõem ou se cruzam, mas que também ignoram ou excluem. Assim, não haveria uma verdade natural, mas sim invenções de verdades, uma vez que não há essências e sim verdades construídas historicamente e legitimadas pela ciência ou pelo poder, enquanto outras são excluídas e desprezadas.

sobrepujará o âmbito religioso e se multiplicará em diversos meios, tratando-se daí para frente não só do modo como se governará a vida do fiel, mas também de como serão conduzidos os pobres, as crianças, as cidades e o próprio corpo.

Em síntese, o que Foucault (2006, p.291-292) aponta é que o pastorado é um prelúdio ao processo por meio do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI o Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado.

Nesse sentido, outra hipótese que construo é a de que os adolescentes que moram em acolhimentos provisórios estão submetidos, de forma explícita, às normas de governamentalidade, uma vez que se encontram em instituições, permeados por técnicas, saberes e práticas que ordenam e normalizam suas vidas e as de suas famílias. Logo, presume-se que indivíduos que conseguem resistir e assumir um discurso autônomo diante do que é falado e dado como verdade sobre eles são sujeitos mais propensos a ampliarem e desenvolverem sua potência de vida. Já aqueles que estão passivos aos acontecimentos são os que Foucault analisa como os que se submetem e se sujeitam às “verdades” estabelecidas. Ou seja, permanecem em estado de heteronomia e, como Espinosa concebe, com sua potência de vida diminuída em relação à potência de padecimento.

A presente pesquisa elege essas questões colocando em relevo a provisoriedade<sup>8</sup> da medida de acolhimento e a condição desses jovens, na maioria oriundos de família mergulhada na miséria e na exclusão, fatores sociais que atravessam a produção da subjetividade na instituição. Como fala Rizzini:

[...] a história das políticas sociais, da legislação e da assistência (pública e privada), é, em síntese, a história das várias fórmulas empregadas, no sentido de manter as desigualdades sociais e a segregação das classes-pobres/servis e privilegiadas/dirigentes. Instrumentos-chave dessas fórmulas, em que pesem as (boas) intenções filantrópicas, sempre foram o recolhimento/isolamento em instituições fechadas, e a educação/reeducação pelo e para o trabalho, com vistas à exploração da mão-de-obra desqualificada, porém gratuita. (RIZZINI, 1990, p.16).

---

<sup>8</sup> De acordo com o ECA, artigo 101: “O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando em privação de liberdade”.

## **2 Histórico das instituições de acolhimento para proteção de adolescentes: reflexões sobre a governamentalidade**

Neste capítulo, pretende-se apresentar alguns fatos históricos que caracterizam a construção do sistema de proteção às crianças e aos adolescentes e o gradativo processo de governamentalidade em relação a eles, com destaque às práticas instituídas, naturalizadas e, posteriormente, racionalizadas. Retoma-se a história dos serviços de acolhimento presentes na Europa, desde o declínio da Idade Média até seu apogeu na Idade Moderna, a partir do século XVIII. Procura-se ainda evidenciar a presença dos registros sobre o acolhimento de crianças existentes no Brasil Colonial e no Império. É nesse período que se constata a criação de leis voltadas para a infância, que virão à luz com maior intensidade com o advento da República, até chegar aos dias de hoje, com a democracia já consolidada.

Marcílio (2010) realizou um estudo sobre a história da criança abandonada em Portugal e no Brasil. Observa que os registros de nascimento, batismo e crisma no século XVI, determinadas pelo Concílio de Trento, permitiram um amplo acesso documental aos pesquisadores. Isso possibilitou que se conhecessem tanto os movimentos demográficos sociais vitais quanto que se estipulassem os índices de ilegitimidade e de abandono de bebês ao longo da Idade Moderna e do século XIX.

A autora ainda destaca que o Direito Canônico redigido no século XVI regulamentou o matrimônio monogâmico e pautou uma doutrina da moral familiar e da sexualidade, com suas restrições, regras e penalidades. Conseqüentemente, o patrimônio da família seria destinado, por herança, aos filhos legítimos gerados no interior do casamento. Caso houvesse um desvio da moral conjugal, ele seria julgado pelo Santo Ofício, órgão do Tribunal da Inquisição.

Em cada registro de batismo daquela época devia constar se a criança era legítima, ilegítima, exposta ou escrava. Para salvaguardar a honra familiar, os filhos provenientes de uniões extraconjugais eram expostos.

Marcílio (2010) comenta que a Igreja católica considerou mais os casos de infanticídio e de aborto, em detrimento do abandono de crianças, em questões relativas à constatação de adultério ou de nascimento fora do casamento, pois essas crianças poderiam comprometer as noções de moral, de família e de casamento. O

fato de o Estado ter ficado ligado à Igreja desde o Antigo Regime até o século XIX permitiu que se criassem meios para a guarda, proteção e salvação das crianças desvalidas. A união da Igreja com o Estado resultou na elaboração de leis de proteção social, na construção e manutenção de instituições de amparo e assistência, além de arcar com os custos das amas de leite.

Segundo Marcílio (2010) o abandono de crianças foi um fenômeno que sempre esteve presente na Antiguidade, compreendendo as civilizações da Grécia, Roma e perdurando na Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea. Diga-se também que ele só não ocorreu em países de tradição protestante porque a doutrina obrigava que cada indivíduo fosse responsável diante de Deus e da sociedade por seus atos. Junto aos africanos, asiáticos e em áreas indígenas primitivas o fenômeno do abandono não ocorreu.

De acordo com Donzelot (1986), a partir do século XVIII era recorrente que se colocassem crianças, frutos de relacionamentos extraconjugais, consideradas ilegítimas, no interior de conventos religiosos ou hospitais gerais que dispusessem de uma roda para inseri-los na instituição de amparo, como uma forma de salvaguardar a honra de famílias. Esse autor comenta o alto índice de mortalidade dessas crianças, em virtude de uma administração deficitária, somada à falta de nutrizes e amas de leite que fossem adequadas ou competentes para se encarregarem de seus cuidados. Ocorre que essas mulheres eram mal pagas e acabavam assumindo o encargo de várias crianças, o que acarretava na morte de algumas delas.

Com o objetivo de centralizar o abandono de menores e evitar que as crianças rejeitadas fossem mutiladas e usadas por mendigos para suscitar compaixão, na França, São Vicente de Paula criou um hospital voltado para acolhê-las, conforme observa Donzelot (1986). O autor destaca que o que estava em evidência era proteger as famílias dos escândalos, conciliando seus interesses com os interesses do Estado. Desse modo, “os menores bastardos”, somados aos celibatários e prostitutas, são tratados como restos que devem ser afastados e isolados em instituições fechadas. Esse procedimento constitui base estratégica para uma variedade de intervenções corretivas, segundo Donzelot (1986, p. 31): “São partidários da roda todos os defensores da família que exaltam sua função

saneadora dos desvios sexuais, um modo de expurgar e absolver os produtos das faltas”.

Segundo Marcílio (1998, 2010), a instituição da Roda dos Expostos surgiu na Idade Média, mais precisamente em Roma, criada pelo Papa Inocêncio III, em 1203, e expandiu-se por Espanha, Bélgica, França e Portugal. Era uma maneira de garantir o anonimato de pessoas que entregavam crianças abandonadas, para evitar que morressem comidas por cachorros ou em virtude de sua exposição nas ruas e bosques. Muitas delas eram frutos de relacionamentos extraconjugais. Seu propósito era o de conferir-lhes proteção, sustento e batismo, para garantir que não fossem para o limbo, espécie de purgatório de crianças, segundo as crenças do catolicismo. A Roda constituía-se em um cilindro rotatório instalado em um dos muros do hospital para recolher a criança abandonada, garantindo o anonimato do expositor.

As primeiras Rodas de Lisboa foram edificadas nas imediações do Hospital Geral de Todos os Santos, modelo seguido pelas colônias ultramarinas. O Brasil fundou no século XVIII suas primeiras Rodas nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Recife.

De acordo com Marcílio (1992), a Roda dos Expostos perdurou por três regimes do governo brasileiro: iniciou-se na Colônia, continuou durante o Império e foi abolida durante a República, em decorrência da promulgação do Código de Menores de 1927. A autora considera que a Roda foi a única instituição de assistência à criança rejeitada ou abandonada. Embora a municipalidade, representada pelas Câmaras do Senado, entendesse que caberia a elas proverem assistência aos menores abandonados, houve apenas liberação de recursos escassos destinados às amas de leite para que se encarregassem dos cuidados dessas crianças desamparadas.

Marcílio (1997) aponta que a taxa de mortalidade dessas crianças expostas foi considerável, tanto aquelas criadas por amas de leite como as assistidas pelas Rodas, ou ainda as que foram acolhidas por famílias substitutas que muitas vezes as assumiam apenas para formar domésticos que servissem para se encarregar das tarefas do lar. Acabavam se tornando “filhos de criação” que não tinham qualquer direito assegurado pela lei.

Já Rizzini (1990) procura entender o tratamento dado à infância no Brasil pela mediação da desigualdade social: destaca que as relações sociais com a família, com a Igreja, com o Estado e com outros segmentos da sociedade difundiram valores orais, culturais e religiosos que reproduziram dominadores e subjugados em seus papéis. A seu ver, o problema da infância, considerado como extremamente grave e, invariavelmente, associado à pobreza, em momento nenhum foi solucionado e enfrentado com propostas que articulassem a distribuição de renda, a educação e a saúde.

Rizzini indaga quais seriam os papéis da Igreja, do Estado e da família diante de tal problemática e distingue dois modos fundamentais de tratamento: os bem-nascidos, que tinham a possibilidade de viver sua infância, e aqueles que se encontravam em situação socioeconômica desfavorável e ficavam sujeitos ao aparato jurídico-assistencial, cuja função era corrigi-los e educá-los.

Baptista, Fávero e Vitale (2008) realizaram um estudo sobre as famílias das crianças e adolescentes abrigados e concluíram que a tendência do sistema de proteção à infância e à juventude brasileira ainda é a de promover com mais frequência o acolhimento institucional e responsabilizar as mães por tal situação, ao invés de estabelecer ações que fortaleçam e apoiem a convivência familiar. Destacam ainda que ao culpar as mães pelo abrigamento e não tecerem estratégias para respaldá-las, a consequência mais direta é a destituição do poder familiar.

Nesse estudo sobre as famílias de crianças e adolescentes abrigados, Baptista, Fávero e Vitale (2008, p. 200) levantam as dificuldades encontradas por famílias que, sem trabalho e renda adequados para suprir suas necessidades básicas e sem a devida proteção social do Estado, não conseguem garantir condições para a permanência dos filhos consigo, o que resulta muitas vezes no acolhimento institucional.

Baptista (2008) comenta que, embora uma das causas do acolhimento mais apontada seja a negligência familiar, muitas vezes, ao invés de falta de cuidados necessários com crianças e adolescentes, há, na verdade, uma situação de precariedade econômica. Observa ainda que:

Há que se considerar que os depoimentos dos entrevistados refletem as próprias visões, mas podem estar recobertos por interpretações do

Judiciário, do Conselho Tutelar, do abrigo ou de um denunciante. No caso de famílias abrigadas, esta situação se exacerba pelo dito e pelo insinuado em termos de juízo e de culpabilizações. (BAPTISTA, FÁVERO, VITALE, 2008, p. 5).

No que tange ao processo de institucionalização, Rizzini (1990) salienta que a criação da roda dos expostos propiciou uma cultura institucional assistencial que perdura até hoje:

O recolhimento, ou a institucionalização, pressupõe, em primeiro lugar, a segregação do meio social a que pertence o “menor”; o confinamento e a contenção espacial; o controle do tempo; a submissão à autoridade- formas de disciplinamento do interno, sob o manto da prevenção de desvios ou da reeducação dos degenerados. Na medida em que os métodos de atendimento foram sendo aperfeiçoados, as instituições adotavam novas denominações, abandonando o termo asilo, representante de práticas antiquadas, e substituindo-o por outros, como escola de preservação, premonitório, industrial ou de reforma, educandário ou instituto. (RIZZINI, 1990, p.20).

O que dificultou e diminuiu a oferta de instituições de cunho caritativo que ofereciam amparo e abrigo às crianças expostas foi a retirada de auxílio oferecido pelas Câmaras Municipais que eram incumbidas de arcar com os custos dispensados às crianças expostas, por meio das Ordenações Filipinas. A partir da Independência do Brasil, foi promulgada a Lei dos Municípios, para que algumas Câmaras se vissem desobrigadas a prestar essa assistência e delegassem tais cuidados às Santas Casas de Misericórdia, o que Marcílio levanta como o fim do cunho assistencial e o início da fase filantrópica, com a associação do público com o particular:

O encargo com os expostos era uma tarefa pesada, custosa e difícil para as Santas Casas de Misericórdia. Durante a época colonial era frequente que o espírito de caridade da população ajudasse a manter essas instituições. Homens proprietários, preocupados com a salvação de suas almas, deixavam em seus testamentos legados e esmolos para as Misericórdias, muitos designando-os expressamente para a ajuda na criação dos expostos, ou para prover dotes às mocinhas desamparadas da casa dos expostos (MARCÍLIO, 1997, p. 67).

Em seu livro *A Polícia das Famílias*, Donzelot (1986) comenta que por volta do século XVIII houve um florescimento de publicações que buscavam orientar as famílias a proteger e conservar as crianças. Ele destaca que no século XVIII houve uma proliferação de tecnologias da parte do Estado, chamadas de biopolíticas, que passaram a investir no corpo, na saúde, nas formas de se alimentar e de morar. Todo o espaço da existência foi organizado por intermédio da polícia<sup>9</sup>, que tinha como objetivo aumentar a força e potência da nação, contribuindo para a efetivação da felicidade pública.

Contudo, com o advento do século XIX, da filosofia iluminista e do higienismo, houve uma diminuição das antigas formas de caridade, com o agravante de que as verbas dispensadas pelas assembleias municipais eram reduzidas e pouco contribuíam com a assistência a esses indivíduos, o que acabou culminando na extinção dessas rodas, que passaram a ser vistas como imorais e contra os interesses do Estado. Além disso, para Marcílio (1997) os médicos higienistas consideravam que esses lugares eram promíscuos e careciam de arejamento, tornando-se, portanto, focos propícios ao surgimento de doenças.

Rizzini (1990) salienta que ao final do século XIX, o Brasil começava a se urbanizar e a iniciar seu processo de industrialização, não obstante a mentalidade ainda guardasse traços rurais e escravocratas. Desse modo, o crescimento das cidades, com a conseqüente concentração da população urbana, fez com que os preceitos higienistas ganhassem relevo. O intuito maior era o de se evitar o contágio por doenças infectocontagiosas. A autora assinala que o alvo maior dos higienistas foi a família, e a criança era um meio para que essas intervenções se fizessem presentes e aceitas por meio da puericultura.

Segundo Rizzini, em 1901 foi criado o primeiro Instituto de Proteção e Assistência à Infância, no Rio de Janeiro, pela iniciativa de Dr. Moncorvo Filho, com o escopo de formar e recuperar “degenerados e desviados”.

---

<sup>9</sup> Para Donzelot (1986), a polícia não implicaria em uma instituição repressora e sim na conjunção de métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação, tratava-se de regular todas as coisas relativas ao Estado e agir em prol de sua felicidade pública e consolidar aumento do poder.

Donzelot (1986) destaca que o que distinguia a caridade assistencial religiosa da filantropia eram, no caso desta última, seus métodos científicos, que visavam propiciar, a longo termo, a autonomia das pessoas auxiliadas. O objetivo maior era o de capacitar as pessoas a produzirem e, inclusive, a pouparem, afastando aquelas que, em virtude do comportamento erradiço, pudessem conturbar a ordem vigente.

Outra autora que se debruçou sobre as estratégias e técnicas de governamentalidade no tocante à infância e juventude no Brasil foi Arantes (1990), que busca compreender, ao longo da história, como foram se constituindo modos de subjetivação de crianças, por meio da formação e produção de práticas que concebem a noção da criança desvalida, enjeitada e, posteriormente, do menor abandonado:

A difusão dessas noções na vida social, ao mesmo tempo em que serve de baliza quanto ao embaralhamento das práticas, constitui-se, por outro lado, em verdadeiro logro ao pesquisador, militante ou trabalhador da área, na medida em que essas noções ou identidades são tomadas como sendo a natureza mesma das crianças. (ARANTES, 1990, p.154).

A proposta de Arantes (1990) é a de problematizar as práticas históricas e colocar em cheque as noções dadas de antemão no campo, evidenciando o mecanismo dessas fabricações, por meio do emprego do método histórico-genealógico. Seu enfoque é proposto por Foucault (1983), que faz uma análise sobre o sujeito-poder-verdade e referencia um domínio de práticas produtoras de modos históricos de subjetividade investidas no corpo:

Havendo descontinuidade das práticas, novas identidades emergirão na paisagem enquanto objetos para um sujeito do conhecimento. Neste sentido, tanto as crianças “tabulas rasas” dos primeiros jesuítas quanto os “expostos” e “desvalidos” da antiga caridade, bem como os “abandonados” e “irregulares” da República aparecerão como rostos datados, em descontinuidade uns em relação aos outros – perpassados todos, no entanto, pela herança de exclusão que marca a história do Brasil desde o descobrimento. (ARANTES, 1990, p.155).

Para definir de modo mais claro a diferenciação de exposto, enjeitado e abandonado Arend (2010), em seu texto *De exposto a menor abandonado: uma trajetória jurídico-social*, realiza uma distinção entre os termos destinados às

crianças. Expostas eram aquelas até os 7 anos de idade encontradas em estado de abandono, onde quer que fosse. Comenta que embora tal acepção estivesse contida no Código de Menores de 1927, no período da colonização era comum que houvesse pouca distinção entre enjeitado e exposto.

Baseando-se em Venâncio (1999), Arend explica que, no século XIX, expostas eram as crianças deixadas em terrenos públicos sob o risco de serem mortas por animais ou em consequência das intempéries, ao passo que enjeitadas eram aquelas entregues aos funcionários das Câmaras Municipais ou colocadas nas rodas, quando havia um cuidado em resguardar a vida da criança. No entanto, a legislação não fazia esse tipo de diferenciação, tratando por expostas todos os indivíduos. O Código Penal da República, de 1890, não faz distinção entre exposta e abandonada, o que acarretou no fato do Código de Menores de 1927 ter abarcado a definição de exposto e a de abandonado.

No entanto, Arend (2010, p. 355) aponta que a diferenciação entre criança exposta e menor abandonado foi se construindo gradativamente no que concerne ao âmbito legal. Para o Código de Menores de 1927, uma criança ou jovem eram considerados abandonados caso seus pais fossem alvo de destituição ou suspensão do pátrio poder. Nesses casos, as crianças eram entregues aos cuidados de um guardião, tutor, hospital, asilo, escola de preservação ou de reforma. Salaria que da população de crianças consideradas abandonadas, chamadas posteriormente de "filhas do Estado", eram pobres, originárias de grupos populares urbanos.

Arend (2010) cita os trabalhos de Nascimento (2006) e de Oliveira (2001). Tais autores consideram que tanto a institucionalização da assistência às crianças abandonadas como o combate ao infanticídio não se constituíram em políticas isoladas, mas fizeram parte de um plano de governamentalidade. Segundo ambos os pesquisadores, aos poucos a população transformou-se em um "objetivo final do governo". Logo, observam que na própria legislação de 1845<sup>10</sup> o Estado brasileiro passou a intervir no destino dos infantes.

---

<sup>10</sup> Trata-se do Código de Posturas do Desterro que cobra multa dos autores de infanticídio e é criminalizada a exposição de recém-nascidos ou seu abandono em lugares ermos. Ademais, criminaliza a prática de castigos corporais e transformam os maus-tratos em infração.

Fazendo referência aos pressupostos da biopolítica trabalhados por Michel Foucault, Arend (2010, p. 346) entende que o conjunto de estratégias e técnicas encetadas pelas instituições de caráter público e privado dos séculos XVIII e XIX tomaram a família como alvo de intervenções voltadas a preservar o corpo espécie da população, por meio de campanhas de controle de natalidade, de combate às epidemias, de vacinação e aquelas relativas ao casamento, com o escopo maior de se preservar a vida.

Arend (2010) aponta ainda que a atuação do Estado sobre as famílias, por intermédio da medicina e da pedagogia, começa a fundar um novo modo de funcionamento que irá ditar os pressupostos de “normalidade” e de “anormalidade”. Desse modo, haverá todo um código de condutas esperadas e outras que serão vistas como “desviantes”, “patológicas” e “irregulares”.

Segundo Santos (2004, p. 208), os discursos médico e pedagógico serão cooptados pela elite econômica e intelectual, ao passo que os segmentos mais pobres da população receberão as intervenções e controles dos aparatos jurídicos e policiais. Assim, a puericultura e a higiene serão inseridas nas famílias de classe média e alta, ditando modos de se educar os filhos, hábitos de higiene e de conduta moral. Já a justiça se debruçará sobre a camada mais pobre da população, “desajustada”, desamparada e sem condições de produzir.

Na esteira das estratégias empreendidas pelo Estado para regular e operar no interior das famílias pobres, Arend (2010) tecerá um fio condutor que parte do Código Civil de 1916. Este contém penalizações para os genitores de crianças que “praticassem atos contrários à moral e aos bons costumes”, condutas essas que distavam da norma familiar burguesa e encontra correlação com o Código de Menores de 1927, uma vez que este passa a compreender o menor abandonado. A autora descreve assim suas peculiaridades:

O Código de Menores de 1927 é considerado um marco no que tange à legislação infanto-juvenil. Este ordenamento jurídico contempla as discussões que vinham sendo realizadas em nível internacional, sobretudo nos Congressos Panamericanos da Criança, e na sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX. Segundo esses discursos formulados pelas elites, sob a ótica dos ideários do Progresso e da Civilização, era preciso “salvar” as crianças e os jovens pobres do Brasil do abandono, do

ócio e do vício. É importante observar, que a partir da instituição da primeira legislação menorista, o Poder Judiciário torna-se uma peça fundamental na administração da assistência.

A partir de 1940, não há mais qualquer referência à criança exposta e prevaleceu a noção de abandono associada à infância pobre ou a que estivesse fora dos padrões estipulados pela norma familiar burguesa. Para Santos, a tutela estatal sobre as crianças e jovens brasileiros foi formada a partir do século XIX, quando os dispositivos sócio-jurídicos criados nesse período instituem os conceitos de “menor” e de “criança”, tomando por base que os primeiros eram aqueles nascidos nas camadas mais pobres da população e os segundos, os bem-nascidos:

Neste trajeto do jurídico ao social, a expressão assume conotação de controle político, pois ao segmentar certos setores sociais, criam-se categorias de crianças consideradas “suspeitas” e potencialmente “perigosas”. (SANTOS, 2004, p. 206).

A Doutrina da Situação Irregular que incorporou os preceitos higienistas às práticas jurídicas tornou-se o parâmetro legal que norteou a redação dos dois Códigos de Menores do Brasil, o de 1927 e o de 1979. Em seus conteúdos, ambos concebiam que somente os “menores” em situação irregular (1979), aqueles considerados “abandonados, delinquentes, perversos ou na iminência de ser” (1927), estariam à mercê da tutela e intervenção do Estado. Santos comenta que:

Nessa altura, já é possível distinguir mais claramente quem é o “menor”, em oposição à “criança”. O primeiro tem origem nas camadas sociais mais baixas, refratárias à interiorização dos códigos normativos tidos como modelares no processo de modernização e urbanização social. Estes exigem do Estado formas de captura ostensivas e intervenção do aparato judiciário e policial. Em contrapartida, a “criança” tem como origem os núcleos familiares burgueses, cujos membros se identificam mais facilmente ao ideário dominante. Assim, embora a história da intervenção sobre as duas categorias tenha sido distinta, ambas foram alvo de políticas que atravessaram seus modos de funcionamento e reconhecimento. (SANTOS, 2004, p. 217).

O Código de 1979 também teve como base a Doutrina da Situação Irregular e considera os “menores” como objetos do Direito. Assim, cria mecanismos que autorizavam o Estado a intervir diretamente no interior das famílias, por meio da

destituição do pátrio poder do pai ou da mãe (denominado de Poder Familiar, a partir do novo Código Civil de 2002) que, por excesso ou abuso de autoridade, negligência, incapacidade ou impossibilidade de exercer o seu poder, deixasse de cumprir seu dever paterno (SANTOS,2004).

Em julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgado com o objetivo de conferir proteção integral às crianças e adolescentes de nosso país. O ECA substituiu o Código de Menores de 1979, legislação esta que tinha como prerrogativa que o Estado pudesse intervir na vida de crianças e adolescentes, vistos então como objetos passíveis de serem “colocados” em internatos e casas de custódia, quando se encontrassem em situações irregulares (em mendicância, abandonados ou tendo cometido atos infracionais). Diferentemente dessa concepção, o ECA toma a criança e o adolescente como sujeitos de direito, com primazia de atenção, cuidados e proteção integral.

Com o ECA (1990), a expressão “menor” é substituída por criança ou adolescente. Outra alteração importante (na legislação) é a de que eles deixam de ser concebidos como “objetos de intervenção”. Segundo Santos (2004), substituir a palavra “menor” pelos termos “criança” e “adolescente” não é suficiente para transformar a realidade instituída, embora possa revelar um primeiro passo na conscientização crítica dos preconceitos subjacentes às formas que elegemos para nomear e significar o universo social no qual nos situamos.

Na mesma linha, Oliveira afirma que com a promulgação do ECA há outra transformação no que se refere às instituições que acolhem crianças e adolescentes. Anteriormente chamadas de orfanato, obra ou colégio interno, a partir daí do novo estatuto passam a receber a denominação de abrigo. Oliveira (2007) comenta que se esperava, com isso, que a mudança não ocorresse apenas na nomenclatura, mas, sobretudo nos papéis e funções dessas instituições, o que implicaria no aprimoramento da qualidade do serviço prestado: “a proteção integral vai muito além da oferta de habitação, alimentação, educação e atendimento médico”.

O abrigo é considerado uma das últimas medidas de proteção elencadas no artigo 101, inciso VII do ECA. Embora seja visto como uma medida excepcional, ele é aplicado sempre que se constatar uma situação de risco para a criança ou o

adolescente que implique em vitimização, negligência, abandono e não houver possibilidade imediata de se deixar a criança sob a proteção de sua família ou sob a responsabilidade de terceiros.

No entanto, verifica-se que, em muitos casos, o que era para ser uma medida excepcional torna-se habitual, haja vista a não efetivação, por completo, das políticas públicas do Estado e de algumas práticas institucionais que dificultam a articulação dos serviços. A consequência direta é o prolongamento do tempo de abrigo. Há casos de violência que tampouco são sanados e independem de ações sociais e econômicas, que igualmente ensejam na extensão do período de acolhimento.

Em 2007, foi publicado um projeto de autoria da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, junto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e em parceria com a Secretaria Especial para Participação e a Prefeitura da Cidade de São Paulo. A publicação constata que o prolongado tempo de permanência de crianças e adolescentes indica a não provisoriade dessa medida de proteção.

Outro aspecto relevante sobre o tema é a premissa de que:

Tornar o abrigo provisório não é tarefa exclusiva da família, do abrigo, do judiciário ou tão somente e qualquer outra instituição: é responsabilidade de toda a rede que compõe o Sistema de Garantia de Direitos. Houve ainda a constatação de que a exclusão social e o não acesso a bens, serviços e direitos básicos são responsáveis pela exclusão de grande parcela dos que vivem em abrigos (OLIVEIRA, 2007, p. 143).

Em agosto de 2006, foi elaborado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e, em junho de 2009, o Projeto de Diretrizes das Nações Unidas Sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças, que finalmente foi aprovado em junho de 2009, durante a 11ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Recentemente, mais precisamente em junho de 2009, foi promulgado pelo Governo Federal do Brasil o Manual de Orientações Técnicas relativo aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, que devem se pautar pelos

pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente e integrar os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). De acordo com o Manual de Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento, publicado em julho de 2009, pelo Departamento de Proteção Social Especial (Secretaria Nacional de Assistência Social e Ministério do Desenvolvimento Social), aprovado tanto pelo Conselho Nacional de Assistência Social como pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, é preciso empreender esforços no sentido de se garantir o direito da criança e dos adolescentes de usufruir da convivência familiar e comunitária.

Anteriormente a essa lei, as instituições governamentais e não governamentais que constituíam a rede de proteção em situações de risco à integridade emocional e física de crianças e adolescentes, que os acolhiam em situações de excepcionalidade e provisoriedade se chamavam abrigos. Posteriormente, já com o Manual de Orientações Técnicas em vigência, elas passaram a se chamar serviços de acolhimento que integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e devem se pautar, sobretudo, pelos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (2009).

É nesse contexto institucional que a presente pesquisa reflete sobre as afetações que sofrem os adolescentes no contexto das unidades de acolhimento. Busca-se mapear os modos de afecção em face das relações que fazem com o que é dito sobre eles da parte de colegas, familiares, educadores, psicólogos, juízes, conselheiros tutelares e assistentes sociais, considerando o fato de estarem em regime de provisoriedade. Tomam-se esses discursos como regimes de verdade (discursos e documentos oficiais que são legitimados nos processos) que são proferidas sobre o outro, no caso os adolescentes, e procura-se entender como eles funcionam como processo de assujeitamento, afetando as crianças na direção do assujeitamento e resignação ou se da resistência e da autonomia. O estudo não procura compreender apenas as relações concretas, os vínculos dos adolescentes entre si e com os demais partícipes desse momento de acolhimento, mas sim sua capacidade de afecção diante do que é dito, uma vez que, segundo Espinosa, como não há dualidade entre corpo e mente, uma ideia provoca efeitos no corpo e o corpo, ao se afetar, produz efeitos na mente.

A pesquisa parte do relato do sujeito que se encontra em uma situação peculiar e excepcional de proteção e amparo pelo Estado e evidencia o que ele diz, como se posiciona, o modo como se deixa afetar e contrapõe esses relatos com o que é dito pelos “especialistas”, adultos que detém poder sobre tais sujeitos, advindos ou de seu saber ou da posição que ocupam em suas vidas – a de responsáveis legais (sendo pais ou outros adultos guardiões).

A condição de acolhido produz resistência? Quais são as linhas de autonomia e resistência construídas pelos adolescentes? Como a provisoriedade constitui-se em campo de tensionamento que os lança para o futuro ou os aprisiona aos regimes de verdade? Da parte dos especialistas, como se produzem esses discursos? Adotam uma qualidade que vai ao encontro de uma Pastoral Cristã o que implicaria na assujeição do outro? Ou seus discursos promovem autonomia e uma consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente que norteia os princípios de proteção, autonomia e inserção de crianças e adolescentes? Há conflitos e divergências em suas falas?

### 3 Justificativa

*“Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, ideias etc. Com o saber científico anulo o saber das mulheres, das crianças, dos loucos – o saber social, cada vez mais reprimido como culpado e inferior”. (Lourau, 1995)*

A necessidade de que profissionais envolvidos nos programas governamentais de direito e proteção às crianças passem por capacitações sistemáticas para poderem se preparar para os desafios impostos pelo trabalho “sob o risco de não conseguirem acompanhar as constantes mudanças que suas práticas demandam” é comentada também por Rizzini (2006). Seria patente envolver todos os sujeitos implicados na questão: técnicos do judiciário, dirigentes de abrigos e educadores dessas instituições.

Mello (2005) retoma o fato de que crianças e adolescentes institucionalizados também têm família e que sua gênese é produto de uma dada configuração familiar. Esses laços precisariam ser pesquisados e desvelados: “suas relações afetivas se estabelecerão ao longo de seu processo de institucionalização [...] sabemos que este é um tema muito pouco explorado e que requer atenção”.

Segundo Del Priore (2002), a história da criança no Brasil é marcada por desigualdades, por contradições econômicas, por transformações culturais e é atravessada pela forma como os adultos se relacionavam com ela. A autora considera que as crianças foram dobradas à violência, à força e às humilhações:

No entanto, quem lê adultos leia também instituições; pois esta história que contamos, lança luzes sobre crianças prisioneiras da escola, da Igreja, da legislação, do sistema econômico e, por fim, da FEBEM, numa linhagem extensa de tarefas e obrigações que as desdobravam, no mais das vezes, em adultos. Enfaticamente orientadas para o aprendizado, o adestramento físico e moral e para o trabalho, perguntamo-nos se havia entre elas tempo e espaço para o riso e a brincadeira. Perguntamo-nos se em algum momento elas se sentiam realmente crianças. (DEL PRIORE, 1991).

Del Priore (1991) aponta ainda que no decorrer dos três séculos de história do Brasil, houve também pessoas que se preocuparam e se comprometeram em amparar e proteger essas crianças. Pais, mães e indivíduos que demonstraram afeto e sensibilidade para com elas. Finalmente, salienta a importância de estudos sobre a infância, pois “apenas estudando a infância e compreendendo as distorções a que esteve submetida, teremos condições de transformar o futuro das crianças brasileiras. E de nos transformar através delas”. A autora levanta materiais e documentos de estrangeiros que passaram pelo Brasil e escreveram suas impressões sobre a vida das crianças enjeitadas e expostas para problematizar sua história.

Bertuol (2003) realizou um estudo voltado para compreender as diversas versões de criança, implícitas na redação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Procurou, como estratégia metodológica, desfamiliarizar os conceitos presentes nesse documento. Um aspecto levantado por ela aponta ainda a possibilidade de uso dessa versão pelas pessoas que estão em contato com as crianças, ou seja, de efetuar uma ressignificação de antigos e novos repertórios sobre a criança, nas práticas profissionais. Constata, em sua pesquisa, que as pessoas que trabalham com crianças e adolescentes costumam concordar que elas são portadoras de direitos, mas considerá-las destinatárias de direitos seria outra coisa que implicaria em considerar seu futuro, a presença do afeto e as relações com a vida familiar.

Arantes (2004, p. 16) aponta que o psicólogo precisa se posicionar criticamente sobre os critérios de eficácia que são evocados a partir de sua especialidade, atentando para a finalidade de suas práticas, para os efeitos de suas ações e, sobretudo, para o risco do profissional vir a se instrumentalizar de modo pouco comprometido com a saúde da população com a qual trabalha. Citando Canguilhem adverte que muitos psicólogos exercem sua profissão misturando uma filosofia sem rigor com uma ética sem exigência e uma medicina sem controle.

Arantes destaca que a Psicologia Jurídica precisa desenvolver um rigor próprio e adequá-lo a seu campo de investigação, em especial compreender como e por que esse campo foi constituído, de que forma ele construiu seus procedimentos e qual seria a qualidade de sua eficácia. Desse modo, ela problematiza o posicionamento ético e político do psicólogo jurídico:

[...] constata-se, no exercício profissional dos psicólogos no âmbito judiciário, a predominância das atividades de confecções de laudos, pareceres e relatórios, no pressuposto de que cabe à Psicologia, neste contexto, uma atividade predominantemente avaliativa e de subsídio ao magistrado (...) no entanto, isto tem causado mal-estar entre a nova geração de psicólogos, que preferia ter de si uma imagem menos comprometida com a manutenção da ordem social vigente, considerada injusta e excludente (ARANTES, 2004, p.22).

Em síntese, a literatura aponta a necessidade de pesquisas sobre a realidade das crianças e jovens institucionalizados, para orientar a prática psicológica, especialmente do psicólogo jurídico.

Dados do *Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC* (2003), realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas, mostram que há cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo nos 589 abrigos pesquisados em todo o Brasil. A tabela 2 aponta que a maioria se encontra na região Sudeste, que concentra 49,1% dos abrigos e 45% dos abrigados. Somente o estado de São Paulo é responsável por um terço das crianças e adolescentes abrigados. A região Nordeste é responsável por 29,4% das crianças e adolescentes encontrados nos abrigos pesquisados; a região Sul, por 15,5%; a região Centro-Oeste, por 8,2%, e a região Norte, por apenas 1,9%:

**TABELA 02**

*Brasil: número de abrigos da Rede SAC e de crianças e adolescentes abrigados por Unidade da Federação*

Região/UF	NÚMERO DE ABRIGOS		NÚMERO DE CRIANÇAS ATENDIDAS		
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	
<b>Norte</b>	Acre	1	0,2	14	0,1
	Amapá	3	0,5	83	0,4
	Pará	3	0,5	36	0,2
	Rondônia	17	2,9	222	1,1
	Roraima	1	0,2	15	0,1
<b>Subtotal</b>	<b>25</b>	<b>4,2</b>	<b>370</b>	<b>1,9</b>	
<b>Nordeste</b>	Alagoas	7	1,2	290	1,5
	Bahia	37	6,3	1.915	9,9
	Ceará	14	2,4	1.353	7,0
	Maranhão	11	1,9	631	3,3
	Paralba	9	1,5	286	1,5
	Pernambuco	11	1,9	678	3,5
	Piauí	1	0,2	15	0,1
	Rio Grande do Norte	10	1,7	115	0,6
Sergipe	12	2,0	410	2,1	
<b>Subtotal</b>	<b>112</b>	<b>19,0</b>	<b>5.693</b>	<b>29,4</b>	
<b>Sudeste</b>	Espírito Santo	3	0,5	53	0,3
	Minas Gerais	40	6,8	1.350	7,0
	Rio de Janeiro	45	7,6	1.232	6,4
	São Paulo	201	34,1	6.081	31,4
<b>Subtotal</b>	<b>289</b>	<b>49,1</b>	<b>8.716</b>	<b>45,0</b>	
<b>Sul</b>	Paraná	41	7,0	1.082	5,6
	Rio Grande do Sul	58	9,8	1.529	7,9
	Santa Catarina	23	3,9	397	2,0
<b>Subtotal</b>	<b>122</b>	<b>20,7</b>	<b>3.008</b>	<b>15,5</b>	
<b>Centro-Oeste</b>	Goiás	4	0,7	416	2,1
	Mato Grosso do Sul	23	3,9	375	1,9
	Mato Grosso	14	2,4	795	4,1
<b>Subtotal</b>	<b>41</b>	<b>7,0</b>	<b>1.586</b>	<b>8,2</b>	
<b>Brasil</b>	<b>Total</b>	<b>589</b>	<b>100,0</b>	<b>19.373</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

**TABELA 03***Brasil: crianças e adolescentes abrigados por grupos de idade*

Idade (em anos completos)	Regiões brasileiras					BRASIL
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
0 a 3 anos	16,3	7,6	14,4	12,1	9,1	<b>11,7</b>
4 a 6 anos	12,4	9,1	15,1	10,6	10,4	<b>12,2</b>
7 a 9 anos	15,8	20,2	18,8	17,3	19,9	<b>19,0</b>
10 a 12 anos	17,1	23,8	20,4	22,2	23,3	<b>21,8</b>
13 a 15 anos	22,0	23,2	18,6	20,7	20,5	<b>20,5</b>
16 a 18 anos	14,5	12,5	11,1	12,3	12,6	<b>11,9</b>
Mais de 18 anos	1,8	2,4	1,6	4,1	2,1	<b>2,3</b>
Sem informação	0,0	1,1	0,1	0,6	1,8	<b>0,6</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

Pelos dados apontados na tabela 3 do IPEA (2003), a maior concentração de crianças e adolescentes abrigados é a que se encontra na faixa de 10 a 12 anos, possivelmente porque as mais novas logo são reinseridas em suas famílias de origem ou adotadas por famílias substitutas. Isso podemos verificar ao olharmos a porcentagem de crianças de zero a 3 anos acolhidas nas instituições.

**TABELA 05**

*Brasil/grandes regiões: crianças e adolescentes abrigados, segundo os principais motivos de abrigamento*

Motivo de ingresso em abrigo	REGIÕES BRASILEIRAS (%)					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Carência de recursos materiais da família/ responsável (pobreza)	22,7	34,3	22,4	11,3	23,3	24,1
Abandono pelos pais ou responsáveis	20,5	21,0	16,5	21,6	19,9	18,8
Violência doméstica (maus-tratos físicos e/ou psicológicos praticados pelos pais ou responsáveis)	20,9	5,8	13,3	15,5	10,1	11,6
Pais ou responsáveis dependentes químicos/ alcoólicos	7,1	6,8	13,9	12,6	10,1	11,3
Vivência de rua	9,2	10,0	5,8	5,4	4,6	7,0
Órfão (morte dos pais ou responsáveis)	1,8	5,5	5,4	4,9	5,0	5,2
Pais ou responsáveis detidos (presidiários)	2,4	2,6	4,2	2,9	3,5	3,5
Abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis	3,5	1,6	2,8	7,4	3,9	3,3
<b>Subtotal</b>	<b>88,1</b>	<b>87,5</b>	<b>84,4</b>	<b>81,6</b>	<b>80,6</b>	<b>84,8</b>
Ausência dos pais ou responsáveis por doença	0,7	2,4	3,3	3,2	2,6	2,9
Pais ou responsáveis sem condições para cuidar de criança/ adolescente portador de deficiência mental	0,9	1,6	1,9	5,3	0,7	2,2
Pais ou responsáveis portadores de deficiência	1,1	2,5	1,7	2,7	2,0	2,1
Submetido a exploração no trabalho, tráfico e/ ou mendicância	0,0	1,6	2,1	1,6	1,0	1,8
Pais ou responsáveis sem condições para cuidar de criança/ adolescente portador de deficiência física	1,1	0,4	1,8	2,6	0,1	1,4
Pais ou responsáveis sem condições para cuidar de criança/ adolescente portador de HIV	0,2	1,0	1,7	0,6	2,6	1,3
Pais ou responsáveis sem condições para cuidar de criança/ adolescente dependente químico	2,9	0,9	1,2	1,2	1,1	1,2
Submetido à exploração sexual (prostituição)	4,4	0,9	0,9	0,9	0,7	1,0
Pais ou responsáveis sem condições de cuidar de criança/ adolescente com câncer	0,2	0,0	0,5	0,0	8,2	0,7
Pais ou responsáveis sem condições para cuidar de adolescente gestante	0,4	0,2	0,1	0,3	0,1	0,2
Sem informação	0,0	0,9	0,4	0,0	0,4	0,4
<b>Subtotal</b>	<b>11,9</b>	<b>12,5</b>	<b>15,6</b>	<b>18,4</b>	<b>19,4</b>	<b>15,2</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

A tabela 5 mostra que em 2003 uma das causas maiores de abrigamento eram as dificuldades econômicas e financeiras, seguidas de vitimizações e maus-tratos, sobretudo na região Nordeste, ao passo que na região Sudeste a segunda maior causa é o uso de substâncias entorpecentes.

Somando-se a essa constatação há o estudo de Rizzini (2006), que levanta certas dificuldades encontradas no trabalho nos e com os abrigos. Entre eles: o risco de descontinuidade por mudanças políticas, problemas de articulação na rede de atendimento, falta de informações sobre a população atendida e encaminhamentos feitos sem considerar a capacidade e o perfil de atendimento da instituição. A autora destaca a dificuldade em atender com eficiência às demandas de reinserção dos adolescentes abrigados, em suas famílias e comunidades de origem: “as propostas que operam nos abrigos para reintegração não apresentam resultados positivos em relação a adolescentes, principalmente após os 15 anos”.

Recentemente, Prada, Willians e Weber (2007), das Universidades Federais do Paraná e de São Carlos, efetuaram uma pesquisa em abrigos das cidades de Curitiba e Santos e constataram que as orientações quanto ao respeito à individualidade e à inserção na comunidade ainda não haviam sido concretizadas por todas as instituições. E, por fim, constataram a presença de punição em um dos abrigos analisados.

Considerando tais avaliações e as reflexões de Espinosa sobre a relação entre afeto e autonomia, desenvolvida com o objetivo de enfrentar a servidão, e de Foucault (2005) em seu livro *Em defesa da sociedade*, afirma-se que seria importante a insurreição dos "saberes sujeitados", traduzidos por conteúdos históricos sepultados, mascarados em sistematizações formais bem como por toda uma série de saberes não conceituais, abaixo do nível de conhecimento ou da cientificidade requeridos, "o saber das pessoas" – um saber local, regional, segundo Foucault:

Trata-se na verdade, fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome da ciência que seria possuída por alguns. (FOUCAULT, 2005, p.13).

A presente pesquisa procura analisar os relatos dos próprios adolescentes, que se encontram em serviços de acolhimento, sob a tutela do Estado, segundo a legislação atual vigente, com suas premissas de provisoriedade do acolhimento e

todo o trabalho voltado para a reinserção familiar e comunitária, além dos documentos da instituição, elaborados por técnicos.

A intenção é mapear a tensão resultante: de um lado, as orientações do sistema de reordenamento dos abrigos para que ações e práticas do corpo técnico estejam voltadas para trabalhar o desacolhimento e o fortalecimento familiar, registradas nos prontuários dos adolescentes inseridos nas instituições da rede de proteção, nos documentos dos Planos Individuais de Atendimento e nos relatórios técnicos dos autos da Vara da Infância. De outro, as falas dos próprios adolescentes (sentidos e afetos), em face de tais registros/regimes de verdade, envoltos na questão da provisoriedade de tempo previsto para esse acolhimento.

## **4 Objetivos**

### **4.1 Objetivo Geral**

Analisar as afecções que sofrem os adolescentes que se encontram em situação de acolhimento institucional provisório na interface com os saberes da instituição, refletindo sobre processos de sujeição e de autonomia e a rede de afetos que os sustentam.

### **4.2 Objetivos Específicos**

- Analisar os relatos dos adolescentes para mapear os modos de afecção diante do fato de estar acolhido (relações, sentidos e afetos);
- Analisar os relatos e documentos feitos sobre os adolescentes da parte da rede jurídica e de proteção advindos dos discursos dos juízes, promotores, psicólogos, assistentes sociais, conselheiros tutelares (insurreição/ sujeição) e contrapor os dois discursos para destacar possíveis os processos entre de submissão e assujeitamento e a resistência e autonomia.

### **4.3 Método**

O método é orientado pelo método genealógico de Foucault, que procura analisar as relações do saber com o poder, diferentemente da arqueologia do saber, quando procurou verificar os diferentes modos de construção do saber ao longo da história e suas respectivas transformações. Com o enfoque genealógico, Foucault buscará ater-se à origem do saber:

Seu objetivo não é principalmente descrever as compatibilidades e incompatibilidades entre saberes a partir da configuração de suas positivities; o que pretende é, em última análise, explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidades externas aos próprios saberes, ou melhor, que imanente a eles - pois não se trata de considerá-los como efeito ou resultante – os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica (...). É essa análise que pretende

explicar sua existência e suas transformações situando-as como peça de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo que Foucault chamará genealogia. (MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. São Paulo: 2006).

Para ele não há uma evolução ou progressão dos saberes, tampouco uma causa que pudesse explicar a formação da relação saber x poder. Poder esse que não é uma realidade que possui uma característica universal, é uma prática social e, como tal, é constituído historicamente.

Ademais, Foucault concebe que não há um recorte essencialista do poder, ele circula e é imanente às relações que ocorrem em vários âmbitos. Além disso, os saberes constituídos advêm das práticas e não antecedem essas últimas. Por essa razão, para além dos saberes oficiais e legitimados pela ciência, há saberes locais, regionais que precisam ser postos em evidência.

Como método, Foucault propõe um estudo rigoroso de documentos, registros e de fontes oficiais para desvelar elementos descontínuos, ocultos, que muitas vezes encontram-se nas bordas e meandros do saber legitimado pela ciência.

A partir dos estudos de Nietzsche sobre a genealogia, ele se orienta por uma leitura que critica o verdadeiro e o falso, a moral do certo e do errado e, assim como Nietzsche, se pautará pelo estranhamento. Assim orientada, a pesquisa busca analisar os documentos produzidos sobre os jovens: os discursos presentes em seus processos, documentos oficiais, cartas de suas famílias, relatórios técnicos, ofícios do conselho tutelar e também as falas dos jovens.

#### **4.4 Sujeitos e Local**

##### **Local**

A pesquisa foi feita inicialmente em três abrigos da zona sul de São Paulo, por se tratar de uma região populosa e que conta com instituições que possuem um número maior de jovens com idades acima de 12 anos. Um abrigo era municipal<sup>11</sup> e

---

<sup>11</sup> Inscrito no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA). Cabe ao CMDCA a concessão dos registros para que as entidades não governamentais de atendimento à infância e à juventude possam funcionar legalmente em conformidade com os princípios estabelecidos pelo ECA (artigos 90, 91 e 92).

os outros dois de caráter não governamental. Porém, no momento da coleta de dados, um dos abrigos interveio de maneira mais refratária e exigiu que as gravações se dessem na presença do psicólogo e de um educador da instituição. A exigência veio a comprometer a espontaneidade e fidedignidade do estudo. Assim optou-se por analisar o material de dois abrigos. O intuito da escolha dos abrigos foi o de conhecer contextos diversificados onde adolescentes encontram-se acolhidos e verificar suas especificidades, desconsiderando o caráter laico x religioso.

## **Sujeitos**

Nove adolescentes entre 12 e 17 anos de idade, cinco no primeiro e quatro no segundo abrigo. O critério de escolha foi o de terem mais de um ano no abrigo, divididos entre os que mantêm e os que não possuem contato com suas famílias de origem e os que estão próximos a sair. A faixa etária foi escolhida com vistas a conseguir sujeitos que consigam relatar com mais fluência suas histórias de vida e também para evitar mobilizar emocionalmente crianças pequenas que tenham maior dificuldade para compreender as razões de seu abrigamento. A participação na pesquisa foi voluntária, assim como a gravação das conversas aconteceu com o devido consentimento dos próprios adolescentes.

## **4.5 Procedimentos**

### **4.5.1 Entrevistas com os adolescentes**

A partir de um roteiro norteador que procurava conhecer como tinha se dado a entrada do sujeito no serviço de acolhimento, o que ele mesmo sabia e pensava de seu abrigamento, as recordações e lembranças que tinha do período anterior à entrada nos serviços, as particularidades de sua vida em família; o cotidiano do adolescente naquele contexto e as perspectivas futuras. Buscou-se oferecer espaços em que o sujeito pudesse falar o que quisesse e ampliar um tema de sua preferência. Buscando evitar, indiretamente, adotar uma relação de teor confessional, em que o adolescente tivesse de dizer quem ele era a um “especialista”. Em um modelo próximo ao concebido pela teoria sobre a Pastoral Cristã, adotou-se o recurso do adolescente eleger um filme de sua predileção e

contar de qual personagem mais gostava e quais eram suas características. O recurso foi empregado mais como um modelo-metáfora para verificar se haveria ou não proximidade com sua vida na instituição, ou com atributos que ele mesmo valorizava. Coincidentemente, o primeiro sujeito escolheu o filme *Esqueceram de mim*, enquanto outra adolescente elegeu o filme sobre um orfanato de uma série chamada *Chiquititas*, o que veio a contribuir para o mapeamento daqueles jovens em situação de acolhimento.

#### **4.5.2 Análise documental**

Leitura e estudo dos documentos oficiais das instituições pesquisadas e dos processos relacionados aqueles jovens que tramitavam na Vara da Infância a qual os serviços de acolhimento estavam vinculados:

- Planos Individuais de Atendimento, relatórios técnicos do Serviço de Psicologia da Vara da Infância, dos Conselhos Tutelares e dos profissionais dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS);
- Estatuto e regimento das três instituições de acolhimento;
- Legislação vigente dos serviços de abrigamento, orientações técnicas e políticas de atendimento – Estatuto da Criança e do Adolescente, Manual de Orientações dos Serviços de Acolhimento, Plano Nacional de Desenvolvimento dos Serviços de Assistência Social.

#### **4.6 Considerações éticas**

A pesquisa considerou e obedeceu a todas as questões éticas que envolvem pesquisas com seres humanos, expressas na Resolução do Conselho Nacional de Saúde 196/06.

Ela foi apresentada de forma clara e completa aos responsáveis pela instituição, os quais assinaram o Termo de Consentimento Informado. O projeto, já encaminhado ao Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi aprovado. Foi informado aos responsáveis e aos adolescentes que a entrevista precisava ser gravada a fim de garantir a fidelidade do conteúdo fornecido. Não

obstante, o participante podia solicitar a interrupção da gravação quando quisesse, o que não ocorreu.

Informa-se também que o conteúdo das entrevistas foi usado somente para fins acadêmicos e científicos e todas as informações serão mantidas em sigilo, inclusive a identidade dos participantes. Finalmente, pretende-se disponibilizar os resultados da pesquisa aos sujeitos diretamente envolvidos (gestores, adolescentes e educadores dos serviços de acolhimento), de acordo com o Novo Código de Ética dos Psicólogos.

## 5 Análise

### 5.1 O cenário da pesquisa

A pesquisa de campo iniciou em três serviços de acolhimento: um governamental e dois não governamentais. Após o levantamento dos dados, optou-se por restringi-la a duas instituições, haja vista o fato de que a terceira instituição, além de ter solicitado que um profissional permanecesse na sala enquanto a entrevista era realizada, o que pode ter interferido na espontaneidade do adolescente, avisou que havia perdido o material no computador da casa e deixou de enviar os PIAS das crianças.

Desse modo, a pesquisa contou com dois abrigos, um de orientação religiosa, em que as atividades eram estabelecidas de forma controlada e de acordo com rotinas previamente estabelecidas e outro ligado a prefeitura em que as atividades seguiam um roteiro mais aberto e com menor controle da parte da direção dos referidos abrigos. Não houve preocupação em tecer análises sobre o caráter religioso x laico, apenas de colocar em relevo as práticas e documentos oficialmente produzidos e compará-los com os relatos dos adolescentes entrevistados haja vista que todas devem obedecer e considerar as normas legais existentes e mencionadas acima.

Iniciei a pesquisa de campo em uma instituição não governamental da zona sul de São Paulo, subordinada à Vara da Infância e Juventude daquela região. Trata-se de uma instituição de acolhimento ligada a um grupo de religiosos que constituem uma sociedade filantrópica e com convênio com a Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social.

Naquele momento a equipe de profissionais daquele serviço de acolhimento estava envolta na redação dos Planos Individuais de Atendimento PIA (documento estabelecido pelo Manual de Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento, que visa organizar todas as informações referentes ao cotidiano das crianças e adolescentes acolhidos, no tocante à sua escolaridade, atividades de lazer, passeios, contato com a família de origem, tratamentos médicos e psicológicos, visitas domiciliares feitas na residência da família de origem, entrevistas com

possíveis responsáveis legais que possam vir a desacolher a criança e notícias sobre a adaptação e evolução durante o período em que se encontra acolhida.

O propósito maior de tal documento é o de planejar e estabelecer um projeto visando o desacolhimento daquela criança ou adolescente, ou sua inserção em uma família substituta. Caso se trate de um adolescente que não tenha podido ser reinserido e esteja na iminência de sua maioridade, o PIA visa apresentar estratégias voltadas ao fortalecimento de sua autonomia e inserção em sua comunidade.

Segundo a gestora daquela instituição de acolhimento eles estavam com 22 crianças abaixo de 13 anos e uma com 17 anos portadora de necessidades especiais, com diagnóstico de deficiência mental leve. No grupo de adolescentes havia ainda duas meninas que eram usuárias de drogas.

O serviço de acolhimento costuma matricular as crianças acolhidas em quatro escolas estaduais da região e elas são levadas para esses estabelecimentos de ensino por meio de transporte coletivo. Além disso, como recursos da comunidade há uma unidade básica de saúde e uma organização não governamental que trata dependentes de álcool e drogas, o CUIDA para onde são encaminhados os pais das crianças acolhidas.

As técnicas são instruídas para fazer parceria tanto com as profissionais do CRAS como da Vara da Infância da região. Outra atribuição é a de efetuarem as visitas domiciliares às famílias envolvidas com o abrigo.

O serviço de acolhimento consiste em uma casa ampla e espaçosa localizada nas proximidades de um parque municipal, para onde, inclusive, as crianças e adolescentes eram levados aos finais de semana para participarem de atividades de lazer. As crianças e adolescentes dormem em quartos mobiliados com beliches e armários e em cada quarto são comportadas seis pessoas, há divisão por sexos mas não por idades, uma vez que os irmãos podem ficar juntos quando são do mesmo sexo.

A equipe é formada pela gestora, por uma assistente de coordenação, por uma assistente social, por dez educadoras que possuem o Ensino Médio completo, duas cozinheiras e duas técnicas operacionais formadas em Pedagogia.

No tocante ao cotidiano do serviço de acolhimento, a gestora explica que as adolescentes e crianças acolhidos participam da divisão de tarefas domésticas, o que implica na limpeza da casa e na lavagem de suas roupas pessoais.

No dia da visita, algumas crianças brincavam no pátio externo que dava para um jardim em companhia de dois cachorros da instituição, um grupo de três adolescentes pintava suas unhas e ouvia MTV na sala da casa. Segundo a cozinheira e o monitor daquele turno, o restante das crianças e jovens encontrava-se na escola.

O segundo abrigo, uma unidade de acolhimento religiosa, ligado à congregação das Carmelitas. Ele se divide em três casas com no máximo 20 crianças ou adolescentes em cada imóvel, a casa 1 é formada exclusivamente por bebês até crianças de 7 anos incompletos, a casa 2 possui crianças a partir de 7 anos completos até 14 anos incompletos e a casa 3 é destinada para adolescentes a partir de 14 anos completos.

A gestora é uma freira que conta que a maior parte dos casos de acolhimento é de crianças ou de adolescentes vítimas de maus-tratos. O objetivo maior da instituição é trabalhar junto aos acolhidos as noções de responsabilidade com liberdade: “aqui tudo é controlado para que possamos atingir esses objetivos”. Frase importante para a sua análise. Passo a marcar com verde todas as frases importantes.

Durante o dia as crianças e os adolescentes frequentam a escola em turnos alternados, segundo sua faixa etária e fazem seus ofícios, ligados às tarefas de organização, limpeza e manutenção das casas. Logo pela manhã vão à missa.

Uma vez por semana há uma reunião geral com a irmã gestora para o “alinhamento das ações e verificação do comportamento de cada um”. Eles também fazem reforço escolar duas vezes por semana. Após o período da escola eles têm tempo para brincar ou assistir TV.

Os acolhidos são responsáveis por seus pertences pessoais e atribuições estipuladas. Ao longo da semana eles também fazem cursos de panificação; confeitaria; elétrica; manutenção de eletrodomésticos; administração, secretariado; computação; música; gastronomia; maquiagem; manicure; artesanato e biscuit

(porcelana). A partir dos 15 anos, ingressam no Programa Jovem Aprendiz vinculado às empresas do grupo Pão de Açúcar e Instituto Ana Rosa, esse último com parceria no SENAI. A gestora conta que um dos “egressos” foi contratado pela rede de supermercados do bairro para ser repositor de estoque.

A instituição religiosa possui parceria com colégios particulares onde as crianças e adolescentes ganham bolsa integral. Aos finais de semana eles recebem as visitas dos familiares quinzenalmente e participam de atividades e passeios promovidos por voluntários da unidade de acolhimento.

Os “meninos que precisam” são encaminhados à psicoterapia, que trabalha individualmente ou em grupos, e há também psicoterapia voltada para as famílias. No que concerne à inserção na rede da comunidade local, a unidade acolhedora encaminha os acolhidos às Unidades Básicas de Saúde, aos Ambulatórios Municipais de Atendimento, e em casos de emergência ao Hospital Geral da Pedreira. Todos passam por consultas pediátricas de rotina.

As famílias dos acolhidos são acompanhadas pela entidade de acolhimento e são encaminhadas para inscrição no CDHU, nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) para que venham a receber os Programas de Transferência de Renda, como o Bolsa Família, o Renda Mínima e o Vale Aluguel.

A freira conta que elas dormem nos quartos dos acolhidos e “nunca vão embora”, o que facilita o vínculo com eles e o desenvolvimento do sentimento de segurança, uma vez que nunca são deixados aos cuidados de terceiros.

## **5.2 Objetivos da análise dos dados**

- Revelar o atravessamento de discursos e práticas judiciárias, comunitárias e familiares nas falas dos adolescentes sobre si, suas relações familiares e institucionais, afetos, projetos de futuro e sobre a provisoriedade da medida;
- Refletir sobre a possibilidade dos modos de afetação institucional, na direção da potencialização de suas vidas e/ou na potência de padecimento, com a decorrente passividade e presença de afecções tristes;

- Para tanto após a análise das entrevistas com os jovens, elegeu-se temas que apresentavam regularidade no conteúdo das entrevistas feitas com os adolescentes. Em seguida, procedeu-se à análise dos documentos e falas oriundas de diversas instituições ligadas aos adolescentes e relacionadas a eles e a seus processos na Vara da Infância e Juventude competente (de sua região de moradia).

### 5.3 Temas analisados

- **O ingresso no abrigo:** hipóteses formuladas pelos próprios sujeitos e pela instituição sobre as causas que ensejaram sua entrada, na instituição de acolhimento;
- **A vivência no interior da instituição de acolhimento:** atividades cotidianas, rotinas, ações voltadas para a formação, capacitação dos e educação dos adolescentes (normas, valores, definição de limites) descritas e compreendidas por eles (sua leitura dessa vivência);
- **Leitura e noções que possuem de si e dos outros:** como se vêem, modo como se posicionam no contexto institucional, processo de responsabilização, resistências, protagonismos ou sujeição e resignação;
- **Projetos de futuro:** perspectivas de desenvolvimento, como irão adquirir autonomia, sonhos, expectativas, projeto de futuro, dados pelos adolescentes e os pressupostos pela instituição;
- **Comentários sobre os equipamentos da rede de proteção – Vara da Infância, Conselhos Tutelares e Delegacias de Polícia:** concepções e informações que os adolescentes possuem sobre as instituições jurídicas ou equipamentos de proteção;
- **Afetos travados durante o período de acolhimento:** parcerias, laços de confiança, apoio, confidências e polos de conflito e atrito no interior do serviço de acolhimento, na fala dos sujeitos e da instituição.

Essas análises estão expostas, a seguir, centradas em cada sujeito. Começam com a apresentação de trechos do PIA referentes a ele. Ao todo são nove

jovens, sendo que dois adolescentes foram escolhidos para uma análise conjunta de todos os documentos de seus processos, por ter suas informações mais completas e por terem se mostrado exemplares das situações encontradas.

## 5.4 Sujeitos

### 5.4.1 Luciano, 15 anos, 4ª série

(em Serviço de Acolhimento Religioso)

#### a) Plano de Atendimento Individual (PIA)

O adolescente foi acolhido em 1995, ele é portador de necessidades especiais (ACINE por Shaking Baby- CID 10ª revisão G93.4, com deficiência mental moderada F71), tendo frequentado a APAE anteriormente. Na ocasião da pesquisa, estava cursando a 4ª. série do Ensino Fundamenta e ia a uma Associação Comunitária do entorno, onde fazia atividades artesanais e “trabalhos do dia a dia”, como a arrumação de mesa e de cama.

Considerado um jovem educado, tímido, observador e que “sempre que necessitava pedia ajuda”.

Família nunca o acompanhou e nem sequer o visitou. Os genitores moravam em Minas, em uma residência rural, sobrevivendo da agricultura, na companhia de mais 13 filhos.

O PIA esclarece que procurou contatar o Centro de Referência da Assistência Social, buscando parceria para recontatar a família e obteve as coordenadas de um tio materno, que se prontificou a levar o sobrinho para ver os pais em Minas:

#### EXCERTO

O abrigo é localizado no mesmo distrito da residência da família?

Sim ( ) Não ( X )

Justificativa: A família era localizada no distrito, mas há um ano e meio a mesma (sic) mudou-se para o Estado de Minas Gerais, onde se encontravam os avós maternos e paternos.

Plano de Ação: Foram realizados contatos junto ao CRAS onde a família reside e está se estudando a possibilidade de reaproximação através de um tio residente no estado onde o adolescente se encontra,

Localização do abrigo impede as visitas da família?

Sim ( ) Não ( X )

Justificativa: O jovem está acolhido desde outubro de 1995. Em 2007, recebeu visita de sua tia paterna e de seus pais, que alegaram não saberem onde Luciano estava, depois não aparecerem mais para visitá-lo.

Plano de ação: O abrigo foi atrás da família extensa de Luciano e encontrou um tio paterno que comprometeu-se a vir visitar Luciano no abrigo e, no final do ano, levá-lo para Minas Gerais, na casa dos pais.

Esgotamento de todas as possibilidades de contato com a família extensa?

Sim ( X ) Não (...)

Justificativa: A família extensa é “totalmente ausente”.

Plano de Ação: O abrigo procura estimular o interesse da família extensa pelo jovem Luciano através de constantes ligações e tentativas frustradas de visitas domiciliares.

#### b) Entrevista com Luciano

**Entrada no abrigo:** Afirma ter entrado bem pequeno, primeiramente atribuiu à mãe e em seguida ao Fórum, quem o teria colocado ali, porém não fornece uma causa específica que pudesse explicar o motivo do acolhimento.

**Vivência no interior da instituição de acolhimento:** Ao contrário do que informa o PIA, ele diz que não é visitado pela família, que compareceu somente uma vez no serviço de acolhimento, no dia da audiência concentrada. No interior do serviço de acolhimento considera-se bem “porque tem as irmãs” (religiosas do local). Gosta de brincar de carrinho sozinho, embora tenha um amigo na “casa de pedra” (outra unidade do serviço de acolhimento). Outra pessoa a quem se referiu foi uma irmã da casa. Aos finais de semana vai à missa. Como ofício ele é incumbido de levar o lixo para a calçada.

**Leitura e noções que possuem de si e dos outros:** Acha que não tem jeito para a escola, “não dá não”. Menciona um filme (*Esqueceram de Mim*) em que o personagem tinha o cabelo preto e era “bonzinho”, que pedia para que não se esquecessem dele.

**Comentários sobre os equipamentos da rede de proteção – Vara da Infância, Conselhos Tutelares e Delegacias de Polícia:** Sabe que foi o fórum que o colocou no abrigo desde pequeno. Indagado sobre o que era o fórum, explica: “É aquele moço que veio aqui no outro dia” (ocasião em que o juiz foi à audiência concentrada naquele abrigo). “Já avisou ao juiz” que com 18 anos sairá de lá e que comprará um carro.

**Afetos travados durante o período de acolhimento:** Possui um amigo que não costuma brincar com nenhuma outra criança porque é visto como “bagunceiro”, já que não arruma os brinquedos depois que termina. Contudo, Luciano gosta de ficar ao lado dele e depois de terem brincado juntos ele mesmo guarda os Legos que o colega espalha. Afirma gostar das freiras, mas comenta o fato “é que às vezes reclamam e dão broncas”.

**Concepções sobre o futuro:** Ele quer comprar um carro e uma casa, o modelo de carro que deseja possuir é o Gol, quer ter uma “casinha de negócios”. Sonha em ter o carro “para ir pelas ruas” e rodar em volta do serviço de acolhimento. Quer comprar também um celular e som digital para o carro. Não sabe como conseguirá comprar as coisas que deseja possuir e não verbaliza interesse em fazer curso profissionalizante, antecipa até que poderá sair da escola antes de concluí-la, porque não consegue estudar (“não dá não, tia”).

#### c) Considerações preliminares

Observo que não obstante o adolescente ter entrado na Unidade de Acolhimento em 1995, somente em 2007 a família soube onde ele estava e veio visitá-lo. Contudo não há registro de trabalho feito com a família no sentido de incentivar as aproximações e mesmo uma ação para encaminhá-la para os recursos governamentais de sua região. Somente diante de uma necessidade de se redigir um Plano de Ação, proposto pelo PIA, o abrigo informa que “descobriu as coordenadas de um tio”, que poderia levá-lo para visitar os pais em Minas. Contudo, ao ser questionado se havia ainda alguma intervenção a ser feita a Unidade de Acolhimento diz que “estão esgotadas as tentativas de reinserção” e,

contraditoriamente, posteriormente, no mesmo PIA, afirma que os objetivos são os de reinserir o garoto na família de origem. No conteúdo dos relatórios posteriores, constatou-se que a família já não demonstrava qualquer mobilização e interesse em reavê-lo e que, segundo a genitora e uma avó, o genitor teria jogado Luciano contra a parede, quando ele ainda contava com 3 anos, em virtude de embriaguês.

Em que pesem tais informações, após alguns meses o garoto foi passar o final de ano com a família e foi constatado que da parte da genitora havia o desejo de reassumi-lo, o que ainda não se mostrava presente no genitor. Porém, diferentemente das informações registradas no PIA, o abrigo reitera a disposição de reinseri-lo na família, pois: “Luciano completou 16 anos de idade e seria importante estar fazendo esta aproximação com a família, pois ao completar 18 anos de idade terá que sair do abrigo e, sendo um jovem com leve retardo mental, precisará de sua família, pois o abrigo não estará para sempre em sua vida”.

Outra passagem nesta direção: “O jovem tem como única referência o abrigo e bem sabemos que a instituição é somente uma medida provisória. O jovem precisa ter como referência sua família de origem que demonstrou carinho por ele e assim ele poderia ir se desvinculando do abrigo e se reintegrando à família de origem”.

Deste modo, parece que a unidade acolhedora passa a conceber a reintegração como viável e possível de ser trabalhada, assim que, efetivamente, a função de abrigamento se conclui, com o advento da maioridade, sendo que anteriormente não aparece a preocupação com a reintegração. Justamente em um momento, que passados tantos anos de acolhimento e de vinculação com a unidade acolhedora, há poucas perspectivas de que o adolescente consiga fazer o desligamento da instituição com rapidez e facilidade.

Os documentos não consideram a especificidade das crianças, o relatório do PIA não carrega consigo essa singularidade, o registro é “formatado”, como nesse caso de Luciano, em que, apesar da constatação de que ele é portador de necessidades especiais, não há referência a esta avaliação no processo de reintegração.

Luciano, ao contrário da instituição, mostra, em seu relato, que não é possível a reintegração, sabe que deverá sair do abrigo aos 18 anos e pretende ter um carro para dirigir em volta do serviço de acolhimento. Parece ter esse lugar como sua referência e orientação, já que pretende, mesmo depois de possuir um carro, que poderia levá-lo longe, dirigir perto de lá. Não se vê como alguém que consegue ir bem na escola e não aceita qualquer projeto que implique em sua capacitação profissional. Denota resignação, passividade e temor quanto à possibilidade de ser esquecido.

#### **5.4.2 Mariana, 13 anos, 6ª série**

(Serviço de Acolhimento Religioso)

##### **a) Plano Individual de Atendimento (PIA)**

De acordo com o PIA de Mariana, ela está acolhida há quase sete anos e a única pessoa de sua família que a visita esporadicamente é sua avó, que alega “falta de tempo em virtude do trabalho”.

Após reiteradas tentativas no sentido de mobilizar a avó, objetivando o desacolhimento de Mariana e de seu irmão, a referida senhora deixou claro que não tinha planos para reassumi-los. O serviço de acolhimento tentou efetuar visitas domiciliares em sua casa, visando compreender a dinâmica social e psicológica da família extensa, contudo ela se mudava constantemente de residência.

No relatório do Plano Individual de Atendimento é dito que a avó não reúne condições de desacolher os netos (Mariana e seu irmão) em razão de dificuldades econômicas. No entanto, nas questões que indagam o serviço de acolhimento a respeito de trabalho social e comunitário com a família, com o fito de conferir autonomia e respaldo econômico e profissional (inclusão no Centro de Referência da Assistência Social) o abrigo afirma não ter realizado essa intervenção.

EXCERTO

Família encaminhada e acompanhada pelos serviços de proteção social básica?

( ) Sim ( X ) Não

Garantia de acesso a benefícios socioassistenciais?

( ) Sim ( X ) Não

Família encaminhada e acompanhada pelos serviços de proteção social especial?

( ) Sim ( X ) Não

Justificativa: A família não estabelece relação com o abrigo.

#### b) Entrevista com Mariana

**Entrada no abrigo:** Está no serviço de acolhimento há sete anos, seu irmão de 14 anos também foi acolhido, mas reside em outra casa, a dos maiores. Entrou no abrigo porque sua mãe desapareceu ao ingressar em um emprego novo. A seu ver sua mãe foi assassinada pelo padrasto, pois ele batia nela. Não sabe quem a colocou lá e a única pessoa de sua família que a visita de vez em quando é sua avó materna. Situação dramática: a mãe some, sem deixar vestígios. Ela imagina que foi assassinada pelo padrasto. Antes de entrar no serviço ela morava com os dois irmãos que hoje estão com o padrasto. Sua mãe trabalhava e era ela quem ficava com os irmãos menores e isso para ela era difícil. Explica que o abrigo tem três casas: A dos “bebezinhos”, que vai dos zero até os 7 anos, a segunda casa, destinada às crianças de 8 até 13 anos e a terceira casa dos 14 aos 18 anos.

**Comentários sobre os equipamentos da rede de proteção – Vara da Infância, Abrigos, Conselhos Tutelares, Delegacias de Polícia:** Não menciona a participação de qualquer outra instituição jurídica, a seu ver, sua entrada no abrigo ocorreu por iniciativa do padrasto. Identifica a organização do serviço de acolhimento e suas divisões por faixa etária. Percebe que é por iniciativa dos educadores e freiras que ela consegue ter acesso aos cursos profissionalizantes que pretende fazer “para ter trabalho e ser alguém na vida”.

**Afetos travados durante o período de acolhimento:** Sua melhor amiga é a Carol, “porque está há mais tempo junto com ela no lar”. Sua amiga se queixa que além de Mariana não tem mais ninguém de sua idade (14 anos) para conversar. Percebe que sua amiga enfrenta alguns problemas com sua família e sairia do

abrigo, ainda no final daquele ano. Costuma “falar tudo” para suas amigas, tanto para as da escola como para aquelas do abrigo. Diz que são segredos que só conta às meninas de sua confiança.

**Vivência no interior da instituição de acolhimento:** Considera que é bom, mas chega uma hora em que tem muita vontade de ter sua mãe de volta: “Assim, é bom né, mas chega uma hora assim que cansa, a gente quer ter uma família, que eu tenho muita vontade de ter a minha mãe de volta, mas aí não tem como, aí eu penso que eu quero ir embora, eu quero sair daqui porque cansa também, né? Eu não quero mais morar com freiras, eu quero ter uma mãe, um pai, uma casa para mim, entende?”

**Leitura e noções que possuem de si e dos outros:** Acha que ainda não é “alguém na vida”, pois não trabalha. Gosta da escola porque é um lugar onde aprende e faz amizades. Almeja ter sua própria família.

**Noções de futuro:** Gosta de estudar, sabe que aprende mais e possui muitos amigos na escola. Quer continuar a estudar e a fazer cursos para ser alguém na vida: “Vou bem em Ciências e tenho mais dificuldade em Matemática e Português”. Faz curso de computação e ciências. Quer ser secretária e poder digitar em um computador. Pretende sair de lá mais tarde e fazer o que for mais fácil, nem que seja para ela morar com o irmão, porém o que mais quer é ter sua própria família. Quer ter uma filha que seja bem educada, estudiosa e boa, que pretende cuidar como uma “irmãzinha”. Indagada acha que não saberá ser mãe, pois a seu ver ainda não tem responsabilidade. Cita o filme *Titanic* e escolhe o personagem do Leonardo di Caprio, que é desenhista e engraçado, se emociona, a ponto de chorar ao falar dele, mas não consegue descrevê-lo de outro modo.

### c) Considerações preliminares

Como Mariana e seu irmão não têm autorização para passarem os finais de semana na casa da avó, o contato se restringe às visitas da senhora aos netos, no interior do abrigo.

No entanto, ainda permanece o trabalho voltado para a reintegração por parte da instituição e o desejo da jovem que deseja morar com a mãe.

Percebe-se aqui, como no caso de Luciano, que a instituição considera o que a legislação voltada para a proteção à infância prescreve: a reintegração na família, a prerrogativa do trabalho matricial, mas que, na verdade, entende ser quase que inviável, por isso investe mais no desenvolvimento dos jovens para garantir, com autonomia, o momento em que não mais estarão no abrigo. Como no caso de Mariana, que faz reforço escolar, aulas de canto, natação, arte terapia e acompanhamento psicológico.

### 5.4.3 Lilian, 12 anos, 6ª série

(Serviço de atendimento laico)

#### a) Plano Individual de Atendimento (PIA)

##### EXCERTO

As crianças foram encaminhadas do Abrigo Municipal de Guarulhos para o CRECA M'Boi, porque a genitora havia saído da penitenciária e estava morando em nossa região. As crianças estão em nosso abrigo, mas a genitora mudou-se para Itaquera. Quer desabrigá-los, mas precisa se reorganizar.

A genitora demonstra alegria em ver os filhos, interage e tem relação de diálogo com os mesmos. As crianças por sua vez manifestam desejo em retornar com a genitora, sempre perguntam por ela, pedem para voltar para casa.

A genitora não possui moradia. Está morando provisoriamente em casa de conhecidos da Igreja onde frequenta.

Plano de ação: Em curto prazo é encaminhar ao CRAS da região de moradia da genitora para inclusão no programa PTR (de transferência de renda) e a longo prazo, articular entre as esferas competentes inclusão da família em programas habitacionais.

Possibilidades de encaminhamento da situação:

retorno para a família

colocação em família substituta

permanência do acolhimento

Justificativa: Genitora quer rever os filhos, está em processo de recolocação na sociedade porque estava cumprindo medida de regime prisional. O que a impede é falta de moradia.

#### b) Entrevista com Lilian

**Entrada no abrigo:** Afirma que tinha uma vida corrida, sua mãe vendia drogas e ela “acabou se acostumando com isso”. Chegou a transportar drogas, mas verbaliza que não usava. Explica que sua mãe foi presa em flagrante e que ela acabou ficando com uma amiga da mãe que deixou-a sozinha em casa com uma panela que acabou explodindo. A vizinha socorreu e ela foi levada ao Conselho Tutelar de Guarulhos. A seu ver levaram-na para o abrigo porque ela não estava bem cuidada e já estava entrando nessa vida de drogas, a razão do acolhimento foi entendida pela adolescente como um modo de prevenir que ela não ficasse dependente.

**Vivência no interior da instituição de acolhimento:** Considera a vida no abrigo algo legal: tem de tudo, depois se corrige e diz “quase de tudo”, relaciona ao fato de ter alimentação, sono e estudo, além dos cursos. Faz cursos no Centro de Juventude de pintura, “aprende brincando”, e já realizou curso sobre consciência negra. Nesse último caso, acentua o fato de ter gostado em especial do curso de consciência negra. No final do dia, ela chega da escola no serviço de acolhimento, toma banho, janta, fica um pouquinho na sala e vai dormir “porque no outro dia começa tudo de novo”. Pratica futebol aos finais de semana. Comenta que sua mãe vem visitar a ela e ao seu irmão “de vez em nunca”. A seu ver isso ocorre porque sua mãe não tem dinheiro para ir até lá, considera que a mãe mudou em virtude de estar frequentando a igreja. Vai a uma ONG onde faz psicoterapia com uma psicóloga. Em certos momentos de seu relato identifica a instituição como um local de proteção e em outros momentos como um lugar em que entrou para pensar no que fazia de errado e para aprender a saber como se comportar direito e “a parar de fazer coisas erradas”.

**Leitura e noções que possuem de si e dos outros:** Acha que já está bem e quer “tocar sua vida para frente”. A seu ver antes de entrar no abrigo fazia coisas erradas. Agora tem “Deus” em seu coração e “aprendeu a conviver com as pessoas”. Quando não está bem gosta de ficar no canto dela quieta sem conversar com ninguém. Escolheu o filme *Chiquititas*, de onde destaca a personagem mais nova que usava Maria Chiquinha “e só chorava, chorava” e depois ela aprendeu a se enturmar mais, canta um trequinho da música do programa: “sua mamãe foi uma rainha e você uma princesa, o seu papai foi tão bonzinho como um anjo lá no céu,

se procura chama ele, ele cuida de você, não me digas mentirinhas tão demais, ais, ais, eu já sei que estou sozinha sem meus pais, ais, eles foram para bem longe, esqueceram que eu nasci, me deixaram sem carinho por aqui só”. Explica que escolheu a música porque a personagem foi abandonada como ela e depois virou advogada, ajudou os outros, construiu um abrigo “e teve sucesso na vida”.

**Comentários sobre os equipamentos da rede de proteção – Vara da Infância, Serviço de Acolhimento, Conselhos Tutelares, Delegacias de Polícia:** Sabe que o Conselho teve o papel de colocá-la junto com os irmãos no abrigo, questionada sobre os motivos que levaram o Conselho Tutelar colocá-la em um abrigo, explica: “Eu acho que estava sem cuidados, eu tava uma pessoa magrinha e por causa que eu tava entrando nessa vida de drogas, então eu acho que eles acharam melhor me prevenir dessas coisas...” Comenta que no fórum sua mãe recebeu orientações a respeito do que deveria fazer para retirar os filhos do abrigo: “Eles falaram assim que ela precisava alugar uma casa, que era para ela cuidar bem da gente, se agente saísse daqui”. Entende que no abrigo é ensinado a ela que não deve fazer nada de errado, um lugar onde aprende a ser educada e isso seria “uma boa parte do abrigo”, um lugar em que recebe o ensino.

**Afetos travados durante o período de acolhimento:** Comenta que não se abre tanto quando enfrenta algum problema “fico no meu cantinho e só”. Por outro lado, reconhece que no serviço de acolhimento aprendeu a brincar e que no interior do abrigo: “eu brinco mais, porque antes eu não brincava de boneca, eu não tinha vida normal, sabe tia?” Complementa que aprendeu a conviver com os outros: “eu me enturmo mais”.

**Projetos de Futuro:** Ouvia no Fórum de Justiça que talvez saísse até o final do ano junto com a mãe, se ela alugasse uma casa, e procurasse cuidar bem dos filhos. Pretende se formar em uma faculdade de educação física e tornar-se professora.

c) Considerações preliminares

No PIA verificamos a menção à necessidade de que a genitora venha a se reorganizar para vir a desabrigar os filhos. Posteriormente há a descrição do modo como se relaciona com os filhos (Lilian e seus irmãos) e a mobilização das crianças diante da mãe. Em seguida há a notícia de que ela não possui moradia fixa e não obstante o serviço de acolhimento propõe um conjunto de ações no sentido de possibilitar a tentativa de reestruturação da mãe. Logo o que compromete a reinserção profissional da genitora é o fato de ter saído recentemente do sistema prisional, de não possuir moradia e tampouco o desejo de estudar, contudo isso não impede o serviço de acolhimento tentar alternativas que contribuam com a mãe para estabilizar sua vida.

#### 5.4.4 Joana, 17 anos, 5ª série

(Serviço de acolhimento laico)

##### a) Plano de Atendimento Individual (PIA)

EXCERTO

Tempo de acolhimento 5 anos

Breve histórico: Abrigamento ocorrido em decorrência ao falecimento da genitora. A adolescente ficou sem cuidados, na data do acolhimento a adolescente estava perdida, foi encontrada em São Mateus pelo Conselho Tutelar desta região.

1.Quanto a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários:

Regularidade /freqüência das visitas:

( ) semanais ( ) quinzenais ( ) mensais ( X ) muito esporádicas

Justificativa:

Os irmãos da adolescente nos dão muitas justificativas para sua ausência nas visitas, dentre elas é que não tem tempo para vir visitá-la e/ou buscá-la.

Plano de ação:

Acordar com a família, freqüência nas visitas.

Quais familiares visitam:

( ) genitora ( ) genitor ( ) avós maternos ( ) avós paternos

( ) tios maternos ( ) tios paternos ( X ) outros (irmãos).

Qualidade das visitas (de acordo com o relatório do abrigo):

Sempre que um dos irmãos vem vê-la, Jaqueline passa o resto da semana muito chateada. Ela cria muita expectativa de desabrigo, fica ansiosa e na expectativa quanto à vinda de seus irmãos, que por sua vez, comparecem só com o abrigo cobrando.

A adolescente necessita de atendimento psiquiátrico na região de moradia, atualmente passa na Casa do adolescente de Pinheiros, onde realiza atendimento psiquiátrico e terapia em grupo. Após o desabrigo da adolescente será muito difícil da família leva-la a estes atendimentos, haja vista a distância e os horários em que ocorrem os atendimentos. Tentamos centralizar todos os atendimentos na APAE, mas neste serviço não faz tratamento clínico, somente avaliação. Realizamos triagem na APAE no início do mês onde fará parte do Núcleo de apoio socioeducativo.

Justificativa: Jaqueline está neste serviço de acolhimento desde 2005, completará 18 anos no início de 2011, onde muitas intervenções foram realizadas ao longo deste período. A família não possui meios para o cuidado, a adolescente necessita de um responsável para seu cuidado.

Plano de ação: Inclusão no BPC/LOAS pelo INSS.

**Entrada no abrigo:** Entrou na instituição porque sua mãe morreu de cirrose, antes ela morava com a mãe. Seus irmãos moram em um bairro vizinho da zona sul. Uma mulher encontrou-a na rua e levou-a para o bairro do padasto. Então esse último decidiu colocá-la no abrigo.

**Vivência no interior da instituição de acolhimento:** Dança, namora, sai. Costuma dançar pagode com o educador. Tem amigas em quem não confia. Lava roupa, ajuda na cozinha a “fazer bolo” Aprendeu a cozinhar no Centro de Juventude do bairro em que morava. Tem permissão para namorar no parque, nas proximidades de onde mora. Quando enfrenta conflitos no abrigo, caso alguém venha a mexer com ela recebe a intervenção de proteção do educador. Queixa-se de um colega que “xinga todo mundo e é folgado”. Nas férias, ela soube que irá para a Praia Grande. Gosta do abrigo pela presença dos educadores e de algumas colegas, mas sente saudades de sua casa.

**Leitura e noções que possuem de si e dos outros:** Cresceu em um ambiente violento. Na casa em que morava ela brigava com os irmãos, havia desentendimento entre eles, um agredia o outro. Enquanto a mãe vivia, ela cuidava de sua mãe, porém a genitora bebia pinga e acabou morrendo. Na instituição procura ajudar as pessoas a cozinhar a arrumar a casa, na família pretende ajudar o tio.

**Noções de Futuro:** Pretende sair do serviço de acolhimento para ajudar a irmã a cuidar do tio, vai dar banho nele porque o tio está doente. Pretende trabalhar também como cabeleireira ou no ramo da informática. Cita ainda a possibilidade de trabalhar na loja ou no mercado. Pretende comprar roupas para si e pintar os cabelos. Cita o filme de um homem de cera e escolhe a personagem feminina que pintava os cabelos. No final pede para fazer uma pergunta e indaga o que poderia fazer para ir embora do abrigo.

c) Considerações Preliminares

Adolescente acolhida há cinco anos, com todo um trabalho voltado para contemplar suas necessidades especiais e estímulo para que desenvolva maior autonomia e consiga desempenhar tarefas ligadas ao seu cotidiano, É acompanhada pela APAE e a unidade acolhedora antevê dificuldade em seguida ao desacolhimento já que o tratamento ocorre durante a semana e possivelmente não haverá familiar disponível para levá-la. Naquele momento nem sequer podia passar os finais de semana com sua família porque na última oportunidade havia fugido e passado 5 dias fora de casa. Contudo, ela já conta com 17 anos e em breve seria desacolhida, o que faz perguntar de que modo seria a administração de sua rotina e segurança?

**5.4.5 Cristal, 12 anos, 6ª série**

(Serviço de acolhimento laico)

a) Plano Individual de Acolhimento (PIA)

EXCERTO

Tempo de acolhimento: dois meses

Breve histórico do Abrigamento: Cristal foi acolhida inicialmente pelo Creca M'boi Mirim onde através de denúncia de agressão, realizada pela escola Adventista, feita ao CT de Campo Limpo, ela havia sofrido agressão por parte da mãe, , depois de ter pego R\$ 500,00 de sua bolsa.

Quais familiares visitam:

(X) genitora ( ) genitor (X) avós maternos ( ) avós paternos

( ) tios maternos ( ) tios paternos ( X ) outros (irmã)

Qualidade das visitas:

Inicialmente a família comparecia às visitas semanalmente, aos domingos em função da indisponibilidade de horários na quinta e sábado, abrimos exceção ao caso. Nestas visitas, observamos que Cristal tem bastante vínculo afetivo com todos da família, mostrando-se bem 'apegada' com a mãe. Desde o acolhimento, Cristal não demonstra nenhuma aversão à mãe, que mesmo após ter sido acolhida em função da agressão severa, considera a mãe a pessoa mais importante de sua vida.

4. Acesso aos serviços de educação formal e /ou cursos de formação complementar:

( ) sim (X) não

Justificativa: Os Genitores não manifestam desejo de concluir estudos.

Plano de ação:

Encaminhamento para serviços de atenção à família.

5. Estímulo ao acesso à profissionalização e/ou (re) inserção no mundo do trabalho:

( X ) sim ( ) não

Justificativa: Genitora vai a procura, deseja um trabalho fixo mas não tem acesso.

Plano de ação:

Encaminhamento para secretaria do trabalho.

6. Garantia ao direito a moradia em condições dignas:

( ) sim ( X ) não

Justificativa: Não possui meios para estas garantias

Plano de ação:

Encaminhamento para áreas competentes

## b) Entrevista com Cristal

**Entrada no abrigo:** Pegou dinheiro de sua mãe e foi parar duas vezes no Conselho Tutelar, eles conversaram com ela e ela parou. Contudo, sua mãe expulsou-a de casa porque achou que ela tivesse pegado 30 reais. Acabou deixando-a uma semana fora de casa, debaixo de chuva, sem comer e por fim cortou-lhe seus cabelos e deu uma surra nela. Cristal contou esses fatos na escola e ela foi levada para um Centro de Referência da Criança e do Adolescente que a encaminhou para o abrigo. Lamenta apenas o fato de sua mãe ter sido denunciada. Acha que entrou na instituição “para parar um pouco”.

**Sentidos dados à vivência no interior da instituição de acolhimento:** Vê o abrigo como um lugar para crianças cujas mães não têm condições ou aquelas que não podem mesmo ficar porque algumas delas são usuárias de drogas. Acredita que o abrigo foi o lugar em que aprendeu a conviver a se aproximar da mãe e do restante de sua família. Reconhece-se como alguém que era “relaxada e se matava para não lavar uma louça, fazia muita coisa errada”. Agora aprendeu a cuidar de suas coisas e a ajudar sua mãe, pois à noite é ela quem lava a louça e as roupas. Cuida também das crianças. Sua mãe a visita com frequência. Nos finais de semana ela pode brincar, ir para a biblioteca e ao parque.

**Leitura e noções que possuem de si e dos outros:** Acha que fazia coisas erradas como “pegar dinheiro dos outros” e que aprendeu a não mais fazer isso. Agora procura não bater nas crianças, a não falar palavrão e a ser mais prestativa, no que diz respeito às tarefas domésticas. Entende que deve se comportar direito para poder sair do abrigo, então fica quieta, obedece aos educadores desde que chegou lá na instituição. Escolheu o filme escrito nas estrelas, em que há uma mulher cujo pai “mexia com drogas e era traficante”. Esse pai rouba uma joalheria ela fica com um anel e é acusada pela polícia de ter sido a autora do assalto. Depois conhece um rico e muda toda a sua aparência. Fica grávida desse homem. Percebe que essa personagem é muito cobrada e “ela aguenta as consequências”, acha que ela também consegue aguentar as consequências.

**Noções de Futuro:** Acredita que irá voltar a estudar em escola particular até o fim do ano. Soube pelo fórum que sua saída dependerá de seu melhor comportamento e do comportamento de sua mãe que, segundo ela, é esquizofrênica. A seu ver sua mãe terá que ficar menos nervosa. Quer fazer faculdade de Direito para ser advogada, chegou a ficar em dúvida se não queria ser veterinária.

### c) Considerações Preliminares

Observa-se que em que pese as tentativas da unidade de acolhimento para inserir a família na rede de serviços e nos programas de transferência de renda da

região da família, há a constatação de que a família não possui meios para tais garantias e que tanto as questões do trabalho como a da moradia ficam em suspenso enquanto a adolescente permanece acolhida na espera.

#### 5.4.6 Denis, 14 anos, 6ª série

(Serviço de Acolhimento Religioso)

##### a) Plano Individual de Atendimento (PIA)

###### EXCERTO

Plano de Ação: O abrigo fez várias tentativas no sentido de encaminhar a mãe do jovem, Sra Carolina para tratamento de alcoolismo, mas todas as tentativas foram em vão. Foram feitos vários contatos telefônicos e visitas domiciliares para tentar restabelecer os vínculos familiares, mas tanto o pai quanto a mãe não se mostraram interessados”.

2- Abrigo localizado no mesmo distrito da residência da família?

( X ) Sim ( ) Não

Justificativa: O Jovem está acolhido neste lar desde Novembro de 2005.

Plano de Ação: O abrigo tentou fazer através de contatos telefônicos e visitas domiciliares com que o pai retornasse às visitas ao filho, mas o mesmo não cumpriu nem sua promessa em juízo de desacolher os filhos.

Localização do abrigo impede as visitas da família?

( ) Sim ( X ) Não

Justificativa: Os pais moram próximo ao abrigo.

Plano de Ação: Telefonemas, visitas domiciliares, pedidos insistentes pelo abrigo de visitas para os filhos.

3- Esgotamento de todas as possibilidades de contato com a família extensa?

(X) Sim ( ) Não.”

4- Direito ao não desmembramento do grupo de irmãos garantidos?

(X) Sim ( ) Não

Justificativa: Os irmãos mais novos foram adotados, bem como a irmã mais velha por parte de mãe.

Plano de Ação: Após várias tentativas feitas pelo abrigo e pelo poder judiciário junto à família de origem a fim de se reestruturarem para o desacolhimento dos irmãos, a irmã mais velha a seu pedido em juízo foi adotada pela sua madrinha, os dois irmãos menores foram adotados, também a pedido dos mesmos Denis e Ismael solicitaram permanecer no abrigo a espera da promessa do pai que em audiência prometeu visitá-los para possível desacolhimento, mas nunca mais apareceu no abrigo. Hoje Denis diz saber que “não pode mais esperar pelo pai” e gostaria de ser adotado para “poder ter uma família”.

b) Entrevista com Denis

**Temas relativos à entrada no abrigo, vivência anterior ao acolhimento:** antes ele morava na favela: “a vida era às vezes ruim porque havia gente que mexia com droga, agora tá pior”. Havia pessoas que lhe ofereciam droga: “os caras me ofereciam, mas eu não pegava não, era pequeno, tinha uns 7 anos”. A enchente derrubou sua casa, a irmã tinha que cuidar dos irmãos e ele saía para pegar comida. Para conseguir dinheiro pegava papelão. Ele comprava arroz, feijão e leite e sua irmã fazia a comida. Achava bom viver em casa embora seus pais brigassem muito. O pai usava droga e usa ainda. Sua mãe bebia e gastava o dinheiro da casa com bebida. Ele apanhava do pai, mas da mãe não.

**A vivência no interior da instituição de acolhimento:** Está lá há cinco anos. Tem um irmão de 11 anos também acolhido. Participa de treinos de atletismo, uma vez por semana, toca bateria e violão. Faz cursos de trufas, aprendeu a fazer pão, fez curso de informática. Aprecia a vida no interior do serviço de acolhimento: “aqui é ótimo, o melhor orfanato da região, todo mundo é amigo, é irmão aqui, não tem essa de ninguém querer ser melhor do que ninguém, as irmãs ajudam no que precisa. É o melhor orfanato (sic) porque aqui você vai para vários lugares, tem passeio com padrinhos. A comida é boa, tem cama e tem tudo. Tem pessoas que vêm visitar e gostam da gente”. É especialmente grato às irmãs e espera voltar para visitá-las. No dia em que há o aniversário de alguém há uma festa com bolo e os adolescentes podem trazer seus colegas da escola. À tarde ele vai para a escola a pé. Durante o dia, quando não está na escola, ajuda as irmãs. À noite, ele chega cansado da escola e tem um pouco de preguiça, assiste televisão, janta, ajuda a lavar a louça. Ele tem padrinhos que o visitam aos finais de semana e “ajudam no que ele precisa”. Seu pai chegou a prometer que iria visitar os filhos no abrigo, mas não veio: “depois da audiência que a gente foi lá, falaram que iriam vir, mas nunca mais vieram. Antes eu gostava bastante do meu pai, eu vi que tentaram ajudar ele e ele não quis. Eu já vi ele na rua, parecia um mendigo. Eu vi ele com droga também”.

**Leitura e noções que possuem de si e dos outros:** Depois de 5 anos no abrigo ele percebeu que seu pai não iria mudar mesmo. A seu ver o abrigo é um lugar de formação e apoio. “Aqui é tudo”. Consegue vislumbrar o caminho que

deverá percorrer para ter autonomia e a ferramenta que escolheu foi o estudo. Escolheu um personagem de filme que “achava que a vida era uma moleza e falsificava tudo e depois resolveu mudar”.

**Noções de Futuro:** Quer ter uma família “como qualquer um”. Espera que seus filhos sejam educados, gostaria que os filhos tivessem tudo o que ele tem agora (dentro do abrigo) “tudo o que eu não tive quero que tenham agora, quero que tenham o que eles gostam”. Quer terminar os estudos e fazer uma faculdade. Pretende ser jogador.

#### c) Considerações preliminares

No caso do que é trazido pelo PIA interessante notar a sentença destacada de que o pai não cumpriu nem o que foi prometido em juízo, haja vista de que lá, a princípio, espera-se que o sujeito diga a verdade, quase como um juramento. Contudo, o pai dos adolescentes “não cumpriu a promessa e nada fez”, segundo os relatórios do abrigo.

No histórico de acolhimento os adolescentes foram separados de seus outros irmãos, quanto a eles restou “esperar pelo pai”. Efetivamente, Denis comenta o quanto esperou e como percebe o pai como alguém que não quis mudar.

#### 5.4.7 Paula, 13 anos, 5ª série

(Serviço de Acolhimento Religioso)

#### a) Plano de Atendimento Individual (PIA)

EXCERTO

Paula estava acolhida há 6 meses em decorrência de violência doméstica e “negligência” Quem fez a denúncia foi o Centro de Convivência comunitária onde as crianças chegavam com roupas inadequadas para o clima e com aparência amedrontada, verbalizando estarem com fome.

2- Abrigo localizado no mesmo distrito da residência da família?

( X ) Sim ( ) Não

Justificativa: A adolescente e seus irmãos estão acolhidos em virtude do pai ter ameaçado a mãe de morte e com medo, ela teria deixado os filhos sob os cuidados da filha mais velha para ir morar com sua irmã, tia das crianças.

Plano de Ação: O abrigo tentou fazer através de contatos telefônicos e visitas domiciliares com que o pai retornasse às visitas ao filho, mas o mesmo (sic) não cumpriu nem sua promessa em juízo de desacolher os filhos. Há notícias de que continuaria bebendo. A mãe vem com frequência, mas ainda não conseguiu emprego e nem mudar-se do lugar em que reside, que situa-se em uma região violenta.

Localização do abrigo impede as visitas da família?

( ) Sim ( X ) Não

Justificativa: Os pais moram próximo ao abrigo.

Plano de Ação: Telefonemas, visitas domiciliares, pedidos insistentes pelo abrigo de visitas do pai para os filhos.

3- Esgotamento de todas as possibilidades de contato com a família extensa?

( X ) Sim ( ) Não.”

Plano de Ação: Embora orientada a genitora ainda não conseguiu se reorganizar e parece acomodada, Paula já escreveu uma carta dizendo que receia voltar a morar no mesmo bairro, seria importante que os pais fossem advertidos em audiência.

## b) Entrevista com Paula

**Temas relativos à entrada no abrigo e a sua vivência pregressa:** Está no abrigo há um ano, seus pais brigavam muito, ela acabava faltando na escola e isso ela não gostava. Um dia ela deparou com o fato de seus pais terem brigado tanto que sua mãe teve que fugir de casa para não ser agredida pelo pai. Conta que seu pai costumava bater na sua genitora com socos. Então ela chegou chorando na associação em que fazia reforço escolar e a psicóloga da instituição avisou o Conselho Tutelar. Diz que uma parte queria ter vindo, outra parte não. Relata que o CT encaminhou a adolescente e seus irmãos à delegacia para fazer exame de corpo delito e depois a própria delegacia solicitou providências à Vara da Infância, no sentido de proteger o grupo de irmãos (cinco ao todo).

Chegou a ouvir da conselheira que agora (na ocasião do acolhimento) ela ia ter uma vida nova, mas ela diz que “a questão de estar separada da minha família é

ruim”. Sente-se mal quando ouve das colegas que suas mães lhes acordam ou dão carinho e ela está longe da sua: “aí eu me sinto uma pessoa sei lá, aí me sinto muito sozinha, chego aqui (abrigo) chorando, desabafando, as irmãs perguntando...” Relata que a princípio seria só para ela ficar um dia acolhida, em companhia dos irmãos, mas como “seus pais não têm condições de cuidar dela” foi ficando. Explica que “saber cuidar” é: ter mais tempo, ficar mais com a criança, não deixá-la largada na rua porque uma pessoa pode machucá-la. Segundo Paula, “a juíza falou assim que eles têm que arrumar ou fazer, ou comprar um apartamento, aí eu mandei uma carta para a juíza pedindo apartamento”. Disse que a juíza não respondeu e que até hoje está esperando a resposta dela.

Acredita que o problema maior é mesmo de moradia e de região, pois “onde eu moro tem maconheiro, aí tem essas coisas, polícia sobe e desce, tem aquele movimento é muito ruim”. Conta que quando seu pai batia ou discutia com sua mãe era muito ruim para eles. O pai é colocador de vidro e a mãe arranja bufês. Atualmente estão separados.

**A vivência no interior da instituição de acolhimento:** Atualmente seus pais os visitam (ela e seus irmãos). Lamenta que ao perguntar sua mãe sobre a situação de casa ela responde: “Ah tá bem, lá em casa tá tudo bem, sempre fala que tá tudo bem, mas eu quero a verdade, para que mentir para mim?” No interior do abrigo ela “só fica zoando, brincando, jogando futebol, todo mundo ali é unido”. Estuda, vai para os cursos (matemática, português, informática e inglês), ajuda na cozinha, faz seu ofício, ajuda nas obrigações de casa. Define ofício como a divisão de tarefas: limpar os quartos, os banheiros, “deixar tudo arrumado”, ajudar a fazer comida e a lavar a louça. Há também o serviço do quintal que é para ser varrido e arrumado. Nas férias vai para a casa do padrinho. Define o abrigo como “a união de todos”.

**Leitura e noções que possuem de si e dos outros:** Identifica-se com uma personagem de um filme de vampiros, que é a “Bela”, porque gosta dos animais, consegue o menino mais bonito. Lembra-se de um amigo especial que tem no serviço de acolhimento, ele desabafa com ela: “ele fala assim às vezes que ele se sente sozinho, essas coisas poderiam acontecer com nós, aí a gente dá uma forcinha”.

**Noções de Futuro:** Como profissão quer ser bailarina ou desenhista, pode ser também professora, ou uma freira, “qualquer coisa assim”. Antes de se casar pretende fazer uma faculdade e arrumar emprego.

c) Considerações Preliminares

O PIA da instituição religiosa atribui aos pais a responsabilidade exclusiva de reverterem sua situação social e atribui a demora no cumprimento das metas à suposta acomodação dos genitores em atenderem às suas preleções. Há todo um modo disciplinador e moralizante nas justificativas da Unidade Acolhedora, que não vislumbra mudanças “a não ser que eles sejam advertidos pelo juiz”.

**5.4.8 Ismael, 11 anos, 5ª série**

a) Plano Individual de Atendimento (PIA)

EXCERTO

Ismael é irmão de Denis e seu relatório é idêntico ao do irmão mais novo. Contudo, convém observar uma certa incongruência no que é afirmado sobre o tópico “Condições para preservação do vínculo familiar e comunitário:

8- Condições para preservação do vínculo familiar e comunitário:

( ) Sim ( X ) Não

- promoção da reintegração familiar:

( ) Sim ( X ) Não

- participação nas atividades que envolvam vida comunitária da criança/adolescente:

( ) Sim ( X ) Não

- preparação para receber a criança/adolescente:

( ) Sim ( X ) Não- estímulo à ampliação da rede social e comunitária da família:

( ) Sim ( X ) Não

Justificativa: A família não mantém relações com o abrigo.

Plano de Ação:

Observação: Apesar de a família não manter vínculos com o abrigo, estamos sempre orientando através de visitas domiciliares e ligações telefônicas para que se realmente haja interesse em desacolher os filhos procurem se reestruturar, busquem as mudanças necessárias.

b) Entrevista com Ismael

**Temas relativos à entrada no abrigo:** Comenta que sua família lhe deixava passar fome e que seu pai era o chefe do tráfico, seu irmão até sabe onde fica o cachimbinho do pai. Conta que seus pais brigavam e que sua mãe foi várias vezes espancada diante deles pelo companheiro, a ponto dele ter quebrado seu braço. Acrescenta que sua mãe tentava fugir, mas que ele a impedia. Já viu também sua mãe ter sido agredida pelos “chefões do BOPE”: “lá o chefe pegou o facão e ficou batendo nas costas de minha mãe”. Acrescenta que nessa ocasião ele só tinha 3 anos. Quando isso acontecia, ele relata o que fazia: “eu não conseguia olhar, a primeira coisa foi pá [barulho do tapa], já peguei a coberta e coloquei em cima, fiquei deitado. A gente contava isso para nosso pai e ele não fazia nada”. Diz que não fala disso com a psicóloga e que atualmente “não sente tanto assim”. Considera o abrigo ótimo.

**A vivência no interior da instituição de acolhimento:** Gosta da vida no interior do serviço de acolhimento, define o abrigo como ótimo e legal, sobretudo porque há vários passeios, eles são levados para o Hopi Hari, Playcenter, Parque do Sorvete. Durante o dia, quando não está na escola, joga futebol e faz seu ofício, explica que ofício é a tarefa de casa, deve-se limpar a mesa, lavar e seca a louça. Aprecia mais a tarefa de fazer os quartos, gosta de varrer. Possui alguns amigos que brincam com ele de futebol, queimada, vôlei e de imitar o barulho dos carros: “a gente guincha”. Entende as voluntárias como mulheres que trazem brinquedos para eles e as freiras como pessoas que fazem a comida e pedem ajuda para eles e eles vão lá ajudar. A seu ver o abrigo destina-se às crianças que não têm família e para aquelas que são “judiadas”. Ele se encaixa nesse grupo, verbaliza que foi “judiado”. Define esse termo como deixar sem comer, ele mesmo já ficou sem comer umas quatro, cinco vezes. Em seu caso ele acabava chorando e os vizinhos vinham lhe oferecer comida, “davam bolacha, refri e suco”. No Natal, vai para a casa do padrinho ou viaja para o interior de São Paulo, na casa de uma irmã que tem um pai legal. Costuma participar da reunião dos coroinhas aos sábados.

**Leitura e noções que possuem de si e dos outros:** Gosta das pessoas que sempre fazem umas coisas novas, considera-as legais, como suas professoras de Ciências que lhe ensinam sobre a sexualidade dos animais e das pessoas. Escolheu

o personagem do Wolverine “porque é forte não envelhece e nunca morre”. Não gosta de pessoas ricas, somente das pobres como seu padrinho.

**Noções de futuro:** Pretende ter um filho para que ele tenha bastante dinheiro para ajudar a família. Ia procurar ajudá-lo nos estudos e dar curso para ele. Se pudesse optar a profissão do filho, iria querer que ele fosse pedreiro. E oferecerá cursos de informática e de alfabetização. Acredita que irá gostar muito dele. Caso o filho venha a desobedecer não vai bater, só “puxar suas orelhas que nem as irmãs fazem lá”.

#### c) Considerações preliminares

O PIA apresenta uma contradição, pois se a família não mantém vínculo com o Serviço de Acolhimento, como é possível contatá-la para saber se há “realmente” interesse em desacolher os filhos. Ademais, se isso se confirmar, a instituição espera que procurem se reestruturar e busquem as mudanças necessárias. Porém, o próprio abrigo afirma não ter encaminhado a família para que amplie sua rede comunitária e social por meio, inclusive, do Centro de Referência da Assistência Social. Logo, espera-se que a família sozinha se reorganize ao invés de inseri-la na rede de seu entorno.

#### 5.4.9 Fernando, 12 anos, 5ª série

(Serviço de Acolhimento Religioso)

##### a) Plano Individual de Acolhimento

EXCERTO

Tempo total do último acolhimento: 10 ANOS

1.Quanto a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários:

Regularidade/freqüência das visitas:

( ) semanais ( ) quinzenais ( ) Mensais ( X ) esporádicas

Muito esporádicas ( ) sem visitas .

Justificativa: A mãe e irmão não são presentes nas visitas .

Plano de Ação: A mãe Sra Luísa, não mantém o ritmo de visitas, falta com freqüência “e não dá satisfação para o abrigo e seu filho”. Seu irmão Antonio prometeu pegá-los aos finais de semana, “mas também não manteve a promessa”.

Quais familiares visitam:

( X ) genitora ( ) genitor ( ) avós maternos ( ) avós paternos

( ) tios maternos ( ) tios paternos ( X ) outros

Qualidade das visitas: Durante as visitas mãe e filho demonstram ter vínculo afetivo.

Visitas do adolescente na residência da família:

( X ) sim ( ) não

Quando acontecem:

( ) festas ( X ) finais de semana ( X ) férias

Justificativa: Fernando tem família que o visita esporadicamente.

Plano de Ação: O abrigo está sempre “conversando com a mãe expondo a importância de ser presente na vida de seu filho, solicitando que não falte nas visitas, que seja presente”, pois Fernando cobra do abrigo as faltas da mãe. Quanto a seu irmão Antônio veio visitar o irmão no dia 24.04.2010 e levou-o para passar final de semana na casa da mãe no dia 08.05.2010, não comparecendo mais ao compromisso assumido com o abrigo de levá-los aos finais de semana ou mesmo para visitá-lo no abrigo.

O abrigo liga insiste, persiste, mas não obtém muitos resultados, pois a família demonstra certa acomodação.

#### a) Entrevista com Fernando

**O Ingresso no abrigo:** Não sabe por que veio para o abrigo, acha que é porque sua mãe tinha muita dificuldade, “aí não conseguiu cuidar dele e do irmão pequeno e aí tinha o outro maior e aí ele ficou lá porque ele ajuda minha mãe”.

**A vivência no interior da instituição de acolhimento:** Acha bom viver no abrigo: “Ah, é muito bom, eu jogo futebol, brinco, estudo, como, rezo, brinco com meu irmão também”. Sua rotina é a de acordar, tomar café, faz seu ofício, depois brinca, toma banho, vai para a escola, volta, come, assiste TV e dorme. Seu irmão mais novo é cego e está acolhido com ele: “tenho que brincar de leve com ele, porque tipo ele é cego”. Sua mãe e o outro irmão vêm visitá-lo aos sábados.

**Leitura e noções que possuem de si e dos outros:** Gosta de sair para outros lugares porque assim ele conhece outras pessoas. Tem apreço também pelas crianças que já saíram do abrigo e voltam para participar das festas. Queria ser o Wolverine para salvar as pessoas.

**Noções de Futuro:** Pretende ser jogador de futebol, mais especificamente meio de campo. Caso o projeto de ser jogador de futebol não dê certo, ele quer ser nadador. Quer trabalhar e sustentar sua família: “porque eu acho que eles são muito legais, que eles são muito legais, tipo me criaram, aí eu acho bom, porque é bom quando uma mãe cuida de um filho, né? Tem pessoas que só porque a mãe deixou no lar não querem mais ver a cara dela. Quer dar um pouco de dinheiro para sua mãe e ficar com o resto”. Percebe que a mãe está fazendo alguma coisa para tirá-lo do abrigo: “ela tipo, ela conversa no fórum”. Indagado sobre o que era o fórum, respondeu: “tipo, eles ficam lá, eles vão olhar os documentos, essas coisas, aí eles conversam com nossa mãe para ver se ela vai tirar nós de lá ou não. Aí eles vêm, aí nossa mãe tem que falar com eles, se pelo menos se eles, se nós podemos ir para a casa dela, ficar lá ou se nós podemos ir no sábado ou no domingo”. Espera que sua mãe faça alguma coisa para tirá-lo de lá: “ela tem que tentar, se ela não conseguir tem que ser adotado, né?”.

### c) Considerações Preliminares

Novamente há um posicionamento moralizante e uma preleção quase que pastoral da parte da Unidade de Acolhimento quando imputa à família uma acomodação e registra que a mãe não deu satisfação para o abrigo ou que ela demonstra certa acomodação. Como proposta há o ligar insistentemente para que reajam. Como se se tratasse de um convencimento, ao invés de uma intervenção sistematizada de inserção na rede. Há sinais de que a relação entre a família e a instituição seria vista por esse último como exclusivamente pessoal.

### **5.5 Síntese consolidada do processo de Cristal**

Abrigamento em 06/10/2010 - A pedido do Ministério Público pelas seguintes razões: informada pelo Conselho Tutelar da região sul de São Paulo, a promotora toma ciência que em 20/09/2010 o colégio onde Cristal estuda aciona o CT, uma vez que a garota apresentava vários hematomas pelo corpo e após a visita domiciliar foi confirmado que a menina era vítima de violência. Um Boletim de Ocorrência foi lavrado. Embora a genitora não tenha sido avaliada nos setores técnicos, a garota corria risco de vida.

Não foi possível localizar família extensa, razão pela qual o acolhimento provisório e excepcional é pedido.

Há indicativos de que não será bem cuidada pela genitora.

A avó materna afirma não ter condições de assumir a neta e que a genitora sofre de transtorno psiquiátrico (quadro de esquizofrenia).

A “ré” confessa que agredia a filha e que isso ocorria há mais tempo.

Cristal foi encaminhada para o Centro de Referência do M’Boi Mirim (CRECA M’BOI), onde se encontra desde 21/9/2010.

A genitora está a par da localização do abrigo, da obrigação de visitar a filha e de manter contato com a equipe técnica do serviço de acolhimento.

Solicita-se a concessão da tutela antecipada e a emissão da guia de acolhimento; intimação da genitora para apresentar oposição à medida; ofício ao abrigo para que remeta ao juízo o Plano Individual de Atendimento e a remessa dos autos para estudo, avaliação psicossocial e análise da conveniência de se transferir Cristal para outra entidade de acolhimento, procedência da ação para confirmação final do cabimento da medida e posterior prosseguimento com o objetivo de reintegração familiar para os pais ou para a família ampliada.

CRECA M’Boi Mirim em 22/09/2010 notifica a entrada da garota encaminhada pelo Conselho Tutelar da Zona Sul de São Paulo, devido a maus-tratos.

O Conselho Tutelar Campo Limpo informa que Cristal chegou a seu colégio particular apresentando vários hematomas pelo corpo, explicou à equipe do colégio que sua genitora lhe havia agredido com um fio de computador.

O Conselho Tutelar contatou novamente a escola e soube que a genitora e a menina encontravam-se em sua casa, ao que o Conselho Tutelar dirigiu-se para lá e conduziu genitora e a menina à Delegacia de Polícia, onde registrou-se um Boletim de ocorrência e Cristal foi submetida a um exame de corpo delito. Cristal não tinha como ir para a casa da madrinha que ainda morava com sua sogra, então foi levada para passar pernoite no CRECA da região sul de São Paulo.

A genitora justificou ao Conselho que havia batido na filha porque esta havia subtraído dinheiro da família.

A avó confirma a frequência dos maus-tratos e explica que a genitora tem quadro de esquizofrenia.

A avó redige uma carta relatando que no momento não há como ficar com a neta, “preciso de seis meses até que eu levante minha própria casa. Minha filha também está muito nervosa e brava, por motivos diversos, está atravessando um período difícil ‘Esquizofrenia F29’” (CID 10 dado pela avó).

(CARTA DA MÃE 21/09/2010).

A mãe, em carta, escreve: “Apesar de Cristal ter ultrapassado nossos limites, eu a quero sim de todo o coração e alma e vou lutar para tê-la comigo, não abro mão dela, só quero que ela, onde estiver, continue os estudos e passe por tratamento sério. Me ajudem por favor em nome de Deus. Seres humanos merecem chances e respeito, eu também fui adotada e tenho dignidade”. “Cristal apanhou porque se intrometeu em conversa de adulto, porque não estuda direito, porque me roubou dinheiro e porque estava falando com minha mãe igual a uma maloqueira. Observação: Prefiro falar isso ao vivo e a cores com o juiz. Agora a pergunta: o que é melhor? Vocês, em nome de uma lei, tirar a menina da escola X (particular) e jogar em um abrigo vagabundo com o ‘nome de proteger a criança’? Ir de abrigo em abrigo, em instituições que são falhas em tudo! Ela vai melhorar ou piorar?”

Já o BOLETIM DE OCORRÊNCIA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA DE SÃO PAULO (SSP) Polícia Civil do Estado de São Paulo de 20/09/2010 registra:

Ocorrência: maus-tratos

Genitora 25/06/1971 39 anos solteira, vendedora, 2º grau completo.

Delegado de polícia solicita exame de corpo delito e nomeia a assistente social como curadora da garota.

O exame de corpo delito vem acompanhado com fotos que registram hematomas roxos e vermelhos acentuados na barriga e nádegas da menina.

JUIZ 7/10/2010

“No mais, ao que se verifica dos documentos constantes dos autos, em especial das fotografias de fls16/18 a adolescente C foi severamente agredida pela genitora, a qual é portadora de distúrbios psíquicos, segundo consta dos autos. De outro lado, os familiares consultados pelo Conselho Tutelar informaram não terem condições de acolher a adolescente. Diante de tal quadro, nesta análise inicial, revelou-se correta a aplicação da medida estabelecida no artigo 101 VII do Estatuto da Criança e do Adolescente pelo Conselho Tutelar, em caráter emergencial, pois era o único meio possível de fazer cessar a situação de risco a que submetia a adolescente.

Assim defiro o pedido da douta promotora de justiça e confirmo a aplicação da medida de Acolhimento Institucional a Cristal, pois não há elementos seguros a autorizarem a imediata reintegração familiar. Expeça-se a guia de acolhimento, encaminhando-a à entidade fim de regularizar a aplicação da medida de proteção efetivada pelo Conselho Tutelar. Consigne-se estarem autorizadas as visitas da genitora e demais familiares, solicitando a remessa do PIA e relatório contendo informações detalhadas quanto às visitas da família e planos para o desacolhimento. Intimem-se a genitora para querendo, impugnar a medida no prazo de 10 dias, nos termos do artigo 194 do Estatuto da Criança e do Adolescente, cientificando-a da concessão do direito de visitas.

Enviem-se os autos ao Setor Técnico.”

#### RELATÓRIO DO CRECA 27/10/2010

Informam que em 28/09/10 os padrinhos da menina aparecem para dizer que a adolescente não era filha biológica da genitora, que acolheu a genitora de C em sua casa, mas depois ela foi embora, a mãe teria registrado a menina em seu nome. Relatam as agressões e conflitos na família. Os padrinhos se prontificam a continuar pagando a escola. Falaram da questão da sexualidade, que é bem aflorada desde seus 10 anos de idade. Podem arcar também com tratamento psicológico.

Registram que a fala da mãe, quando liga (o faz constantemente) pede para não chamar a filha e que queria conhecer o CRECA, mas sem que fosse vista pela garota. Sua fala é perturbada e persecutória. O tempo todo tenta justificar as agressões “dizendo que a filha fez por merecer”. Em nenhum momento mostrou arrependimento. Pede exames toxicológicos e quer confirmar a virgindade da filha por meio de exame ginecológico.

A avó realiza visitas semanais e também solicita exame para confirmar a virgindade da neta. Ela nos confirmou que faz drenagem linfática e que moram em um barraco onde Cristal teria, por várias vezes, furtado dinheiro. A avó informa que em virtude do F29 a genitora já teria sido internada por três meses, questionamos o que seria isto e a mesma nos informou que a filha sofre de esquizofrenia.

Em 27/10/2010 a adolescente foi transferida para a Unidade de Acolhimento ligada à SMADS.

#### RELATÓRIO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO

Informam que a mãe “não escondeu nada sobre as agressões da filha, dizendo que não se arrepende do que fez porque era para salvá-la”.

“A mãe chegou nos intimando para saber o motivo da transferência de C para o abrigo. Segundo sua posição disse que sabia que sua filha estava fazendo

relações sexuais no CRECA, o qual irá processar por maus cuidados. Relatou ainda que está de acordo com o acolhimento, pois acredita que vai melhorar no comportamento da filha”.

#### RELATÓRIO DO SETOR TÉCNICO 20/12/2010

“A coordenadora da SAECA nos informa que Cristal está ansiosa para passar as festas de final de ano com a mãe e acredita que ficará triste e desapontada se não for autorizado. Relata que a genitora e a avó materna visitam semanalmente a jovem, que essa última parece pessoa centrada e capaz de proteger a neta para que as agressões não voltem a ocorrer, embora acredite que a genitora não reiterará a violência.”

“A avó manifesta contentamento com a possibilidade de Cristal passar o final de ano com a família, assegura que a genitora não mais agredirá a adolescente, seja verbal ou fisicamente, e que ela se encarregará de supervisionar mãe e filha, porém trabalha em período integral, assim como a neta T. Tenta justificar as atitudes agressivas da filha para com a neta como forma de educá-la, explicando que ela apanhou quando criança, assim como bateu na genitora; pondera, contudo, que atualmente sabem da inadequação de tal conduta.”

“Cristal expõe o desejo de passar as festas com os familiares, não só pela convivência, mas por se sentir responsável por explicar à família extensa os motivos que determinaram seu abrigamento, de maneira a amenizar os conflitos que se instalaram após sua saída de casa. Apesar da violência sofrida por ela e pela irmã (surras e castigos violentos), acredita que a mãe não procederá da mesma maneira”.

“Percebemos que a jovem se responsabiliza pelo comportamento agressivo da mãe, talvez por esse motivo não tenha reagido ou a denunciado. Aproveitamos a oportunidade para orientá-la, caso o Poder Judiciário autorize o presente pedido sobre a importância de avisar alguém de confiança se a genitora a ameaçar ou efetivar a agressão, apesar dos esclarecimentos temos dúvidas se o fará”.

#### CARTA DA AVÓ À PSICÓLOGA, 18/01/2011

“Deus dê a sra psicóloga a luz, paz, amor e força para sua vida toda e oro por todos que estão nos ajudando. Que Jesus guie seus caminhos. Obrigada! Esse aprendizado está sendo de suma importância e todos estamos gratos. Deus vos abençoe. Nosso carinho.”

#### CARTA DA MÃE À PSICÓLOGA, 18/01/2010

“Sra psicóloga assim como havia prometido estou escrevendo esta carta pelo muito que você me ensinou. Eu demoro para entender as causas na profundidade e entendi que violência mesmo com o nome de tentar corrigir pode gerar adultos psicopatas, assassinos etc. Pessoas as quais queremos evitar que sejam. Gostei de sua postura digna em relação a mim, vi no seu rosto uma luz energia quando estava me dizendo sobre a violência e sua natureza. E vi e senti em você uma guardiã de valores de muito amor para os que são agredidos. Os seus olhos se abriram igual a um farol de bondade e alegria quando eu disse que fazia festa quando minha filha Cristal acerta. Você se transformou, isso me deixa imensamente feliz e tenho muita gratidão por você e o Sr Juiz(a) por ter enviado ela para as festas em casa e passamos bem.”

#### ENTREVISTA SETOR TÉCNICO COM PADRINHOS, AVÓ E MÃE, 24/03/2011

“Os padrinhos que custeavam os estudos da menina, acreditam que a experiência de abrigamento tenha sido válida para Cristal, que na convivência com ‘as mazelas’ de outras abrigadas reviu suas atitudes. Os entrevistados acreditam que, independentemente, de qualquer acontecimento tido, Cristal estaria melhor em casa que no abrigo. Acolhida está tolhida de sua liberdade”.

“Em entrevista com a assistente social do abrigo ela aponta que os familiares tem suas casas em melhores condições habitacionais e provavelmente este fato esteja associado à capacidade de organização dos mesmos. Relata que a família apresenta um traço de comportamento, onde predomina a mania de grandeza, de

aquisição de coisas fora dos padrões sociais dos mesmos, mesmo que à custa de endividamento. Exemplifica que a genitora tem um laptop e uma televisão de última geração. Em contrapartida não há preocupação com a organização e higiene do domicílio”.

“No caso da genitora, presente nesse encontro, declara ter encontrado aprendizado no abrigamento da filha e fortalecido a relação afetiva com ela. Diz que estão se adaptando aos novos modos que Cristal adquiriu no abrigo e discorda de alguns deles”.

#### ENTREVISTA COM A JOVEM, FEITA EM SEPARADO PELO SETOR TÉCNICO

“Cristal diz não se sentir bem no abrigo, pois todos os problemas que acontecem lá tem recaído sobre ela e sobre sua amiga J. Sente-se desacreditada pelas técnicas da instituição”.

Após a entrevista o ST pede o desacolhimento da garota.

#### RELATÓRIO POR DESACOLHIMENTO FEITO PELO ABRIGO 17/10/2011

“A família da adolescente foi inserida em programa de transferência de renda e em atendimento psicológico.

Como a mãe tem passado nervoso pelo fato da filha demorar para voltar da escola que é mais próxima do abrigo do que da casa dela, a equipe do abrigo solicitou a transferência da menina.

Quanto à vida da genitora, relatou que passa muito nervoso com a filha, pois não tem paciência, mantém os cuidados com a filha no sentido de não deixá-la usar piercing no corpo, para que não saia sozinha com as amigas e ambas discutem pelos dois motivos. Seu psiquiatra mudou os medicamentos e tem feito uso de remédios para insônia, depressão, ansiedade o que a faz sentir-se indisposta e sonolenta o tempo todo além de ter engordado muito. Porém mesmo com tantas

questões em evidência a genitora está estudando, cursando a 5ª e 6ª séries no Ensino para Jovens e Adultos.

A adolescente conta que foi repreendida na escola onde estuda porque estava usando shorts e a coordenadora não queria que ela usasse aquele tipo de shorts e que na presença de outra mãe alegou que Cristal 'era de abrigo e que não tinha ninguém por ela' o que deixou a adolescente muito chateada, para esse fato o abrigo entrará em contato com a escola em questão para uma possível solução”.

### **5.6 Síntese consolidada do processo de Paula**

“Joana, 26/11/1995

Ana, 01/11/1998

Paula, 04/06/1997

Rodrigo, 09/07/2001

Robson, 01/11/1998

Genitora Maria

Genitor Gilberto

Conselho Tutelar Campo Limpo, 19/03/2009

Denúncia Espaço Infantil Recreativo e Educacional XX:

“Vulnerabilidade e violência doméstica, o pai saiu de casa e agride a mãe constantemente, ‘o pai prometeu matar a mãe’ e estão assustados. Não frequentam a escola. Crianças procuram e apresenta muitas queixas com relação à violência do pai contra a mãe.

O pai vai à noite na casa deles e os ameaça, pois está sempre sob o efeito do álcool.

‘A situação se arrasta’, estamos acompanhando a família através do atendimento psicológico e serviço social, a mãe solicitou ajuda e pediu o abrigamento, pois ‘não tinha mais como manter a família neste momento’. Ela trabalha para sustentar a família e necessita ajuda para se estruturar e cuidar dos

filhos. As próprias crianças têm procurado ajuda sistematicamente, pois se preocupam com a situação da mãe.

Tememos que algo mais grave possa acontecer a essa família.

A escola relata negligência e maus tratos por parte dos pais e vizinhança, ficam na rua, são assediadas por traficantes, têm problema de saúde, citam violência física e verbal e maus-tratos.

Casa: péssimas condições de higiene, não oferece condições mínimas de vida digna – duas camas para seis pessoas, banheiro sem porta, cachorro e gato residindo junto com a família num único cômodo.

Crianças apresentam queimaduras pelo corpo, relatam que ocorreram na residência com água quente.

A mãe sai para o forró deixando as meninas em casa sozinhas, a mãe relata que 'é muito nova e tem que aproveitar a vida'.

O genitor relata ter sofrido tentativa de facada por parte da mãe e diz que as brigas que ele tem com a mesma é pelo motivo da mesma deixar as crianças sozinhas e sair com as amigas. Ele relata que contribui por mês com dinheiro e a genitora confirma.

Foram abrigadas no lar Maria José. Três conselheiros assinaram o ofício.

A genitora é da Bahia.”

## ESPAÇO COMUNITÁRIO

“A situação continua em extrema vulnerabilidade, crianças expostas a riscos pessoais e violência doméstica. Relação dos pais é conflituosa e agressiva, as crianças trazem sempre reclamações sobre as brigas. Necessitam de atendimento odontológico, não frequentam a escola regularmente, meninos em situação de rua, sendo assediadas por traficantes, reclamam de problemas de saúde, citam violência física e verbal e constantes maus-tratos

Na última quarta-feira, o pai invadiu a residência e agrediu a mãe, que fugiu deixando-as com o mesmo. O pai permaneceu até a madrugada falando palavrões e xingamentos contra a mãe e os filhos.

São atendidas há quatro anos no projeto, chegaram ao CCA chorando muito e amedrontadas, não sabendo onde a mãe estava e com medo que o pai matasse a mãe.”

Abrigamento em 05/03/2009

30/03: Mãe solicita autorização para visitá-las está morando com uma tia

As crianças maiores cuidavam das menores e o caçula ficava na casa de um traficante. A mãe quer partir para a Bahia com as crianças para a casa dos avós maternos.

Promotora:

“A medida do abrigo foi aplicada em razão do comportamento violento do genitor, da negligência da genitora em razão das saídas para bailes com abandono dos filhos e vulnerabilidade social”.

“As crianças tem afeto e preocupação com a mãe. As visitas devem ser autorizadas”.

06/04: Genitora quer saber do resultado da autorização de visitas

ABRIGO

Havia dois dias que a mãe estava fora de casa.

“As crianças se adaptaram bem ao abrigo, são educadas e na maior parte do tempo estão alegres, o Robson é o mais agitado”.

“Ao chegarem à instituição relataram que a genitora sai para o trabalho muito cedo e retorna de madrugada, deixando os filhos sozinhos. Delegava responsabilidade a Joana e Paula de cuidar dos irmãos, pagando a elas 5 reais”.

“Relataram também que o Robson ficava muito tempo na rua e quando tinha cinco anos sofreu abuso sexual de um menino de quatorze anos que era traficante. Também relatam que o Robson ficava na rua até bem tarde da noite junto com os traficantes e que só voltava para a casa quando sua irmã Paula ia buscá-lo”.

07/04: genitora insiste para visitar as crianças.

Promotora 2, 27/05/09

Solicita ofício ao CRAS do Campo Limpo, pedindo auxílio para a família, com realização de visita domiciliar e envio de relatórios de acompanhamento com urgência. Pede ofício à casa Sofia solicitando atendimento à genitora

Expedição de ofício à SMADS para a inclusão desta família no Programa Ação Família Viver em Comunidade visando o desabrigamento das crianças pela família com urgência.

Expedição de ofício para a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo solicitando que a família seja incluída no Programa PSF e seja atendida por agentes de Saúde com envio de relatórios de acompanhamento.

Aguarde-se a realização da entrevista agendada no Setor Técnico com os genitores para que sejam orientadas da necessidade de apresentarem plano concreto de desabrigamento das crianças nos termos dos artigos 22, 23 e 101

A intimação da assistente social do abrigo para acompanhamento das entrevistas agendadas para que preste informações sobre as crianças e as visitas realizadas pelos familiares.

PSICÓLOGA DO JUDICIÁRIO (junho de 2009):

“Entrevistamos as crianças acima e que estão abrigadas desde 05/04. Entraram em sala chorando em razão do encontro com os pais e uma tia no saguão. Joyce demonstrou grande mágoa pelo pai, pois atribui a ele o fato de estarem abrigados e pela violência por que passaram.

A funcionária confirma os relatos e diz que logo quando foram para a instituição não conseguiam dormir e ficavam muito agitadas com receio de que a mãe fosse assassinada pelo pai, pois não estavam em casa para protegê-la e ele havia jurado matá-la. Relata que os irmãos são unidos e afetuosos com a genitora que, durante suas visitas, consegue dar atenção a todos eles.

Quanto ao convívio com os traficantes, a responsável pelo abrigo acredita que ‘pode ser um relato fantasioso’ do garoto que, por vezes, se utiliza de ‘linguajar de guetos’.

A tia explica que os genitores são primos, que o genitor teria saído de casa para viver com uma amante e resolveu voltar para casa, não tendo sido aceito pela genitora que recusou-se a deixá-lo voltar. A partir daí o genitor ‘passou a beber e a ser violento, o que causou sofrimento a toda a família’, ameaçando a genitora de morte. Ao ver da tia, a genitora tornou-se negligente em razão de sua fragilidade.

A genitora sente-se envergonhada por não ter dado um basta e ter deixado a situação ir tão longe. Tinha vergonha de si mesma porque apanhava: ‘É humilhante, fiquei arrasada e aí ele ficava mais forte’. A psicóloga informa que a genitora não conseguia dormir à noite e ia trabalhar direto sem conseguir passar em casa. Desde o abrigamento dos filhos foi morar com a tia e, por vezes, dorme no trabalho. Tem medo de dormir em casa e o genitor chegar embriagado. Genitora, 34 anos, trabalha em bufê de festas infantis.

A tia se oferece para ajudá-la a desacolher as crianças.

A genitora pensa em morar na Bahia, onde possui parentes ou a mudar de endereço, próximo à referida tia para auxiliá-la a protegê-la da aproximação do genitor. ‘Embora todos acreditem que ele se assustou com o abrigamento dos filhos e tem sofrido com isso’.

Ela tem providenciado nova moradia, próximo à casa da tia, busca escola em período integral ou algum projeto de meio período para desacolhê-los. 'Deseja fazer isso o mais rápido possível'.

As crianças desejam morar com a mãe seja em que lugar for, 'mas não querem viver o inferno que viviam antes' e 'concordam em receber a visita do pai, de quem gostam quando ele não bebe'".

Genitor, 36 anos, é vidraceiro e recebe R\$756,00 por mês. Psicóloga diz que "inicialmente tentou negar as agressões e quis culpabilizar a genitora, afirmando, inclusive, que ela trabalha demais". Com o desenrolar da entrevista passou a considerar que se excedeu por vezes. Está frequentando o AA da igreja e namora há pouco tempo.

A equipe técnica sugere o retorno dentro de um mês para avaliarem a "realização de tais mudanças" e verificar "possibilidade de virem a desabrigar as crianças"

Sugerem autorização para que o pai visite as crianças em dias diferentes da genitora.

A promotora e o juiz acatam as sugestões das técnicas (psicóloga e assistente social).

Equipamento de apoio à mulher vítima de violência envia ofício informando que a genitora não compareceu aquela ONG para seu atendimento.

Em agosto de 2009, a UBS e o Programa Saúde da Família da região de domicílio dos genitores informam que a família já recebe sua intervenção há 4 anos e que todas as crianças estavam com suas vacinas em atraso, contudo a mãe relatou aos agentes de saúde que não fazia o acompanhamento mensal e só levaria os filhos quando ficassem doentes. Nos 4 anos as crianças passaram por atendimentos nas áreas de enfermagem, pediatria e com o médico da família.

Em agosto de 2009, o Centro de Referência da Assistência Social que foi acionado pelo juiz, a pedido da promotora, envia à Vara da Infância um relatório de visita domiciliar: a partir da visita não encontraram a genitora no endereço e

souberam pelo tio que “a mesma estava trabalhando e encontrava-se separada do marido devido às agressões que a família sofria, tendo dito ainda que a casa usada como endereço de referência não era utilizada pela genitora.

O CRAS informa que orientou a mãe a providenciar a declaração escolar das crianças que já não estudavam há dois anos para obterem o benefício da Bolsa Família e terem seu cadastro atualizado:

“A munícipe tem prontuário de atendimento neste CRAS datado de 2007 quando foi encaminhada pela assistente social do HC, a qual solicitava concessão de auxílio alimentos e cesta básica. Na oportunidade também cogitamos a possibilidade de disponibilizar para a família passagens de retorno à cidade de origem, no Estado da Bahia, de maneira a colaborar com a diminuição dos riscos e propiciar o desencadeamento do processo de autonomia da mesma, porém a proposta foi rejeitada pela munícipe que diz que não tem condições financeiras para permanecer lá. Após essa data ela não compareceu novamente”.

#### RELATÓRIO DE SETEMBRO DA EQUIPE TÉCNICA DA VARA DA INFÂNCIA (PSICÓLOGA E ASSISTENTE SOCIAL), SETEMBRO DE 2009:

A genitora prossegue morando com a tia relata que “embora sofra com o abrigo estão melhores do que antes, pois viviam momentos de tensão e sabem que ela está hoje em segurança. Avalia que pagou caro pelo abrigo dos filhos e acredita que o genitor reconhece o que causou com seus atos violentos”.

A psicóloga relata que a genitora se emocionou com a iminência de desabrigá-los em breve. A tia das crianças se propõe a ajudá-la quando receberem as crianças, a genitora comprometeu-se em providenciar escola para os filhos estudarem já no ano seguinte.

A equipe avalia que houve melhoras importantes no modo de vida dos genitores e que havia sinais de cooperação do genitor, considera que havia grande

possibilidade para o desabrigamento ocorrer no final daquele ano, condicionado também à obtenção de vagas em escola.

#### ABRIGO, SETEMBRO DE 2009

Informa que a mãe efetuou várias propostas de desacolhimento, dentre as quais, morar em Santos em um cômodo cedido por um tio, o problema era que até ali não contava com emprego naquela cidade; trabalhar tomando conta de um idoso, o que faria com que trabalhasse a noite toda, recebeu ainda uma proposta de morar perto de uma tia, contudo essa última não teria como assisti-la pois trabalhava muito.

Genitor estava participando do AA e comunicou que iria alugar uma casa para ele.

Crianças participavam no abrigo de cursos de capacitação, reforço escolar e natação.

Nas férias, as crianças estavam sendo enviadas para a casa de seus respectivos padrinhos, voluntários do abrigo.

#### CRAS, NOVEMBRO DE 2009

Informam que a genitora foi visitada e que ela estaria em vias de complementar sua documentação para ser reinserida no Programa Bolsa Família, já que havia descumprido as condicionalidades do Programa (não havia apresentado a carteirinha de vacinação de seus filhos e eles não tinham uma frequência escolar mínima).

#### JUIZ, NOVEMBRO DE 2009

Em 15 de novembro, o juiz destaca às técnicas do caso que deveriam comparecer na sala de audiências para se pronunciarem sobre os diversos pedidos

do abrigo para que as crianças passassem as férias com seus respectivos padrinhos, porém separadas, ele retoma o fato de que os genitores estavam na iminência de desacolherem os filhos, enquanto que o serviço de acolhimento se punha a manter o vínculo dos infantes com voluntários da instituição, nomeados padrinhos das referidas crianças.

#### ENTREVISTA NO SETOR TÉCNICO COM A MÃE, NOVEMBRO DE 2009

Mãe mostra-se angustiada para desacolher os filhos, porém pede mais tempo porque o genitor teria destruído o imóvel onde voltou a morar e ela precisa de tempo para efetuar a reforma da casa.

Relata que tem mantido as visitas aos filhos, no abrigo e que se encontra no novo emprego há três meses.

A assistente social do abrigo evidencia o afeto e a atenção da genitora aos filhos, mas manifesta preocupação com a possibilidade do genitor surgir nas festas de final de ano e vir a assustar as crianças caso persista na tentativa de agredir a mãe. As próprias crianças disseram que preferiam passar as festas junto a seus padrinhos e as férias em companhia da mãe.

A equipe técnica sugere ainda autorização para que a genitora leve as crianças para a casa de sua tia a cada 15 dias.

JUIZ autoriza a proposta apresentada.

#### RELATÓRIO DO ABRIGO, MARÇO DE 2010

Informa todos os cursos ligados à cultura e arte que as crianças tem feito e que:

“Os irmãos se relacionam muito bem entre eles, com os colegas da instituição, bem como com os funcionários e cuidadores tem ótimo vínculo entre si. Observando que houve um progresso muito grande, pois quando chegaram ao lar

não tinham nenhuma noção de regras e limites, sendo que Robson ameaçava seus colegas quando contrariado, não eram alfabetizados, fazem reforço escolar e encontram-se ainda defasados.”

“Observamos que nas visitas de finais de semana a genitora mostra-se assídua, tem vínculo emocional com os filhos e vice-versa, mas não demonstra ter autoridade sobre os mesmos, mostra-se preocupada em desacolher os filhos, fala que sente muito falta das crianças e o mesmo acontecendo com os filhos, que questionam quando vão voltar para casa, embora Paula questione se as coisas vão continuar como antes ao regressarem, como brigas dos pais, falta de alimentação, saídas por horas prolongadas aos finais de semana da genitora de casa.”

O abrigo relata que a genitora está ganhando R\$ 400,00 por cuidar de uma idosa e que sua casa precisará de uma reforma, já que fica em terreno da prefeitura e com as chuvas as paredes e telhas teriam sido danificadas.

A genitora teria retomado os estudos (4ª série do Ensino Fundamental) e estava em vias de conseguir novamente o Bolsa Família.

### **5.7 Análise relativa aos aspectos de governamentalidade, regimes de verdade e discursos com marcas da Pastoral Cristã**

Cristal retrata de forma exemplar o modo como retoma um relato de obediência e assujeitamento em razão de ter sido agredida fisicamente por sua mãe, em punição por ter furtado dinheiro dela.

Durante o período de abrigamento afirma “ter aprendido a conviver com as outras pessoas, a ser paciente e a fazer as tarefas domésticas. Chega a verbalizar que aprendeu muito com a situação de acolhimento e decidiu que irá mudar seu comportamento. Sua mãe também, ao justificar as surras que deu na filha e seu conseqüente acolhimento, afirma que “ela merecia ser abrigada para pensar no que havia feito”.

Quer dizer, há um discurso voltado para a correção do comportamento que é trabalhado no interior da instituição e igualmente pela família (a avó também considera que o abrigo mudou a neta para melhor). Isso vai na direção do que

Michel Foucault (2009, p. 230) reflete sobre a Pastoral Cristã, que presume a confissão da verdade e dos atos ilícitos de alguém para um terceiro, como forma de expiação dos “pecados”. Além disso, a garota toma os trabalhos e tarefas que “aprendeu” na unidade acolhedora como um modo de ser mais obediente e prestativa.

O tema da Pastoral pode ser reconhecido ainda nas entrevistas de outros adolescentes. No caso de Luciano, sua família é taxada de ausente e acomodada. Há uma leitura culpabilizante e desqualificadora da família. A ele são oferecidas tarefas rotineiras como a de por o lixo para fora, como um modo de educá-lo, o que poderia remeter-se a noção de disciplinar. Ele mesmo toma o juiz como alguém que tem o poder de decidir sobre sua vida: “É aquele moço que veio aqui no outro dia” (ocasião em que o juiz foi à audiência concentrada naquele abrigo). “Já avisei ao juiz que com 18 anos sairei de lá e vou comprar um carro”.

Um dos casos que melhor ilustram o conceito da Pastoral Cristã é o de Lilian, que relata que o acolhimento é uma oportunidade para que ela saísse da vida errada e pensasse no que havia feito. Ela verbaliza que o acolhimento aconteceu para “prevenir” que ela não entrasse de vez no mundo das drogas. A garota entende que sua mãe deverá se reorganizar e cumprir algumas ações para conseguir tirá-la de lá. Em um dado momento da entrevista a adolescente verbaliza claramente que agora que tem Deus no coração poderá permanecer em sua vida certa.

Ao final da entrevista quis saber o que mais precisaria fazer no abrigo para poder sair, o que pode ser equiparado a uma premissa religiosa em que se deve cumprir ações para se “redimir” e ganhar “o perdão” e, conseqüentemente, a “liberdade”.

Um caso que possui vários meandros relativos ao dispositivo da Pastoral Cristã é o de Paula, uma vez que logo que o Centro Comunitário notifica o Conselho Tutelar e esse por sua vez encaminha as crianças e os adolescentes para a delegacia fazer o exame de corpo delito. Paula comenta que o delegado teria dito que os meninos que, supostamente, haviam cometido ato infracional e haviam sido pegos em flagrante para que fosse feito o Boletim de Ocorrência iriam sair de sua vida errada para ingressar na vida nova. Ela acaba ouvindo essa mesma frase da

parte da educadora do abrigo para onde foi encaminhada. Ou seja, um discurso de redenção e de vida nova, algo bem próximo a uma concepção religiosa.

Quanto aos genitores de Denis e Israel, irmãos acolhidos na instituição religiosa, a unidade acolhedora os descreve como pais acomodados e que não souberam “cumprir a promessa”. Com o passar do tempo, os jovens adotam essa mesma opinião e culpabilizam os pais por seu acolhimento. Nesse caso específico, há informações de que a genitora seria alcoolista e de que o genitor seria traficante de drogas, contudo não há registros de encaminhamento da família aos recursos governamentais e a avaliação da equipe da instituição imputa aos genitores total responsabilidade pelo prolongamento do acolhimento dos meninos.

O estudo realizado auferiu que em certos processos houve uma dissonância no que se refere ao modo normatizador e moralizante com que o abrigo via a família, em contraposição a uma possibilidade da parte do serviço técnico e do juiz da Vara da Infância, em consonância com o CRAS, no sentido em contribuir para a autonomia e conseqüente desacolhimento do adolescente institucionalizado.

No que se refere aos movimentos de resistência, os adolescentes procuram resistir ao espaço comum, diante do qual escolhem manter segredos e resguardar sua intimidade. Além disso, não obstante os serviços de acolhimento criem normas visando a disciplinarização das famílias, os jovens escapam de tomar tais afirmações como verdade, e assim, para além do que é afirmado institucionalmente, eles mantêm suas posições.

Outra ação de autonomia diante do poder instituído são as cartas escritas pela família e também pelos adolescentes, como uma tentativa de modificar o curso do processo, questionar as verdades estabelecidas. Tais falas ficam nos autos, quase que como a marca pessoal das famílias em face de tudo o que vem sendo dito e decidido sobre elas. Também formam, entre os jovens, seus pares no contexto da instituição de acolhimento com os quais é possível contar o que aconteceu de triste, desabafar, apoiar, brincar, chorar junto. Outros preferem ficar “em seu próprio canto” e não confiar em ninguém, optando pelo isolamento quando enfrentam um problema.

Há gratidão e reconhecimento pelos cursos e pela educação recebida. Para uns o “abrigo tem tudo”, para outros “tem quase tudo”. Há ainda os que se dizem cansados do abrigo, admitindo seu cansaço - “cansa viver com freira, tia” - e o desejo de formarem sua própria família caso não consigam voltar para a família de origem.

De outro lado e, paralelamente, os jovens compartilham os significados presentes na instituição. Culpabilizam a família pelo abrigo e pela não reintegração. Mudam a concepção que tinham dos pais aproximando-se da visão da instituição: “demorou para eu perceber que meu pai é como um mendigo” ou “minha mãe não tem condições de tirar a gente daqui, só enrola e nunca diz a verdade para mim”.

O ofício religioso e o trabalho como elementos de educação e correção, vistos como possibilidade de se adquirir autonomia também aparece na fala de Mariana, que supostamente, na visão do abrigo “desenvolve-se” com aulas de canto e natação.

Outrossim, a maioria sente, ao contrário do discurso da instituição, que não há esperança de voltar para sua família, e traçam seus projetos de forma independente. Dentre esses, alguns se colam na instituição, como é o caso do adolescente que sonha em ter um carro para ficar passeando em volta do abrigo, denotando o quão vinculado e restrito ele ficou à instituição.

Certos PIAS (Plano Individual de Atendimento) apresentam contradições em consequência de relatos construídos pelas instituições de acolhimento a respeito de suas avaliações e ações. Por exemplo: em uma pergunta sobre qual providência tomar a respeito da inserção comunitária da família a resposta escolhida foi que a família estava sendo encaminhada para os recursos da comunidade, porém logo em seguida, diante da pergunta se todas as tentativas haviam sido esgotadas para se trabalhar a família a resposta era sim, tratando-se do mesmo caso!

A princípio pode-se pensar que o formato do Plano Individual de Atendimento ser de múltipla escolha, limita a singularidade e o aprofundamento da temática de cada criança, algumas alternativas acabam sendo respondidas de modo padronizado e não fica claro qual é a metodologia de trabalho da instituição. Por

exemplo, há a pergunta se a instituição está trabalhando a reaproximação com a família ou a continuidade do contato e as respostas são afirmativas. Na questão seguinte, o abrigo informa que ele se situa na mesma região que os pais residem, mas que esses últimos nem visitam e são acomodados.

Um ponto a ser evidenciado é a maneira moralizadora e desqualificante com que as instituições, muitas vezes, se referiam aos pais, considerados indiferentes, acomodados. Por outro lado, em um dos casos, houve dissonância na compreensão da dinâmica e do posicionamento familiar. Se para a unidade acolhedora a família estava acomodada e nada fazia para poder tirar os filhos de lá, para as técnicas da Vara da Infância, Juiz e equipe do CRAS o caso tinha perspectivas interessantes e o resultado foi que o grupo de irmãos (caso da Paula) pode retomar o convívio com sua família, o que traduz um novo modo de trabalho em consonância com os parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente e com o Plano de Desenvolvimento Nacional da Assistência Social.

É importante destacar o movimento empreendido pelos adolescentes e suas famílias no sentido de tentar descobrir “o que precisam fazer” para poderem sair da situação de acolhimento. Alguns acreditam que se trataria de adotar um comportamento obediente e submisso às regras da casa para poderem sair e voltar para a casa dos pais. Outros tomam a assertiva de que seus pais deveriam comprar ou alugar uma casa “para ter condições”. Algumas famílias entendem que se a genitora ingressar em um tratamento para a dependência de drogas “o juiz poderia liberar X para voltar para casa”.

Como motivo dado pelos adolescentes para seu abrigamento, eles coincidem com os apresentados no PIA: a violência doméstica, tanto da parte de pai como de mãe, o uso de drogas e de álcool, o abandono para rumo incerto deixando os filhos sozinhos e a mercê do cuidado de terceiros, a falta de cuidados extrema, a ponto de os equipamentos de saúde ou educativos constatarem que as crianças estavam famintas, com machucados ou com roupas inadequadas e, por fim, o falecimento do responsável ou ainda o comportamento inadequado do adolescente no interior de sua família (caso da Cristal, que furtou a mãe e depois foi agredida por essa última): “Eu acho que estava sem cuidados, eu tava uma pessoa magrinha e por causa que

eu tava entrando nessa vida de drogas, então eu acho que eles acharam melhor me prevenir dessas coisas...”

As ações de submissão aos regimes de verdade da instituição por parte dos jovens se restringem às normatizações referentes à família: comportamento dos pais e condições materiais de moradia. Delas depende o seu futuro, assim como definiu seu passado e sustenta o seu presente: “eu brinco mais, porque antes eu não brincava de boneca, eu não tinha vida normal, sabe, tia? Outra frase de disciplinamento: “Antes eu era relaxada e se matava (sic) para não lavar uma louça, fazia muita coisa errada, agora aprendi a cuidar de minhas coisas e a ajudar minha mãe que à noite é ela que lava a louça e as roupas”.

Outra frase de Denis que ilustra como ele entende as ações da unidade de acolhimento: “Ela [sua mãe] tipo, ela conversa no fórum. Indagado sobre o que era o fórum, respondeu: tipo, eles ficam lá, eles vão olhar os documentos, essas coisas, aí eles conversam com nossa mãe para ver se ela vai tirar nós de lá ou não. Aí eles vêm, tem que falar com o, aí nossa mãe tem que falar com eles, se pelo menos se eles, se nós podemos ir para a casa dela, ficar lá ou se nós podemos ir no sábado ou no domingo”.

No caso da adolescente Paula, 13 anos, ela foi encaminhada com seus irmãos em razão da violência do pai, alcoolista para com a mãe, o que acarretou na fuga dessa última para se proteger do risco de ser assassinada e no “abandono” dos filhos que acabaram por recorrer ao Centro Comunitário para solicitar ajuda.

Após sua inserção na unidade acolhedora, passou a traçar intervenções de modo a que os genitores se reorganizassem por meio de visitas domiciliares e orientações verbais, porém a cada tentativa da genitora em apresentar propostas de mudança de residência, o abrigo as refutava alegando que ela precisaria ser acompanhada por uma tia, para que conseguisse se reorientar.

Destaque-se que nesse caso não há registros (da parte da unidade acolhedora em questão) de um trabalho em parceria com a rede a não ser um contato com o Centro de Referência da Assistência Social, contudo o referido órgão não chega a iniciar o trabalho de suporte, o que leva os genitores a tomarem um tempo maior para se reorganizarem. Não obstante isso, da parte do juiz do caso e

da equipe técnica que trabalharam nesse caso, houve maior entendimento da situação o que permitiu que os genitores fossem respaldados e em uma das oportunidades em que a genitora apresentou uma proposta durante a entrevista na Vara da Infância, a equipe considerou-a e providenciou o pronto desacolhimento em favor da mãe.

No entanto, conforme apontado anteriormente, em diversos casos tanto as intervenções das unidades acolhedoras como da equipe técnica foram convergentes no sentido de tutelar e governar as famílias. Cito, em especial, o caso de Cristal, que residia com sua avó que era massagista e modeladora para drenagem linfática. Em um dado momento, a unidade acolhedora comenta que elas não sabiam gerir seu dinheiro, pois a genitora namorava um alemão que ela havia conhecido por meio de redes sociais e ela e a avó dispunham de eletroeletrônicos que “não condiziam” com seu nível socioeconômico. Desse modo, ambas foram advertidas pelo abrigo que deveriam usar melhor seu dinheiro, em uma ação tutelar, que procurou normatizar a família.

### **5.8 O trabalho feito com as famílias e suas possibilidades de afetação diante das intervenções institucionais**

Escolho para dar início a esta análise das afecções presentes nos sujeitos e em suas famílias, o caso de Luciano: o garoto encontrava-se acolhido há quase sete anos e ao longo de seu acolhimento a unidade acolhedora afirma ter recebido a visita dos genitores uma única vez. Depois eles cessaram o contato, o que foi considerado pelo abrigo como acomodação e indiferença.

Na iminência de Luciano atingir seus 18 anos, há um “giro” no caso e a unidade acolhedora passa a se empenhar para buscar a reaproximação intensiva com a família, que agora já se encontra no Estado de Minas, justificando que ele não pode permanecer a vida toda no abrigo e agora precisa retomar os laços com seus pais. Contudo, essas ações mais incisivas da parte da unidade de acolhimento somente são tomadas, em vistas da maioridade do adolescente estar se aproximando, mas depois que ele se vinculou por sete anos com as pessoas da instituição. Creio que não é por acaso que ao vislumbrar o futuro, ele diga que

pretende ter um carro para ficar dando voltas em torno do abrigo, uma vez que sua referência maior é a unidade de acolhimento. Aliás, um termo frequentemente usado pela rede é o de desligamento, como se fosse possível que alguém pudesse ser desligado de uma instituição onde passou o final da infância e toda a adolescência relacionando-se com as pessoas do local de moradia.

Mariana ao falar sobre seu cotidiano na unidade acolhedora diz: “Assim é bom né, mas chega uma hora assim que cansa, a gente quer ter uma família, que eu tenho muita vontade de ter a minha mãe de volta, mas aí não tem como, aí eu penso que eu quero ir embora, eu quero sair daqui porque cansa também, né? Eu não quero mais morar com freiras, eu quero ter uma mãe, um pai, uma casa para mim, entende?”. Enquanto Cristal comenta que assim como a personagem do filme escolhido por ela (uma moça que ajuda os outros e depois se torna advogada, fica rica e tem sucessos na vida “porque soube aguentar as consequências”) também afirma que precisa aguentar as consequências do que fez de errado e ao ir para a casa de sua mãe, atribui para si própria a culpa de ter exposto sua mãe com relação à agressão cometida por ela.

Paula comenta que chora ao ouvir suas amigas relatarem que se encontram com suas mães e ela diz ficar triste nesses momentos. O interessante é que ao constatar que a situação está se prolongando e que quase não há mais perspectiva de voltar para casa, Paula decide “escrever para a juíza”, pedindo para não ir morar com a mãe na casa em que essa mora, em virtude da violência do bairro, o que acaba por promover uma transformação na atitude da genitora, que reage com mais vigor e providencia uma moradia nova.

Entendo essa ação da adolescente em tomar a iniciativa e de escrever uma carta, como o perseverar na ação, como uma afecção alegre, que promove a potência de vida, haja vista o fato da garota não ter ficado passiva e resignada. Outra ação voltada para uma resistência e um modo de não se sujeitar ao discurso normatizante e disciplinador legal parte justamente da genitora diagnosticada como esquizofrênica que também redige uma carta questionando “o abrigo como uma proteção em nome do quê?”.

Um aspecto a ser evidenciado são atitudes provindas de alguns adolescentes no sentido de preservarem sua privacidade, seus segredos e emoções. Mariana

explica que prefere contar seus segredos apenas às amigas, ao passo que Paula é confidente de um colega abrigado e explica que percebe que ele se sente sozinho e “essas coisas poderiam acontecer com nós”. Enfim, os adolescentes buscam outras formas de se relacionarem para além de uma vivência coletiva, pública, como uma busca de resguardarem um espaço próprio, onde há bons encontros e a troca de afetos que promovem um incremento de potência de vida.

## 6 Considerações finais

Inicialmente, a pesquisa procurou mapear e analisar os processos de sujeição e de autonomia da parte de adolescentes acolhidos provisoriamente como medida protetiva, em face dos discursos proferidos por seus pares, familiares, educadores, gestores, juízes, psicólogos, assistentes sociais e conselheiros tutelares, que constituem os regimes de verdade construídos sobre o outro. Contudo, no decorrer desse estudo foi possível levantar inúmeros aspectos que permeiam os modos de afecção desses jovens e o quanto a família passa a aparecer como o alvo e foco de sua institucionalização. É sobre ela também que incidem os regimes de verdade que afetam a normatização dos jovens.

Ela é responsabilizada pela situação que enseja no abrigamento dos filhos, e passa a ser dobrada, orientada, avaliada, normatizada e julgada pelas “faltas e omissões” “atos ou palavras”, muitos discursos que adotam uma qualidade pastoral, com parâmetros explícitos (aqueles prepostos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Política Nacional de Assistência Social) visando sua reorganização social e comunitária e outros tantos tácitos e eivados de tonalidades moralizantes e disciplinadoras.

O discurso de uma das instituições carrega consigo a marca da “boa nova” e do quanto os adolescentes que entram lá viverão outra verdade “aquilo que você vivia não era vida”, desqualificando, muitas vezes, todo o passado das crianças e dos adolescentes.

Embora na definição das hipóteses e variáveis que limitariam a pesquisa não contasse a diferença instituição laica contraposta à religiosa, foi possível auferir elementos do discurso pastoral, especialmente na instituição religiosa. Nesse caso, o fluxo do trabalho enquanto as crianças e os adolescentes ingressam na unidade acolhedora é voltado com prioridade para desenvolver, sob sua visão, as competências e habilidades dos abrigados, conferindo uma atenção exclusiva na formação desses sujeitos e adotando uma relação moralizante com a família. Na iminência do desacolhimento, a provisoriedade voltava à cena, e aparece a preocupação nos PIAS de realização de ações que deveriam ter sido tomadas

desde a internação para capacitar as famílias visando o desacolhimento daquele adolescente. Justamente no momento em que ele já se encontra inteiramente vinculado à instituição e sem esperança de ser acolhido pela família, algumas ações são postas em marcha, o que provoca um incremento de paixões tristes (caso do menino do carro, Luciano, que escolhe o filme *Esqueceram de Mim* e afirma ter medo que se esqueçam dele também).

A análise das informações obtidas (entrevistas, documentos e registros da observação participante) inspirou-se no método genealógico de Foucault e nos princípios filosóficos de Espinosa, procurando usar os conceitos teóricos como uma “caixa de ferramentas” que permitissem uma báscula nas práticas e posicionamento pessoal, profissional, político e ético do psicólogo jurídico diante da atualidade. Dessa forma, para analisar as afecções institucionais nos jovens, se elas se dão na direção da potencia de ação ou da melancolia e violência, foi preciso recorrer às reflexões de Espinosa sobre afetos e às de Foucault sobre regimes de verdade na instituição, as estratégias do governo de si em contraponto à ótica da Pastoral Cristã e seus preceitos de interiorização e produção de verdade sobre si mesmo.

Em primeiro lugar, foram levantados relatos ou passagens que indiquem processos de subjetividade nas falas dos jovens, como as referentes a: concepções que constroem sobre suas vidas, a respeito da ideia que possuem sobre si mesmo, a rede de relações que fizeram fora e dentro do serviço de acolhimento, amigos, futuro, passado, desejo, necessidade, sofrimentos e sentido de família e trabalho. Paralelamente, serão analisados os discursos institucionais, buscando os regimes de verdade sobre o adolescente. Por último, procede-se ao levantamento de hipóteses sobre a interface entre eles e sobre autonomia e sujeição, a partir das categorias de Foucault e Espinosa.

Ora, partindo do princípio trazido por Michel Foucault de que o dispositivo da governamentalidade criado no século XIX tem como alvo a população e forma-se através de um conjunto de procedimentos, análises, cálculos, táticas voltadas para o exercício de um poder, possui como saber a economia política e por instrumento técnico os dispositivos de segurança, é necessário conhecer seus meandros de efetivação, em especial porque muitas vezes seu objeto de intervenção é a família

pobre e carente de recursos sociais. Donzelot (2001) assinala a importância do atravessamento dessas reflexões pela questão da desigualdade:

Do ponto de vista da forma, essas intervenções nas famílias inestruturadas assumem, portanto, o caráter de um corpo-a-corpo decisivo entre os serviços e os assistidos. Estes últimos para recuperarem os filhos, esforçam-se para produzir todos os sinais exteriores de moralidade que deles se espera: tratamento de desintoxicação, faxina na casa nos dias em que se suspeita que a assistente social faça uma visita, mudança para um novo apartamento (mesmo que não possa pagar, mas o essencial é mostrar a vontade de cooperação). (DONZELOT, 2001, p.142).

O que é corroborado por Avarca em uma pesquisa recente feita em uma Vara da Infância da capital do Estado de São Paulo. A autora conclui que a condição socioeconômica é um elemento preponderante na avaliação que é feita pelos técnicos, com relação às condições determinantes para a família de origem poder permanecer com seus filhos:

Nos processos analisados, ainda que a pobreza não seja expressa como causa para a instauração de medidas judiciais de “proteção” e, mesmo que se verifique a intenção do Poder Judiciário em fomentar apoio a essas famílias “vulneráveis” por meio de programas de transferência de renda, as famílias pobres continuam sendo público privilegiado de intervenções que levam em conta aspectos morais, religiosos e higiênicos. (AVARCA, 2011)

Para ampliar essas considerações teóricas, trago aqui a reflexão de Silva Junior e Andrade (2007) que citam Espinosa e Foucault. Eles apontam para os fundamentos ideológicos, políticos e morais das práticas e discursos contemporâneos supostamente neutros, acrescidos de assistencialismo e sugerem que se reavalie as implicações políticas, éticas e sociais presentes nas práticas psicológicas.

Silva Junior e Andrade (2007) levantam o julgamento moral em que se sustentavam as “investigações e normatizações científicas” os quais acabavam trazendo prejuízos para a maioria da população brasileira, ainda excluída de seu saber/poder/fazer :

Nesse sentido, a reprodução dessas práticas/discursos especialistas é geradora de despotencialização uma vez sustentadas pela Moral e não pela Ética, como já analisado e denunciado pelos filósofos Espinosa e

Nietzsche...Não se pode esquecer que, na maioria das instituições judiciárias, laudos,relatórios, entrevistas e técnicas interpretativas são ferramentas legitimadas pelo discurso científico, determinantes para a sentença final do juiz.". Como esse pensamento modelar está na genealogia dos modos existenciais predominantes nas sociedades ocidentais, faz-se necessário uma interrogação constante sobre o que se está produzindo a partir desta ou daquela postura/discurso ou uma análise de nossa implicação na produção destes discursos competentes. (SILVA JUNIOR E ANDRADE, 2007).

A presente pesquisa demonstra algumas situações (levantadas no universo da amostra escolhida para este estudo), que estão sendo produzidas a partir dessa postura sustentada pela moral em relação à família: imputar a responsabilidade de seu acolhimento e, muitas vezes, do prolongamento do abrigo, como de responsabilidade exclusiva das famílias envolvidas. E mais, ao "comportamento imoral de seus pais e à pobreza deles", o que vai de encontro a toda política voltada para a proteção e desenvolvimento da criança e do adolescente. Contudo, essas práticas que revelam a governamentalidade não elidem ações de resistência tanto da parte de adolescentes como de suas famílias.

Retomo aqui trechos da carta da mãe diagnosticada como portadora de transtornos psiquiátricos: "Cristal apanhou porque se intrometeu em conversa de adulto, porque não estuda direito, porque me roubou dinheiro e porque estava falando com minha mãe igual a uma maloqueira. Observação: Prefiro falar isso ao vivo e a cores com o juiz. Agora a pergunta: o que é melhor? Vocês, em nome de uma lei, vão tirar a menina da escola X (particular) e jogar em um abrigo ... com o 'nome de proteger a criança'? Ir de abrigo em abrigo, em instituições que são falhas em tudo! Ela vai melhorar ou piorar?"

Escolho esse trecho para evidenciar que há um sentido no que ela diz, embora seja considerada "louca", em especial quando pergunta ao juiz o que é proteção.

## 7 Referências

- AVARCA, C. A. C. *A NOÇÃO DE FAMÍLIA EM PROCESSOS JUDICIAIS: Uma análise a partir de casos de violência sexual infantil*. Dissertação de mestrado defendida na PUCSP, São Paulo:2011.
- BAPTISTA, FÁVERO, VITALE (org). *Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. São Paulo: Paulus, 2008.
- BRANDÃO, E. *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU Ed, 2004.
- BERTUOL, C. *A criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: PUC, 2003.
- CARVALHO, A. *Infância Brasileira e Contextos de Desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhando abrigos*. Cadernos de Ação, São Paulo, n.3, p.19-23,1993.
- CASTRO, L.B.; BESSET, V. L. (org). *Pesquisa intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ,2008.
- CHAUÍ, M. *Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- COIMBRA, C. *Psicologia e política: a produção de verdades competentes*.
- DEL PRIORE, M (Org). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- DELEUZE, G. *Espinosa: Filosofia Prática*. São Paulo: Escuta, 2002.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, M. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2006.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2006.

\_\_\_\_\_. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. Mesa redonda de 20 de abril de 1978. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos V*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

FONSECA, M. Entre a vida governada e o governo de si. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz; VEIGA-NETO, Alfredo e SOUZA FILHO, Alípio (org). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

FREITAS, M. C. *História Social da Infância Abandonada*. São Paulo: Cortes Editora, 2011.

GROS, Frédéric. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA NETO, Alfredo. *Figuras de Foucault. Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

LOPEZ, I. *Fazendo Minha História: guia de ação para abrigos e colaboradores*. São Paulo: Associação Fazendo História, 2008.

LOURAU, R. *El Análisis Institucional*. Madrid, Campo Abierto Ed., 1977.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, A (Org). *O mais potente dos afetos: Spinoza e Nietzsche*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MELÃO, J. R. M. *Diálogos Interdisciplinares: a psicologia e o serviço social nas práticas judiciais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MOLON, S. *Constituição do sujeito, subjetividade e sofrimento ético-político*.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

NASCIMENTO, C. A. *Frutos da castidade e de lascívia, as crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(1): 67-83, janeiro-abril/2007.

OLIVEIRA, R. *Quero voltar para casa*. São Paulo: AASPTJ, 2007.

\_\_\_\_\_. *Crianças e Adolescentes (Des)Acolhidos: a perspectiva da filiação no processo de institucionalização*. São Paulo, 2001. Dissertação, PUC-SP.

PRADA, Cynthia Granja; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque; WEBER, Lídia Natália Dobrianskyj. *Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes*. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v.9, n.2, dez.2007. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-872007000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-872007000200002&lng=pt&nrm=iso). Acessos em 20 fev. 2012.

RIZZINI, I. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: ED. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Acolhendo Crianças e Adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SILVA JUNIOR E ANDRADE Revista do Departamento de Psicologia - UFF, v. 19 - n. 2, p. 423-438, Jul./Dez. 2007 425.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. *O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura*. Revista Psicologia Social, Porto Alegre, v.18, n.1, 2006.

SILVA, E. *Levantamento Nacional do Abrigo Para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada (SAC)*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SILVA, Enid Rocha Andrade da, e AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de. "Os Abrigos para Crianças e Adolescentes e o Direito à Convivência Familiar e Comunitária". In *Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise*, n. 11, ago 2005, IPEA, p. 186.

SOUZA, Alípio. Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. In: Alfredo e SOUZA FILHO, Alípio (org). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

VITALE, M. *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2005.

ZEM-MASCARENHAS, SH, DUPAS, G. *Conhecendo a experiência de crianças institucionalizadas*. Revista Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 35(4): 413-9.

Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA, 2009).

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (CONANDA e Conselho Nacional de Assistência Social CNAS- 2006).